

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

FELIPE BEIRAGRANDE DA COSTA

**INFLUÊNCIAS DA MODERNIDADE TARDIA
NA (DES)CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES SOCIAIS:
UMA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA DO EPISÓDIO
“HINO NACIONAL” DA SÉRIE *BLACK MIRROR***

MANAUS

2022

FELIPE BEIRAGRANDE DA COSTA

**INFLUÊNCIAS DA MODERNIDADE TARDIA
NA (DES)CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES SOCIAIS:
UMA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA DO EPISÓDIO
“HINO NACIONAL” DA SÉRIE *BLACK MIRROR***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos da Linguagem, da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras, sob a orientação do Professor Doutor Leonard Christy Souza Costa.

MANAUS

2022

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C837i Costa, Felipe Beiragrande da
Influências da modernidade tardia na (des)construção de
identidades sociais : uma Análise de Discurso Crítica do episódio
"Hino Nacional" da série Black Mirror / Felipe Beiragrande da Costa
. 2022
161 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Leonard Christy Souza Costa
Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do
Amazonas.

1. Análise de Discurso Crítica. 2. Identidade. 3. Modernidade
tardia. 4. Black Mirror. I. Costa, Leonard Christy Souza. II.
Universidade Federal do Amazonas III. Título



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – PPGL
MESTRADO EM LETRAS

ATA DE QUALIFICAÇÃO DE DISSERTAÇÃO

MESTRANDO: Felipe Beiragrande da Costa

Aos vinte e nove dias de março de dois mil e vinte e dois, às 14h (catorze horas), por meio de videoconferência *online*, ocorreu a sessão de Qualificação de Dissertação de Mestrado intitulada **“Influências da modernidade tardia na (des)construção de identidades sociais: uma análise de discurso crítica do episódio “hino nacional” da série Black Mirror”**, apresentada pelo mestrando **Felipe Beiragrande da Costa**. Os trabalhos foram instalados pelo Prof. Dr. Leonard Christy Souza Costa (UFAM), orientador e presidente da Banca, que foi constituída, ainda, pela Profa. Dra. Marta de Faria e Cunha Monteiro (UFAM) e pelo Prof. Dr. Sérgio Augusto Freire de Souza (UFAM). A Banca Examinadora, tendo decidido aceitar o trabalho, passou à arguição e às considerações ao ~~mestrando~~ ~~trabalho~~. Em seguida, após analisados os trabalhos, os examinadores expressaram

• Profa. Dra. Marta de Faria e Cunha Monteiro (UFAM)
Parecer: () Aprovado Nota: 10,0
() Não Aprovado

• Prof. Dr. Sérgio Augusto Freire de Souza (UFAM)
Parecer: () Aprovado Nota: 10,0
() Não Aprovado

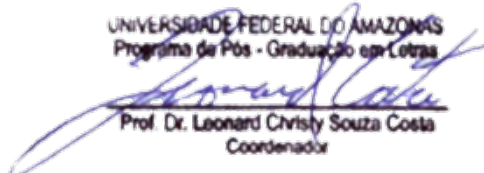
• Prof. Dr. Leonard Christy Souza Costa (UFAM)
Parecer: () Aprovado Nota: 10,0
() Não Aprovado

Parecer Final:
Aprovado com nota média de 10,0 (dez inteiros).

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – PPGL MESTRADO EM LETRAS

Proclamados os resultados, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu, Leonard Christy Souza Costa, lavrei a presente ata, que assino juntamente com os membros da Banca Examinadora e o mestrando.

Manaus, 29 de março de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Programa de Pós - Graduação em Letras

Prof. Dr. Leonard Christy Souza Costa
Coordenador



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – PPGL
MESTRADO EM LETRAS

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO

MESTRANDO: Felipe Beiragrande da Costa

Aos onze dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, às 14h (catorze horas), por meio de videoconferência *online*, ocorreu a sessão de Defesa Pública de Dissertação de Mestrado intitulada “**Influências da modernidade tardia na (des)construção de identidades sociais: uma análise de discurso crítica do episódio "hino nacional" da série Black Mirror**”, apresentada pelo mestrando **Felipe Beiragrande da Costa**. Os trabalhos foram instalados pelo Prof. Dr. Leonard Christy Souza Costa (UFAM), orientador e presidente da Banca, que foi constituída, ainda, pela Profa. Dra. Marta de Faria e Cunha Monteiro (UFAM) e pelo Prof. Dr. Sérgio Augusto Freire de Souza (UFAM). A Banca Examinadora, tendo decidido aceitar o trabalho, passou à arguição e às considerações ao mestrando. Encerrados os trabalhos, os examinadores expressaram o seguinte parecer:

- Profa. Dra. Marta de Faria e Cunha Monteiro (UFAM)

Parecer: () Aprovado Nota: 10,0
() Não Aprovado

- Prof. Dr. Sérgio Augusto Freire de Souza (UFAM)

Parecer: () Aprovado Nota: 10,0
() Não Aprovado

- Prof. Dr. Leonard Christy Souza Costa (UFAM)

Parecer: () Aprovado Nota: 10,0
() Não Aprovado

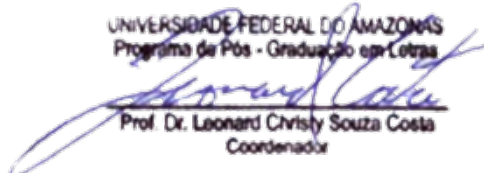
Parecer Final:

Aprovado com nota média de 10,0 (dez inteiros).

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – PPGL MESTRADO EM LETRAS

Proclamados os resultados, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu, Leonard Christy Souza Costa, lavrei a presente ata, que assino juntamente com os membros da Banca Examinadora e o mestrando.

Manaus, 11 de abril de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Programa de Pós - Graduação em Letras

Prof. Dr. Leonard Christy Souza Costa
Coordenador

Para Tharsila, Amanda e Aurora.

Nenhum futuro é distópico com vocês por perto.

AGRADECIMENTOS

Uma monografia nunca é o resultado do trabalho isolado de uma única pessoa. É praticamente impossível estudar, coletar e organizar dados, interpretar resultados, descrever procedimentos de análise, propor reflexões, revisar metodologia, adequar ortografia e gramática — entre outras dezenas de processos componentes de uma pesquisa acadêmica — sem alguma ajuda. E no caso específico desta dissertação, foi necessária muita ajuda!

Considere, em primeiro lugar, a noção de que me aventurei em uma área do conhecimento muito diferente daquela em que coleí grau. Há sim um longo vale entre administração e linguística, ultrapassado com muita dedicação e esforço. Além disto, posicione, no tempo e no espaço, o desenvolvimento desse estudo durante o auge da pandemia da Covid-19, em Manaus — doença que foi notadamente cruel em nossa cidade e que, não reconhecendo quaisquer de meus esforços e cuidados, encontrou-me um par de ocasiões, causando tribulações e deixando sequelas, além de levar embora colegas e familiares. Finalmente, adicione a tudo isto o fato de que, durante o período de cumprimento de créditos, estágio, escrita e defesas, tornei-me pai de menina — e não somente uma, mas duas vezes!

Olhando sob esse prisma, fica clara a inviabilidade de um projeto desta magnitude, como uma dissertação de mestrado, ser concluído, ou mesmo iniciado, sem a participação e o apoio de muitas pessoas. Pessoas que, direta ou indiretamente, de modo generoso, altruísta e digno, contribuíram sobremaneira para que a jornada fosse trilhada e completada com sucesso.

Desta legião de apoiadores, a quem sou e serei eternamente grato, gostaria de destacar algumas pessoas, com o intuito de registrar para a posteridade minha consideração e apreço. Primeiramente, agradeço à Universidade Federal do Amazonas, na figura do Professor Doutor Leonard Christy Souza Costa, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras que, além de não medir esforços no sentido de proporcionar as melhores condições acadêmicas para o sucesso da turma, tornou-se, para a minha própria honra e sorte, meu orientador, escancarando diante de meus olhos todas as portas do conhecimento da Análise de Discurso, indicando caminhos, informando perigos, removendo obstáculos e empatizando com as minhas dificuldades e limitações. Muito obrigado.

Agradeço de coração à Professora Doutora Marta de Faria e Cunha Monteiro, pelos profundos conhecimentos das normas técnicas compartilhados e pelo seu olhar zeloso sobre a metodologia da pesquisa. Mas agradeço, principalmente, por não desistir de mim. Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, e mesmo quando parecia que nada daria certo, sempre demonstrou confiança nas minhas capacidades e torcida pela conclusão exitosa do mestrado. Sem a sua atuação constante e humana, eu jamais chegaria até aqui. Muito obrigado.

Agradeço ao Professor Doutor Sérgio Freire de Souza, que, como docente, plantou em meu pensamento um grão de curiosidade sobre a psique humana, sobre a identidade, sobre o saber de si, sobre a livre autoexpressão, sobre a formação do eu. Essa semente floresceu, tempos depois, na ideia original e foco para esta pesquisa. Ademais, como membro das bancas de qualificação e defesa, lançou desafios, provocações e questionamentos que me fizeram testar limites, ir mais além, ser um pouco mais arrojado e chegar um pouco mais longe com o meu trabalho. Isso não tem preço. Muito obrigado.

Agradeço aos colegas de turma — estes seres tão plurais, tão únicos, tão diferentes entre si — por receberem com tamanha gentileza este “peixe-fora-d’água” no oceano infinito dos estudos da linguagem. Valeu pelas risadas, pelo cafezinho, pelas músicas, pelos *links*, pelo incentivo, pela luz. As histórias de vida de vocês são exemplo para mim, e os momentos que passamos juntos têm um lugar especial na minha memória. Muito obrigado.

Agradeço também a você, leitor amigo ou leitora fiel, por reservar um tempinho para ouvir o que eu tenho a dizer. A minha oração é para que esta dissertação cruze a sua rota em um ponto auspicioso, e que você encontre tudo aquilo que procura. Que a satisfação que obtive ao realizar esta pesquisa possa servir, ainda que em minúsculas doses, de pronto auxílio para o atingimento dos seus objetivos.

Muito obrigado!

*Ser ou não ser – eis a questão.
Será mais nobre sofrer na alma
Pedradas e flechadas do destino feroz
Ou pegar em armas contra o mar de angústias –
E, combatendo-o, dar-lhe fim? Morrer; dormir;
Só isso. E com o sono – dizem – extinguir
Dores do coração e as mil mazelas naturais
A que a carne é sujeita; eis uma consumação
Ardentemente desejável. Morrer – dormir –
Dormir! Talvez sonhar. Aí está o obstáculo!
Os sonhos que hão de vir no sono da morte
Quando tivermos escapado ao tumulto vital
Nos obrigam a hesitar: e é essa reflexão
Que dá à desventura uma vida tão longa.
Pois quem suportaria o açoite e os insultos do mundo,
A afronta do opressor, o desdém do orgulhoso,
As pontadas do amor humilhado, as delongas da lei,
A prepotência do mando, e o achincalhe
Que o mérito paciente recebe dos inúteis,
Podendo, ele próprio, encontrar seu repouso
Com um simples punhal? Quem aguentaria fardos,
Gemendo e suando numa vida servil,
Senão porque o terror de alguma coisa após a morte
O país não descoberto, de cujos confins
Jamais voltou nenhum viajante – confunde a vontade,
Nos faz preferir e suportar os males que já temos,
A fugirmos pra outros que desconhecemos?
E assim a reflexão faz todos nós covardes.
E assim o matiz natural da decisão
Se transforma no doentio pálido do pensamento.
E empreitadas de vigor e coragem,
Refletidas demais, saem de seu caminho,
Perdem o nome de ação.*

Hamlet, de William Shakespeare

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo principal investigar, sob as lentes da Análise de Discurso Crítica, os elementos institucionalizados da modernidade tardia que influenciam na construção, desconstrução e reconstrução de identidades pessoais. Tem como objetivos específicos: debater e relacionar evidências e indicadores discursivos — verbais ou imagéticos — pertinentes à identidade social, descobertos através da análise do episódio "Hino Nacional", integrante da série televisiva de ficção científica *Black Mirror*; bem como avaliar a formação de identidades pessoais resistentes, constituídas cultural e discursivamente, como uma prática razoável para o enfrentamento das pressões sociais concretizadas no âmbito da modernidade tardia. Tomando como ponto de partida o pensamento do sociólogo britânico Anthony Giddens (1991, 1996, 2002), e fundamentados teórica e metodologicamente na Análise de Discurso faircloughiana (2001, 2003), os resultados demonstram que as entidades privilegiadas pelo capitalismo, hierarquizadas conforme o alcance e nível de poder, como o Estado-Nação capitalista, o Governo, a Família, o Povo e, de forma especial, a Mídia, pressionam e dominam os sujeitos através do discurso, tensionando suas identidades em todos os níveis, da psique ao corpo, transformando suas visões pessoais e criando representações fragmentadas conforme a demanda de manutenção do próprio sistema. Como possibilidade de solução para o problema, foi proposta a formação de uma identidade resistente, calcada em Castells (2018) em quatro estágios: o posicionamento do sujeito no espectro adaptativo do tipo engajamento radical; o investimento pessoal em uma jornada de autodescoberta; a seleção das influências sobre a identidade, realizada através de procedimentos emancipatórios; e a utilização dos recursos midiáticos para a promoção e proteção das identidades.

Palavras-Chave: Análise de Discurso Crítica; Identidade; Identidade resistente; Modernidade tardia; *Black Mirror*; Norman Fairclough; Anthony Giddens.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation is to investigate, under the lens of Critical Discourse Analysis, the institutionalized elements of late modernity that influence the construction, deconstruction and reconstruction of personal identities. Its specific objectives are: to discuss and relate discursive evidence and indicators — verbal or imagery — relevant to social identity, discovered through the analysis of the episode "The National Anthem", part of the science fiction television series Black Mirror; as well as evaluating the formation of resistant personal identities, culturally and discursively constituted, as a reasonable practice to face social pressures concretized in the scope of late modernity. Taking as a starting point the thinking of the British sociologist Anthony Giddens (1991, 1996, 2002), and theoretically and methodologically based on the Faircloughian Discourse Analysis (2001, 2003), the results demonstrate that the entities privileged by capitalism, ranked according to the scope and level of power, such as the capitalist Nation-State, the Government, the Family, the People and, in a special way, the Media, pressure and dominate the subjects through discourse, tensioning their identities at all levels, from the psyche to the body, transforming their personal views and creating fragmented representations according to the demand of maintaining the system itself. As a possible solution to the problem, the formation of a resistant identity was proposed, based on Castells (2018) in four stages: the positioning of the subject in the adaptive spectrum of the radical engagement type; personal investment in a journey of self-discovery; the selection of influences on identity, carried out through emancipatory procedures; and the use of media resources for the promotion and protection of identities.

Keywords: Critical Discourse Analysis; Identity; Resistant identity; Late modernity; Black Mirror; Norman Fairclough; Anthony Giddens.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 — Correlação das dimensões institucionais e globalizantes	51
Figura 02 — Do modelo tridimensional ao modelo transdisciplinar	54
Figura 03 — Estruturas institucionais presentes em “Hino Nacional”	116
Figura 04 — Processos reflexivos formadores da identidade	123
Figura 05 — Evolução identitária de Michael Callow	135

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 — Modos de operação da ideologia	38
Quadro 02 — Origens da construção de identidades	44
Quadro 03 — Evolução do pensamento faircloughiano	55
Quadro 04 — Correspondência entre os modelos de LSF, Foucault e ADC	57
Quadro 05 — Modelo relacional de Fairclough	59
Quadro 06 — Relação entre processos, participantes e circunstâncias	68
Quadro 07 — Tipos de metáforas segundo Lakoff e Johnson	69
Quadro 08 — Representação de atores sociais segundo Van Leeuwen	71
Quadro 09 — Categorias de modalidade e modulação	73
Quadro 10 — Lista de checagem para análise textual	84
Quadro 11 — Análise textual preliminar de “Hino Nacional”	92
Quadro 12 — Elementos da identidade segundo Giddens.....	121
Quadro 13 — Produção de sentidos da reportagem final.....	133
Quadro 14 — Síntese de concepções do <i>ethos</i> segundo Amossy.....	138

LISTA DE SEQUÊNCIAS

Sequência 01 — A aparição do porco	96
Sequência 02 — Representações de nojo	97
Sequência 03 — A Jornada do Herói em “Hino Nacional”	102
Sequência 04 — Agressão contra Alex Cairns	107
Sequência 05 — Afastamento da relação pura	127
Sequência 06 — Representação das etapas do luto	129

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	FUNDAMENTOS DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA	22
2.1	CONCEITOS ELEMENTARES	25
2.1.1	Discurso	26
2.1.2	Poder e dominação	29
2.1.3	Ideologia	34
2.1.4	Hegemonia e mudança	39
2.1.5	Sujeito, identidade e representação	43
2.1.6	Modernidade tardia e globalização	48
2.2	EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO DE NORMAN FAIRCLOUGH	53
2.3	ANALISANDO DISCURSOS	56
2.3.1	Significado acional	60
2.3.2	Significado representacional	66
2.3.3	Significado identificacional	72
3	METODOLOGIA DA PESQUISA	75
3.1	DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DA PESQUISA	78
3.2	SELEÇÃO E CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> DE ANÁLISE	80
3.3	ESTUDO DO FUNCIONAMENTO DO PROBLEMA	81
3.4	ANÁLISE, INTERPRETAÇÃO, APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO	82
3.5	DESENVOLVIMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES	85
3.6	REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE A PRÓPRIA ANÁLISE	86
4	QUESTÕES DE IDENTIDADE EM “HINO NACIONAL”	87
4.1	ANÁLISE DO EPISÓDIO “HINO NACIONAL”	89
4.1.1	Análise textual preliminar	91
4.1.2	O porco na sala	95
4.1.3	Inspirações, influências, intertextos	97
4.1.4	A construção identitária de Michael Callow	105
4.1.5	O embate entre estruturas pelos campos sociais	110
4.1.6	O papel da mídia	118
4.1.7	A destruição identitária de Michael Callow	121
4.1.8	A reconstrução identitária de Michael Callow	130

4.2	A FORMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE RESISTENTE	136
4.2.1	Uma questão de <i>ethos</i>	138
4.2.2	As reações de adaptação de Giddens	140
4.2.3	Proteger a identidade é uma forma de resistência	142
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	153

1 INTRODUÇÃO

De todas as instabilidades inerentes ao contexto da pós-modernidade, ou da modernidade tardia, a crise de identidade é a mais inesperada, profunda e complexa. Inesperada, pois a ideia iluminista de um sujeito essencial, cuja construção da identidade era um projeto finito, a ser concluído, preferencialmente, antes da vida adulta, perdurava sem muita concorrência desde o século XVIII. Isso sem mencionar o sujeito cartesiano, espécie de proto-iluminista, advindo do “penso, logo existo”, que nasceu nos idos de 1630. A identidade era matéria a ser forjada no fogo, e deixada descansando para endurecer. Pessoas mais flexíveis eram tidas como pusilânimes, ébrias ou de personalidade “fraca”. Sujeitos teimosos, de vontade férrea, expansivos, porém sérios, eram tidos como modelo da sociedade. As transformações trazidas pela pós-modernidade acederam a um clima de constante incerteza, tanto no âmbito global quanto no foro íntimo. Ninguém estava preparado para mudanças tão repentinas.

A crise de identidade é profunda, pois abala os mecanismos de confiança básica do ser-humano, privando-nos da segurança ontológica necessária para a descoberta e adaptação ao mundo exterior, imergindo-nos em um oceano sem fim de questões existenciais que afetam desde o pensamento e o comportamento, até reverberar no corpo. Embates épicos fulguram na mente das pessoas, onde disputam prioridade de passagem as diferentes formas do eu: o eu que acho que quero ser; o eu que as outras pessoas querem que eu seja; o eu que a sociedade exige que eu demonstre; e o eu que realmente sou.

Ademais, a crise de identidade é complexa, uma vez que faz parte de um intrincado sistema social, amplamente difundido, interdependente e conectado pelas tecnologias. Suas causas aparentes e efeitos não são produzidos ou sentidos em autocontingência; mas originam-se e desdobram-se a partir e através de diferentes camadas sociais, operando práticas discursivas que transformam sujeitos e são, por esses mesmos sujeitos, dialeticamente transformadas.

A identidade, portanto, deixa de ser um projeto com começo, meio e fim e torna-se o desenho de uma vida inteira. Longe de almejar um núcleo substancial, a identidade pós-moderna se orgulha de ser híbrida, oscilante, fluida, indefinida. Preza-se por uma pretensa liberdade, não exatamente de opinião, mas de mudar de opinião. Um uso limítrofe do livre-arbítrio, a ponto de a pessoa poder escolher ser uma coisa hoje e ser algo totalmente oposto ou diferente amanhã.

Nesse cenário, o único componente que permanece imutável é o conflito. Convivem e concorrem, num mesmo tempo e espaço, realidades como: o aparente fracasso do projeto socialista; a ascensão do neocapitalismo; o fortalecimento de pautas progressistas de minorias e grupos marginalizados; a intensificação de ideais e ações extremistas-radicais, tanto políticos quanto religiosos; a possibilidade de surgimento e propagação de pandemias mortais em poucas semanas, mas que permanecem por anos; o uso massivo da tecnologia como forma preferencial de interação humana; a normalização da violência; a disponibilidade imediata e irrestrita de informação; a pós-verdade; a dominação exercida pelos meios de comunicação; a fragmentação dos canais de comunicação; a transitoriedade dos relacionamentos entre as pessoas, sejam amorosos, sexuais, profissionais, familiares ou fraternos; a obsessão pela “saúde” e pela padronização da aparência; o culto às “personalidades”; a proliferação das doenças emocionais e da mente; a crescente dependência humana pela tecnologia; entre outras inquietações.

Foram aspectos motivadores para a elaboração desta pesquisa: a curiosidade despertada no sentido de compreender os mecanismos de formação de identidades sociais; a possibilidade de descoberta de um remédio social para o aparente controle total das instituições sobre os indivíduos; o desejo de encontrar respostas que pudessem aplacar algumas das inquietações e ansiedades que atormentam parte do mundo pós-moderno; e a expectativa de deixar um legado acadêmico relevante para a posteridade. Ancorado nessas justas expectativas, foi elaborado o problema da pesquisa, qual seja: como combater a influência massiva dos elementos discursivamente atuantes da modernidade tardia nos processos de construção, desconstrução e reconstrução de identidades pessoais?

A reflexão acerca do questionamento levantado, norteador da análise, culminou na definição dos objetivos desta dissertação, a saber: investigar, sob as lentes da Análise de Discurso Crítica, os elementos institucionalizados da modernidade tardia que influenciam na construção, desconstrução e reconstrução de identidades pessoais; debater e relacionar evidências e indicadores discursivos — verbais ou imagéticos — pertinentes à identidade social, descobertos através da análise do episódio "Hino Nacional", integrante da série televisiva de ficção científica Black Mirror; e avaliar a formação de identidades pessoais resistentes, constituídas cultural e discursivamente, como uma prática razoável para o enfrentamento das pressões sociais concretizadas no âmbito da modernidade tardia.

A existência deste trabalho encontra legitimidade e acolhida sob as seguintes justificativas: favorecer o crescimento das pesquisas em Análise de Discurso suportadas pela abordagem crítica, na cidade de Manaus; incentivar a utilização de conteúdos da cultura popular — como filmes, séries, quadrinhos, músicas, propagandas — como *corpus* respeitado e adequado de pesquisa, no mesmo patamar daqueles formados apenas por textos verbais; comprovar a pertinência da análise de textos ficcionais para a compreensão de problemas reais; e sugerir estágios para o desenvolvimento de uma resistência discursiva como prática viável e disponível para indivíduos e grupos cujas identidades sociais são violentadas diariamente pelas instituições da modernidade tardia.

Considerando as motivações, os objetivos e as justificativas apresentadas, esta dissertação organiza-se em três momentos: fundamentação, metodologia e análise. A Seção 2 concentra a fundamentação teórica da pesquisa. Maneja-se o conceito geral de Análise de Discurso Crítica. São estudadas as definições de discurso; poder, dominação e controle; ideologia; hegemonia e mudança; sujeito, identidade e representação; e modernidade tardia e globalização. Percorre-se, panoramicamente, os mais de trinta anos de evolução do pensamento de Norman Fairclough. Finalmente, é explanada a abordagem relacional da Teoria Social do Discurso e de seus níveis de significado: acional; representacional; e identificacional — que servirão de alicerce teórico e metodológico para a posterior análise.

A Seção 3 traz o detalhamento da metodologia da pesquisa, classificada como qualitativa, descritivo-explicativa, bibliográfica e documental. São apresentadas as seis etapas do estudo: delimitação do problema da pesquisa; seleção e constituição do *corpus* de análise; estudo do funcionamento do problema; análise, interpretação, apresentação e discussão; desenvolvimento de possíveis soluções; e reflexão crítica sobre a própria análise.

Especificamente quanto ao *corpus*, entendeu-se que as múltiplas ansiedades pós-modernas, bem como os problemas de identidade social aqui arrazoados, foram discutidos, com considerável assertividade e realidade, na série *Black Mirror*, lançada em 2011 como uma antologia de ficção científica. Todos os episódios desenvolvem, em maior ou menor grau, alguns dos elementos constituintes da pós-modernidade apontados por Giddens (1991), como: o capitalismo e a economia de mercado; a vigilância e supervisão social; o controle dos meios de coerção pelos Estados-Nação; o industrialismo e a divisão social do trabalho.

Desta interessante fonte de matéria-prima, foi selecionado o primeiro episódio da primeira temporada, chamado “Hino Nacional”, como *corpus* ideal de análise. Na obra, é possível observar com clareza a trajetória de construção, desconstrução e reconstrução da identidade social do protagonista, promovidas pelas instituições hierarquizadas de poder que, servindo-se de métodos de pressão e constrangimento, alteram a imagem, a psique, o comportamento e até mesmo o corpo do personagem, com o intuito de manter a hegemonia e a dominação das narrativas compartilhadas publicamente. Assim, transpondo a lente da Análise de Discurso Crítica sobre “Hino Nacional”, principalmente no que tange à abordagem faircloughiana defendida no livro *Analysing Discourse* (2003), pretendeu-se revelar as evidências discursivas — verbais e imagéticas — dessa intervenção pós-modernista nos processos identitários.

A Seção 4 está reservada para a explanação da obra “Hino Nacional”. Na primeira parte, uma análise textual preliminar ocorre logo após da curta contextualização. Tem-se a seguir os processos simultâneos de análise, interpretação e discussão dos dados obtidos. Aqui, os possíveis significados alegóricos do porco na sala são arregimentados, correlacionando as principais inspirações, influências e intertextos passíveis de apuração. O estudo trava seu foco no personagem Michael Callow, Primeiro-Ministro britânico, no escopo de depreender, dentro do absurdo contexto situacional que vive no episódio, as verdades acerca dos processos, tanto constitutivos quanto desagregadores, das identidades. Desnuda-se os embates entre as estruturas pelos campos sociais e os dilemas morais provenientes desse enfrentamento. O papel da mídia, como mediadora da experiência humana na modernidade tardia, é apontado.

Na segunda parte da mesma Seção 4, a dissertação trata da fase crítica propriamente dita da Análise de Discurso: reunindo o embasamento sobre o *ethos* no contexto da pós-modernidade; resgatando as reações de adaptação de Giddens (1991) diante dos riscos da modernidade tardia; e propondo ações visando ao sucesso da descoberta, criação e progressão de identidades resistentes.

Nas Considerações Finais, os resultados da pesquisa são elencados, bem como suas limitações e possibilidades futuras. São demonstrados, também, os meios pelos quais os objetivos — geral e específicos — foram alcançados. Finalmente, há uma reflexão sobre a formação de identidades na modernidade tardia e uma discussão sucinta sobre a possibilidade de utilização de fontes ficcionais para resolução de problemas sociais no mundo real.

2 FUNDAMENTOS DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

Para Izabel Magalhães, pioneira no estudo e aplicação da Análise de Discurso Crítica no Brasil, a ADC desenvolve o estudo da linguagem como forma de prática social. Examinando textos e eventos em várias práticas sociais, propõe, não somente uma teoria, mas também um método de descrever, interpretar e explicar a linguagem em seu contexto sócio-histórico (MAGALHÃES, 2003, p. 17). Assim, a Análise de Discurso Crítica apresentaria um processo analítico que busca compreender os seres humanos a partir de sua socialização, dentro de contextos sociais e culturais nos quais as subjetividades e o uso linguístico são produzidos e produzem meios de interação e resistência face a ideologias e desigualdades (PEDRO, 1997, p. 21).

Acosta e Resende (2014, posição 2392-2408), entendem que a Análise de Discurso Crítica é uma interdisciplina estruturada que “[...] constitui um modelo teórico-metodológico capaz de mapear a conexão entre aspectos discursivos e não discursivos de práticas sociais”.

De maneira semelhante, o Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica da Universidade do Estado do Ceará (GPADC/UECE), defende que o enfoque dos estudos deve ser mantido, preferencialmente, em uma perspectiva qualitativa apoiada por procedimentos dialéticos de interpretação, possibilitando a investigação questionadora, destinada a “[...] observar e a interpretar o fenômeno e os objetos que dele derivam, os atores sociais envolvidos e ainda, os seus processos em contexto situado, na medida em essa perspectiva aproxima-se da realidade e pode ser estudada”, alcançando validade para e pela luz dos diversos contextos da prática social (PEREIRA *et al.*, 2020, p. 20-21).

Ampliando o entendimento, a professora da Universidade do Minho e PhD em Análise de Discurso Crítica, Maria Zara Pinto-Coelho, certa vez prefaciando uma das obras de Van Dijk, afirmou que os investigadores da ADC assumem uma posição epistemológica específica, considerando as relações entre as ciências e a sociedade, trazendo para suas análises essas reflexões sobre questões sociais prementes, deixando de lado uma postura externa, alheia, num claro estado de autoconsciência de que todo analista está, de uma forma ou de outra, envolvido naquilo em que pretende julgar (VAN DIJK, 2005, p. 10). Em seguida, na mesma obra, o próprio autor complementa a ideia, reiterando o pensamento de que, em sua essência, a Análise de Discurso Crítica nada mais é do que

[...] um tipo de investigação de análise do discurso que estuda, em primeiro lugar, o modo como o abuso do poder social, a dominância e a desigualdade são postos em prática, e igualmente o modo como são reproduzidos e o modo como se lhes resiste, pelo texto e pela fala, no contexto social e político. Com esta investigação dissidente, os analistas críticos do discurso tomam uma posição explícita e querem desta forma compreender, expor e, em última análise, resistir à desigualdade social (VAN DIJK, 2005, p. 19).

Curiosamente, em outro trabalho, Van Dijk prefere se aproximar de uma explicação pelo caminho inverso, por uma espécie de “não-definição”. Para ele, a ADC não é uma diretriz, uma escola, nem uma especialização, mas pretende fornecer uma perspectiva diferente de teorização, análise e aplicação de objetos linguísticos em todos os campos do conhecimento (VAN DIJK, 2018, p. 114).

Sobre a questão do envolvimento do pesquisador com o tema de sua pesquisa, um aspecto muito caro à ADC, torna-se mister trazer à tona a visão de Rajagopalan (2003, p. 123-125), para quem a visão de neutralidade herdada do positivismo não se encaixa — e nunca se encaixou — no olhar do linguista e do analista do discurso. Vai mais além, conjecturando que nem mesmo os cientistas das áreas exatas acreditam mais em uma posição de isenção total diante de seus trabalhos, censurando duramente os representantes das ciências humanas que insistem num falso e inalcançável padrão de imparcialidade. Rajagopalan é categórico ao declarar que o caminho para a recuperação do verdadeiro papel do linguista enquanto cientista está no reconhecimento de seus serviços prestados à comunidade.

A consciência crítica começa quando se dá conta do fato de que é intervindo na linguagem que se faz valer suas reivindicações e suas aspirações políticas. Em outras palavras, toma-se consciência de que trabalhar com a linguagem é necessariamente agir politicamente, com toda a responsabilidade ética que isso acarreta (RAJAGOPALAN, 2003, p. 125).

Machin e Mayr (2012, p. 207) descrevem, resumidamente, o modo de agir do analista crítico do discurso, bem como a sua principal função, ao observarem que, de posse dos materiais selecionados conforme seu interesse, o analista nota os processos ideológicos em funcionamento, recolhendo pistas enquanto descreve as escolhas linguísticas eleitas pelo autor do texto para potencializar o efeito persuasivo da comunicação de seus valores. O analista, então, sublinha as características produtivas que não são tão óbvias para o leitor casual, revelando a ideologia imiscuída na forma e no conteúdo do objeto da pesquisa, clarificando intenções, presunções, deslizes ou méritos.

Assim, dissecado, aberto e revelado, o texto expõe as ideologias das formações discursivas de que faz parte, permitindo, em última instância, serem desafiadas com maior facilidade. A Análise de Discurso Crítica, portanto, abre campos de estudo

[...] fundamentalmente interessados em analisar relações estruturais, transparentes ou veladas, de discriminação, poder e controle manifestas na linguagem. Em outras palavras, a Análise de Discurso Crítica almeja investigar criticamente como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída, legitimada, e assim por diante, através do uso da linguagem ou no discurso (WODAK, 2004, p. 225).

A ADC está posicionada como uma disciplina voltada ao estudo de problemas sociais e pesquisa a mudança social na sociedade contemporânea — pós-moderna, de modernidade tardia ou posterior ou, ainda, de pós-capitalismo. O interesse se fixa na influência das características, causas e consequências que essa chamada modernidade exerce sobre sujeitos, identidades, representações e instituições no dia a dia. Signos usados em contextos específicos e particulares foram descolados de seus significados usuais e limitados e passaram a ser reaproveitados em outros contextos, em escala até mesmo global, transformando-se em tecnologias sociais (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 21-23).

Para Fairclough, reconhecidamente o maior expoente da Análise de Discurso Crítica, a ADC apoia-se em três pilares, a fim de cumprir plenamente seus propósitos: uma visão científica de crítica social, compreendendo termos políticos e morais, de justiça social e de poder; uma ambientação na pesquisa social crítica sobre a modernidade tardia, priorizando investigações sobre o discurso num momento em que a linguagem ocupa o centro do modo de produção capitalista, onde a informação, o conhecimento e a dominação são desenvolvidos como mercadorias, comercializados através dos discursos; e um pressuposto linguístico e semiótico, delimitado pela prática interpretativa e explicativa sobre efeitos sociais dos sentidos dos textos (RESENDE; RAMALHO, 2019, p. 23). Fairclough enumera, ainda, três questões básicas, as quais servem de força-motriz para seus estudos, conforme descrevem Oliveira e Carvalho (2013, p. 282): as relações dialéticas, complementares e até mesmo contraditórias entre discurso e práticas sociais; o grau de conscientização que as pessoas têm (ou não têm) acerca das relações de poder a que estão sujeitas; e o papel crucial do discurso nas mudanças sociais.

Uma concepção mais recente de Fairclough sobre a Análise de Discurso Crítica pende a balança para a face da teoria ante a face do método, constituindo uma “[...] perspectiva teórica sobre a língua e, de uma maneira mais geral, sobre a semiose (que inclui a linguagem visual, linguagem corporal, e assim por diante)”. Mantendo o caráter dialógico que lhe é intrínseco, a ADC configura-se como proposta engajante, não apenas “[...] interdisciplinar, mas transdisciplinar, entendendo que coengajamentos particulares sobre determinados aspectos do processo social devem suscitar avanços teóricos e metodológicos [...]” em múltiplas áreas do conhecimento. Preocupando-se com “[...] as mudanças radicais na vida social contemporânea, no papel que a semiose tem dentro dos processos de mudança e nas relações entre semiose e outros elementos sociais dentro da rede de práticas”, a Análise de Discurso Crítica emerge como um campo amplo de estudo que possibilita reflexões sobre o processo social (FAIRCLOUGH, 2012, p. 307-309).

Finalmente, entende-se que a Análise de Discurso Crítica é pautada pelos seguintes princípios: orientação para problemas sociais e suas possíveis soluções; interdisciplinaridade e ecleticidade; desmistificação de sistemas ideológicos e de poder através da investigação de dados semióticos; multimodalidade; e claro posicionamento político (WODAK; MEYER, 2009, p. 13).

Sintetizando, conclui-se que a ADC: é análise, pois lança mão de dispositivos teóricos e metodologias de pesquisa para investigar fenômenos e práticas sociais; é de discurso, uma vez que tem como matéria-prima as representações linguísticas consubstanciadas em textos das mais diversas fontes e modalidades; e é crítica, posto que não retroage em seu objetivo primordial de descobrir, descrever e denunciar ideologias hegemônicas, além de ter a lucidez de aceitar e revelar suas limitações.

Ainda que enraíze seus fundamentos na ciência, a Análise de Discurso Crítica não pretende ser ou fazer ciência, mas propor caminhos válidos para um exercício racional e livre de pensamento reflexivo, estendendo um olhar empático para as relações humanas, gerando e motivando certo engajamento pela mudança social.

2.1 CONCEITOS ELEMENTARES

A Análise de Discurso Crítica é formada por um numeroso constructo gnosiológico, produzido com base em uma miríade de influências filosóficas, históricas, sociológicas, psicológicas e linguísticas.

As fontes epistemológicas são vastas, interessantes e valiosas, tanto para o estudo aprofundado da Análise do Discurso, quanto para a compreensão das Ciências Sociais como um todo. Ainda que não façam parte do escopo deste trabalho, urge, ao menos, citar alguns desses alicerces:

- a) a Filosofia da Práxis de Antonio Gramsci;
- b) a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt;
- c) a Linguística Sistêmico-Funcional de Michael Halliday;
- d) a Linguística Crítica de Roger Fowler e Gunther Kress;
- e) o dialogismo do Círculo de Bakhtin;
- f) as perspectivas da análise discursiva de Michel Foucault; e
- g) o Realismo Crítico de Roy Bhaskar.

Nesse ínterim, a título de salvaguardar um acesso mais suave às principais ideias aqui discutidas, muitas delas desenvolvidas a partir do trabalho dos sobreditos pensadores, compilaram-se a seguir alguns dos conceitos mais relevantes para a ADC: discurso; poder; ideologia; hegemonia; sujeito; identidade; e modernidade.

2.1.1 Discurso

Wodak e Meyer (2009, p. 12-13) reconhecem uma enorme variedade de sentidos e elasticidade de usos para o termo “discurso”, o que causa confusão, abre espaço para comentários reprobatórios e permite interpretações equivocadas.

Pedro (1997, p. 19-20) traz a questão da dualidade de perspectivas a respeito do discurso: por um lado, “[...] há os que olham o discurso como um momento do uso linguístico e, por outro, os que consideram o uso linguístico como um momento de um discurso”. Essa dualidade parece ter sido superada pela Análise de Discurso Crítica, para a qual o discurso “[...] passou a ser visto como um momento das práticas sociais, interconectado a outros momentos igualmente importantes [...]” (RESENDE; RAMALHO, 2019, p. 9), manifestando ou ocultando, não apenas o desejo, mas sendo o discurso o próprio objeto do desejo, traduzindo em si mesmo as lutas e os sistemas de dominação, e sendo também o motivo dessas, na concepção de um poder superior do qual todos parecem querer se revestir (FOUCAULT, 1996, p. 10). A Análise de Discurso Crítica, neste diapasão, permite “[...] recuperar os processos histórico-sociais de produção dos discursos, destacando o ponto de articulação, nesse discurso, entre o linguístico e o social” (VIEIRA; MACEDO, 2018, p. 50).

O termo “discurso” é entendido aqui como um aspecto precípua na “[...] formação de crenças, conhecimentos, valores e visões de mundo”, ostentando “[...] elementos verbais e visuais de poderoso impacto na contemporaneidade [...]” como forma de prática social (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 216). Uma visão que parece conciliar-se bem com a ideia de Foucault (2008, p. 135), para quem o discurso é um conjunto de enunciados repetíveis e historicamente reconhecíveis,

[...] um modo de ação historicamente situado. Essa concepção implica considerar que, por um lado, estruturas organizam a produção discursiva nas sociedades e que, por outro, cada enunciado novo é uma ação individual sobre tais estruturas, que pode tanto contribuir para a continuidade quanto para a transformação de formas recorrentes de ação [...], constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença (RESENDE; RAMALHO, 2019, p. 25-26).

Para Jäger e Maier (2009, p. 48-49), o discurso é um fluxo crescente e constante de conhecimentos que, intimamente emaranhados uns aos outros, expressa a prática social ao mesmo tempo que oportuniza o exercício do poder, institucionalizando e regulando formas de falar, pensar e até mesmo agir na sociedade. O discurso se revela, conforme esta visão, como um elemento facilitador, formador e de espelhamento da realidade em sua forma concreta, e não ideal. Discursos, nesse caso, não são meras ideologias, mas aparelhos sociais ou meios de produção de sujeitos e de materialidades.

Van Dijk (2009, p. 84) parte do pressuposto de que definir sucintamente noções tão fundamentais quanto discurso é uma tarefa sem sentido, pois seriam necessárias teorias ou disciplinas inteiras para abarcar, de forma satisfatória, este objeto de estudo. Entretanto, em um segundo esforço, o linguista holandês descreve discurso como um fenômeno social multidimensional que apresenta as seguintes idiossincrasias isocrônicas: é um objeto linguístico; uma ação; uma forma de interação social; uma prática social; uma representação mental; um evento ou atividade interacional ou comunicativa; um produto cultural; uma mercadoria econômica que está sendo vendida e comprada. Do ponto de vista semiótico, entende que “[...] os discursos podem também “apresentar expressões não verbais, tais como desenhos, imagens, gestos, expressões faciais [...]”, entre outras (VAN DIJK, 2018, p. 136). É “[...] uma definição bastante ampla que inclui estruturas verbais (faladas e escritas) e quaisquer aspectos semióticos (interpretáveis) do evento comunicativo que sirvam diretamente de apoio” (VAN DIJK, 2020, p. 167).

Em Reisigl e Wodak (2009, p. 105-106), o discurso é uma entidade semiótica dinâmica que está aberta a diferentes interpretações, um objeto de investigação sempre suscetível ao olhar do analista. É um grupo de práticas contextualizadas e situadas em campos socialmente constituídos e constitutivos.

Já Mautner (2009, p. 140) adota um ângulo de ataque mais funcionalista e construtivista do discurso, como um texto autêntico e cheio de camadas de sentido, evidenciadas por padrões linguísticos sistematizados, utilizado para cumprir certas funções sociais, com considerável potencial de mudança social.

Considerando uma forma específica de prática, no campo das cognições pessoais, Van Leeuwen (2008, p. 6) assevera que o discurso pode ser e é usado como recurso para representar, reconstruir ou recontextualizar práticas sociais em textos.

Um outro entendimento, mais abrangente, encara o discurso como “[...] uma forma de agir, podendo exercer poder e controle; além de representar uma realidade socialmente compartilhada”, propondo em sua teoria uma “[...] forma de construção de identidades discursivas de indivíduos ou grupos sociais” (PEREIRA; TEIXEIRA; PEREIRA, 2020, p. 33).

Com Fairclough (2009, p. 182), tem-se que discursos são “[...] formas semióticas de construir aspectos do mundo (físico, social ou mental), que geralmente podem ser identificados com diferentes posições ou perspectivas de diferentes grupos de atores sociais”. O discurso é uma dimensão da prática social, um modo de ação, representação e significação socialmente constitutivo, guardando relação dialética com a estrutura social, que molda e restringe, direta ou indiretamente, as práticas discursivas (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). Assim, este ponto de vista acerca do discurso abarca a possibilidade de articulação de inúmeras semioses — desde a língua falada e/ou escrita; a letra de uma música sendo cantada; até a comunicação não verbal, como expressões faciais, gestos e movimentos do corpo; ou mesmo conteúdos imagéticos, como fotografias, pinturas ou filmes — com outros elementos não discursivos, como crenças, valores, desejos, instituições ou relações (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 38).

Seguindo esta linha silogística, ao estudar o discurso também do ponto de vista dos estilos e dos gêneros, “[...] fica mais explícita a forma como o ator social age por meio do discurso sob interferência e também interferindo nas demais dimensões, podendo reproduzir ou transformar essa prática social” (PEREIRA; TEIXEIRA; PEREIRA, 2020, p. 38).

2.1.2 Poder e dominação

Discurso e poder estão intrinsecamente conectados. Erra o analista que opta por desvincular esses dois elementos, uma vez que o “[...] poder não está afastado do discurso, assim como não está em uma posição meramente genética, de mero gerador. O poder e o discurso se relacionam de maneira interconstitutiva” (COSTA, 2015, p. 60). O discurso consolida-se como uma prática que “[...] estabelece, mantém, transforma as relações de poder, [...] uma prática ideológica que constitui, naturaliza, mantém e também transforma as visões de mundo nas mais diversas posições das relações de poder” (NASCIMENTO *et al.*, 2020, p. 47).

Para Wodak e Meyer (2009, p. 19-20), o discurso é usado pela estrutura dominante para a reprodução dessa dominação social, enquanto os grupos dominados aplicam o discurso como ferramenta de resistência. Interessante observar que, desta relação dialógica, surge a problemática da rotulagem e diferenciação adequada entre uso e abuso de poder, cujos padrões e limites variam conforme o contexto sociopsicológico da prática discursiva. Descrevem, ainda, que o poder não advém necessariamente da linguagem, mas que a linguagem (em forma de discurso) poderá ser usada para desafiar, subverter ou até mesmo redistribuir porções de poder a longo prazo. Tomando como terreno comum a concepção weberiana — na qual poder é a oportunidade de realização de vontades, mesmo frente à resistência, em uma relação social qualquer —, Wodak e Meyer apontam pelo menos três significados de poder presentes na Análise de Discurso Crítica, enfatizando o último: poder como resultado do emprego de recursos por atores individuais; poder como um atributo de troca social em cada interação; e poder como um elemento característico e constitutivo da sociedade.

Poder significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade. Dominação é a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis; disciplina é a probabilidade de encontrar obediência pronta, automática e esquemática a uma ordem, entre uma pluralidade indicável de pessoas, em virtude de atividades treinadas. O conceito de ‘poder’ é sociologicamente amorfo. Todas as qualidades imagináveis de uma pessoa e todas as espécies de constelações possíveis podem pôr alguém em condições de impor sua vontade, numa situação dada. Por isso, o conceito sociológico de ‘dominação’ deve ser mais preciso e só pode significar a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem. O conceito de ‘disciplina’ inclui o ‘treino’ na obediência em massa, sem crítica e sem resistência (WEBER, 2000, p. 33).

Revel (2005, p. 67-69), aprofundando-se no exaustivo estudo de Michel Foucault sobre o conceito e formas de manifestação do poder, destaca alguns axiomas basilares sobre o tema: o poder é sempre exercido pelos sujeitos e sobre os sujeitos, individual ou coletivamente; o poder não é uma unidade primordial, coerente, única, estabilizada, fixa ou absoluta, mas constituída de relações de poder; o poder, em sua essência, não pertence a ninguém e ninguém o detém permanentemente; o poder não exerce um papel exclusivamente repressivo, mas pode apresentar-se como produtivo; a análise das relações de poder em um evento discursivo deve observar alguns fatores, como o sistema de diferenciações entre os sujeitos, o objetivo da ação sobre as ações dos outros, as modalidades de instrumento de poder presentes e utilizadas na relação, a presença de poderes institucionalizados, e o grau de racionalização. Ainda segundo Foucault, conforme explicita Nascimento *et al.* (2020, p. 51), os dispositivos de controle — legitimados por instituições como escolas, igrejas, hospitais, prisões, quartéis e fábricas, por exemplo —, discretamente inseridos na estrutura social, atuam como perpetuadores de relações assimétricas de poder, aprisionando culturalmente os sujeitos e permitindo contextos conflituosos, gerando dualidades como: opressor e oprimido, mandante e mandatário, persuasivo e persuadido. Por conseguinte, “[...] a sociedade, através das instituições, faz uso abusivo do poder a fim de domesticar os sujeitos por meios como a vigilância e a punição”, caracterizando o poder exercido desta maneira como algo antinatural, que “[...] não se restringe ao poder estatal e está interligado às práticas sociais, as quais moldam comportamentos, ações e discursos” (NASCIMENTO *et al.*, 2020, p. 52).

Jäger e Maier (2009, p. 50-51) trazem luz a dois vínculos interdependentes entre poder e discurso: o poder do discurso e o poder sobre o discurso. O poder do discurso refere-se à formação de uma consciência individual e de massa de uma sociedade, através da permissão ou proibição de um conjunto de declarações. Tais declarações, repetidas à exaustão, e dispendo de conteúdos recorrentes, símbolos e estratégias, consubstancializam conhecimentos capazes de determinar, naquele grupo social em que trabalham, o modo de pensar, de interpretar e de agir sobre a realidade de forma material, organizando tanto outras práticas discursivas como práticas não-discursivas. Por esta ótica, é o discurso que produz os sujeitos (e não o contrário), e o faz de um modo supraindividual, obtendo uma espécie de “vida própria” ao evoluírem, muitas vezes de forma autônoma, alheia à vontade ou interferência dos sujeitos, causando efeitos imprevisíveis.

Já o poder sobre o discurso refere-se a patamares diferentes de influência que grupos ou indivíduos podem exercer. Entretanto, assumindo o poder do discurso como factual, denota-se, já de antemão, que não há a possibilidade de controle total sobre o discurso. Assim, os discursos podem ser obviamente coproduzidos, manipulados, alterados ou servirem aos propósitos daqueles que tiverem maiores condições de neles interferir, mas guardando sempre a consciência de que, sendo o discurso uma entidade independente, é impossível ter o controle total de seus efeitos. Complementando esse entendimento, Van Dijk trata o conceito de poder como “poder social” em termos de possibilidade de controle. Para ele,

[...] os grupos possuem (maior ou menor) poder se forem capazes de exercer (maior ou menor) controle sobre os atos e as mentes dos (membros de) outros grupos. Essa habilidade pressupõe a existência de uma base de poder que permita um acesso privilegiado a recursos sociais escassos, tais como a força, o dinheiro, o status, a fama, o conhecimento, a informação, a ‘cultura’ ou, na verdade, as várias formas públicas de comunicação e discurso [...] Além disso, os grupos dominados podem, em menor ou maior grau, aceitar, consentir, acatar, legitimar ou resistir a esse poder e até mesmo achá-lo ‘natural’ (VAN DIJK, 2018, p. 117-118).

O controle, como exercício de poder, é realizado em três níveis: o nível do acesso; o nível do discurso; e o nível da cognição. No nível do acesso, controla-se a chance de participação em contextos discursivos através da elitização dos recursos escassos, ou seja, são impostos limites acerca de “quem pode falar e escrever para quem, sobre o que, quando e em que contexto, ou quem pode participar desses eventos comunicativos nos mais variados papéis de ouvintes” (VAN DIJK, 2018, p. 89). No nível do discurso, é controlado o contexto da produção dos discursos, em sua estrutura, o seja, após vencida a barreira do acesso, é preciso respeitar uma série de convenções do uso da língua, como linguagem não-verbal, sons, sintaxe, léxico, significado local e global do discurso, organização do discurso, retórica, atos de fala e interações (VAN DIJK, 2018, p. 136). No nível da cognição ou da mente, busca-se uma mudança de mentalidade, envolvendo aprendizagem, indução, manipulação e doutrinação, por meio de quatro estratégias básicas: um pragmatismo diretivo, como comandos, ameaças, leis, instruções, conselhos; a persuasão, notadamente na publicidade e propaganda, com repetição e argumentação; a opinião de especialistas, cuja base “científica” e de conhecimento concedem credibilidade às suas previsões, planos, alertas; e o simbolismo, através de narrativas artísticas ou jornalísticas, com forte apelo dramático, sensorial e/ou emocional (VAN DIJK, 2018, p. 52-53).

É nessa perspectiva que Van Dijk aborda o conceito de poder como um mecanismo que opera através do discurso para o controle da mente das pessoas. Porém, para o autor, o uso do poder nem sempre é negativo, ele pode existir apenas para manter certa ordem social e fazer com que as relações ocorram de maneira regular, como exemplo ele usa o poder exercido pelos pais sobre os filhos. Quando o poder é utilizado como forma de dominar indivíduos e grupos, temos o que o autor denomina de abuso de poder, que se refere à dominação exercida pelas elites simbólicas e, obviamente, resultam em desigualdade e injustiças sociais. Isso significa que quando há conflitos de interesse nas relações sociais, um grupo sempre sai prejudicado (NASCIMENTO *et al.*, 2020, p. 58-59).

Para Reisigl e Wodak (2009, p. 104-105, tradução nossa), o poder é “[...] uma relação assimétrica entre os atores sociais que assumem posições sociais diferentes ou pertencem a grupos sociais diferentes”, corroborado ou invalidado discursivamente, e que pode ser exercido por diversos meios, tais como: a violência; ameaças ou promessas; pela ação ou submissão a uma autoridade; ou pelo controle técnico, como meios de produção ou de transporte, armamento, entre outros.

Fairclough (1989, p. 1, tradução nossa) acredita que existe uma subestimação generalizada e significativa, principalmente entre os estudiosos das Ciências Sociais, acerca da importância da linguagem na “[...] produção, manutenção e mudança nas relações sociais de poder”, e defende a relevância do seu trabalho para a conscientização de “[...] como a linguagem contribui para a dominação de um grupo de pessoas sobre outros grupos [...]”, uma vez que “[...] a tomada de consciência sobre algo é o primeiro passo para a emancipação”. Para Fairclough, há duas formas de exercício e manutenção do poder: coerção ou consentimento, que costumam ocorrer combinadas nas mais variadas proporções e intensidades. Ambas as formas provaram ser eficazes ao longo da História, mas o consentimento é o caminho mais econômico e menos arriscado. Neste ponto é que atua o discurso, por ser o veículo da ideologia, e a ideologia ser o mecanismo-chave para o consentimento (FAIRCLOUGH, 1989, p. 33-34). O poder no discurso, portanto, corresponderia à ação de participantes poderosos controlando, restringindo e contendo as intenções de intervenção advindas de participantes não poderosos, limitando: o conteúdo, ou seja, o que é dito ou feito na interação; as relações, ou seja, os elos estabelecidos pelas pessoas no discurso; e os sujeitos, ou seja, os papéis ou as posições no discurso que podem ser ocupadas pelas pessoas (FAIRCLOUGH, 1989, p. 46). Haveria, ainda, um poder por trás do discurso, que “[...] pressupõe o que seria um efeito oculto do poder, que leva à construção e à manutenção coesa e funcional de toda a ordem do discurso” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 44).

Uma perspectiva complementar acerca do conceito em discussão vem da ideia de poder externo e poder interno, apresentada por Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 24). O poder externo é representado pelas estruturas ou redes de práticas sociais que são definidas e mantidas pela dinâmica de tensões entre limites estabelecidos pelos grupos dominantes (permanências) e as constantes lutas pelo controle. O poder interno está patente nas práticas mais particulares, nas quais alguns sujeitos são capazes de incorporar em suas ações o agenciamento de outros indivíduos, reduzindo sua autonomia. Os efeitos de uma camada de poder reverberam na outra, causando um ciclo retroalimentado de interrelações de forças, podendo ser expressas em lutas sociais. De qualquer forma, o poder moderno é invisível, autossustentado e fomentador de assujeitamentos.

Para Fairclough, o poder é exercido e reproduzido no discurso e, também, nas relações sociais ocultadas por trás do discurso. Os sentidos dados aos textos causam efeitos ideológicos que passam a ter causas práticas na vida social em diferentes esferas, desde relações sociais privadas até instâncias superiores da vida pública. Crenças, valores, conhecimentos, interações e atitudes são motivadas e constituídas sociodiscursivamente para manter e/ou reverter relações. Em ambos os casos, o poder é mantido e perdido nas inúmeras lutas sociais. Dessa maneira, o controle da ordem do discurso se torna um mecanismo poderoso tanto para produzir quanto para sustentar as relações assimétricas de poder, ocasionando, consequentemente, relações de desigualdade social e injustiça (NASCIMENTO *et al.*, 2020, p. 57).

Distingue-se como um dos objetivos mais caros para a Análise de Discurso Crítica o desvelamento do papel discursivo nas relações de dominação, bem como de “[...] quais as estruturas, estratégias ou outras propriedades do texto, falado ou escrito, da interação verbal, ou dos acontecimentos comunicativos em geral, que desempenham um papel nestes modos de reprodução”, conforme assinala Pedro (1997, p. 25). A dominação é o pleno “[...] exercício do poder social por elites, instituições ou grupos, que resulta em desigualdade social”. Para a autora, a desigualdade social é um conceito amplo, que abarca, em seu âmago, a “[...] desigualdade política, a desigualdade cultural e a que deriva da diferenciação e discriminação de classe, de raça, de sexo e de características étnicas”.

O poder e a dominação estão organizados e institucionalizados, implicando a esta organização social, política e cultural da dominação também uma hierarquia de poder, já que alguns membros de grupos e de organizações dominantes assumem um papel especial no planejamento, na tomada de decisões e no controle das relações e processos da ativação do poder (PEDRO, 1997, p. 29).

2.1.3 Ideologia

O conceito de ideologia pode ser apreciado por dois vieses: o viés neutro, livre de juízos de valor, no qual a ideologia é definida como um sistema básico de crenças e de pensamentos simbólicos, circunscritos a momentos de ações sociais ou políticas; ou o viés crítico, no qual a presença de ideologia contamina a prática social, revelando, sempre, um aspecto negativo, por ser uma ferramenta de construção de sentidos a serviço da dominação e da hegemonia (SILVA JÚNIOR; PINHEIRO; NASCIMENTO, 2020, p. 67). O viés crítico evita a neutralidade, tratando os fenômenos ideológicos como sendo predominantemente “[...] enganadores e ilusórios ou ligados com os interesses de algum grupo particular [...]”, postulando o caráter eminentemente hegemônico da ideologia, servindo e favorecendo a indivíduos e grupos dominantes, ao sustentar relações de dominação (RESENDE; RAMALHO, 2019, p. 49).

Eagleton (1997, p. 38-40) enumera seis definições possíveis para o conceito de ideologia, da concepção mais abrangente para a mais específica:

- a) ideologia é o processo material e genérico por meio do qual os indivíduos produzem, individual ou coletivamente, ideias, crenças e valores sociais como um reflexo de suas próprias vivências;
- b) ideologia é o conjunto de ideias e crenças de um grupo socialmente significativo, simbolizadas por sua visão de mundo;
- c) ideologia é um instrumento que promove e legitima os interesses de grupos sociais privilegiados em detrimento de outros grupos com interesses opostos aos seus — interesses que devem ser relevantes, de apoio ou de contestação da dominação vigente, que coexistem e que colidem num campo social discursivo sem compromisso necessário com a verdade, mas buscando efeitos que sirvam aos seus propósitos;
- d) ideologia é a unificação de uma formação social composta por uma classe dominante, permitindo e garantindo tanto a imposição de ideias dos estratos superiores, quanto a cumplicidade dos estratos dominados;
- e) ideologia é a legitimação de interesses de grupos dominantes mediante a imposição, distorção e dissimulação de ideias e crenças; e
- f) ideologia é a disseminação de crenças falsas ou ilusórias a partir de um sistema estruturado social materialista que busca sua própria permanência e manutenção, independentemente dos grupos.

Wodak e Meyer (2009, p. 18), em estudo sobre a questão ideológica presente em discussões na área de Ciências Políticas, nomeou quatro características centrais das ideologias: priorizam o poder em desfavor da cognição e do conhecimento; são capazes de orientar as avaliações dos indivíduos, ou até mesmo o juízo de valor dos sujeitos; direcionam as pessoas por meio da ação; e são logicamente coerentes, no mínimo, sem necessária vinculação com a verdade.

Para Jäger e Maier (2009, p. 66, tradução nossa), a ideologia é revelada pelas posições discursivas tomadas pelos sujeitos, grupos ou instituições, participantes da interação social. Tais atores “[...] desenvolvem uma posição discursiva porque estão enredados em vários discursos. Eles são expostos a discursos e os transformam em um contexto ideológico específico [...]”, conciliando suas visões de mundo e experiências. Neste processo orgânico de posicionamento, podem surgir posições discursivas dissidentes, realizáveis em “contradiscursos” — embasados em temas advindos de outras ordens discursivas ou simplesmente subvertendo trechos do discurso do dominador, alterando seu significado inicialmente pretendido.

Van Dijk (2009, p. 82-83, tradução nossa), definiu ideologia como sendo um apanhado de “[...] crenças compartilhadas, fundamentais e axiomáticas de grupos sociais específicos [...]”, como os socialistas, neoliberais, feministas, dentre outros. Uma ideologia organiza e controla a representação de um grupo e dos membros desse grupo, legitimando o domínio via abuso de poder. Paradoxalmente, Van Dijk (2009, p. 95-96, tradução nossa) enfatiza que “[...] não há uma ligação direta entre discurso e ideologia”: as crenças básicas de uma ideologia geram atitudes específicas, como as opiniões comuns a um grupo, que por sua vez podem influenciar um acontecimento específico — ou “eventos-modelo” —, o que, finalmente, pode estar relacionado de algum modo com o discurso que apoia o controle de um modelo contextual. Para o linguista holandês, a ideologia é um fenômeno sociocognitivo para além do sociodiscursivo, no qual crenças, opiniões, conhecimentos e representações são princípios de análise (SILVA JÚNIOR; PINHEIRO; NASCIMENTO, 2020, p. 78).

Através de processos de socialização complexos, usualmente de longo prazo, e de outras formas de ‘processamento de informação social’, as ideologias são gradualmente adquiridas pelos membros de um grupo ou cultura. Como sistemas de princípios que organizam cognições sociais, assume-se que as ideologias controlam, através da mente dos membros, a reprodução social de um grupo. As ideologias representam mentalmente as características sociais básicas de um grupo, como identidade, tarefas, finalidades, normas, valores, posições e recursos (VAN DIJK, 2005, p. 118).

Em Reisigl e Wodak (2009, p. 104, tradução nossa), a ideologia é “[...] uma perspectiva (frequentemente) unilateral ou visão de mundo composta de representações mentais relacionadas, convicções, opiniões, atitudes e avaliações [...]” de um grupo particular. A ideologia também é entendida como um meio eficaz para “[...] estabelecer e manter relações de poder desiguais por meio do discurso”, seja por meio de narrativas de identidade estabelecidas hegemonicamente, ou pelo controle de acesso a esferas discursivas — situação conhecida como “*gate-keeping*”.

Fairclough (2001, p. 116-117) revela que sua visão acerca do conceito de ideologia toma como ponto de partida a base fornecida pelo filósofo marxista franco-argelino Louis Althusser, em três asserções fundamentais: a ideologia “[...] tem existência material nas práticas das instituições, que abre o caminho para investigar as práticas discursivas como formas materiais de ideologia”; os efeitos ideológicos interpelam os sujeitos, ou seja, participam da constituição dos sujeitos; os aparelhos ideológicos de estado, representado por instituições como a escola ou a mídia, por exemplo, são “[...] locais e marcos delimitadores na luta de classe, que apontam para a luta no discurso e subjacente a ele”. Consequentemente, Fairclough entende ideologias como significações da própria realidade — ou seja, do mundo físico e material, das relações e identidades sociais, por exemplo — “[...] que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117). Essas ideologias, inseridas em aspectos naturalizados do chamado senso comum, tornam-se mais eficazes, posto que menos visíveis. Assim, a sustentação e a reprodução de ideologias envolvidas nas práticas discursivas promovem relações desiguais de poder, figurando, não como elementos centrais do discurso, mas como suposições que dão margem a interpretações, tanto na produção quanto na decodificação dos textos (FAIRCLOUGH, 1989, p. 85).

Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 26-27) definem ideologias como construções discursivas gestadas a partir de construções de práticas sociais que revelam contradições, dilemas e antagonismos, a fim de proteger e prolongar as relações de dominação existentes. Desta forma, a ideologia está presente no discurso como um momento de prática social, relacionado a outros momentos e outras práticas — e outras redes de práticas. O discurso de uma prática social acaba por “colonizar” outro, ou se apropriar do outro, dependendo de como as relações de poder são expressas entre esses discursos e essas práticas.

Thompson (2011, p. 76) propõe uma concepção crítica da ideologia, em contraponto com as visões tidas como neutras. Para o autor, um símbolo só é ideológico se estiver servindo, dentro de um contexto sócio-histórico definido e estruturado, para estabelecer e sustentar relações de dominação. Se um fenômeno qualquer, inclusive discursivo, não estiver imbuído deste propósito, não pode ser considerado ideológico. Portanto, não resta nenhuma possibilidade de conceituar qualquer ideologia como “neutra”.

A análise da ideologia, de acordo com a concepção que irei propor, está primeiramente interessada com as maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder. Ela está interessada nas maneiras como o sentido é mobilizado, no mundo social, e serve, por isso, para reforçar pessoas e grupos que ocupam posições de poder. Deixem-me definir este enfoque mais detalhadamente: estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação (THOMPSON, 2011, p. 75-76).

Corroborando com este postulado, Fairclough (2003, p. 59, tradução nossa) descreve que certas suposições existenciais ou proposicionais só podem ser consideradas ideológicas se houver um “[...] necessário e plausível argumento de que é de fato eficaz, junto com outras proposições e crenças relacionadas, na manutenção de relações de poder [...]”, para além da simples evidência textual.

Em complemento, e no mesmo diapasão, Resende e Ramalho (2019, p. 48) defendem que o “[...] julgamento de quanto uma representação é ideológica só pode ser feito por meio da análise do efeito causal dessa representação em áreas particulares da vida social [...]”, uma vez que os discursos podem carregar em seu bojo representativo certas conjecturas acerca “[...] do que existe, do que é possível, necessário, desejável. Tais presunções podem ser ideológicas, posicionadas, conectadas a relações de dominação”. Compreender, linguística e socialmente, essas relações dialéticas, deve compor o foco do analista do discurso.

Buscando fornecer um esquema metodológico para análise dos modos de operação da ideologia, bem como suas estratégias típicas de construção simbólica, que influenciam na “[...] construção das identidades sociais, das versões da realidade, das visões de mundo e a produção do consenso social e político” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 45), Thompson (2011, p. 81-89) distingue, ainda, cinco ferramentas ideológicas, a saber: a legitimação; a dissimulação; a unificação; a fragmentação; e a reificação, resumidas no Quadro 01, a seguir.

QUADRO 01 — MODOS DE OPERAÇÃO DA IDEOLOGIA

MODOS GERAIS	ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA
LEGITIMAÇÃO Relações de dominação são representadas como legítimas, justas e dignas de apoio	RACIONALIZAÇÃO Uma cadeia de raciocínio procura justificar um conjunto de relações (regras) UNIVERSALIZAÇÃO Interesses específicos são apresentados como interesses gerais NARRATIVIZAÇÃO Exigências de legitimação inseridas em histórias do passado que legitimam o presente
DISSIMULAÇÃO Relações de dominação são ocultadas, negadas, obscurecidas, minimizadas ou apresentadas de modo a desviar a atenção	DESLOCAMENTO Deslocamento contextual de termos e expressões, geralmente utilizados fora de seu contexto original EUFEMIZAÇÃO Valoração positiva de instituições, ações ou relações, com ofuscação de pontos de instabilidade TROPO Uso figurativo da linguagem, como: sinédoque, metonímia, metáfora
UNIFICAÇÃO Construção simbólica de identidade coletiva, que prevalece a despeito das discordâncias e diferenças	PADRONIZAÇÃO Um referencial padrão proposto como fundamento partilhado SIMBOLIZAÇÃO DA UNIDADE Construção de símbolos de unidade e identificação coletiva
FRAGMENTAÇÃO Segmentação de indivíduos e grupos que possam representar ameaça ao grupo dominante	DIFERENCIAÇÃO Ênfase em características que desunem e impedem a constituição de um grupo coeso EXPURGO DO OUTRO Construção simbólica de um inimigo que deve ser combatido
REIFICAÇÃO Retratação de uma situação transitória como permanente e natural	NATURALIZAÇÃO Criação social e histórica tratada como acontecimento natural ETERNALIZAÇÃO Fenômenos sócio-históricos apresentados como permanentes NOMINALIZAÇÃO / PASSIVAÇÃO Concentração da atenção em certos temas em detrimento de outros, com apagamento de atores e ações

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022), adaptado de Resende e Ramalho (2019, p. 52).

Após apresentar seus modos de dominação, Thompson (2011, p. 81-82) presta alguns esclarecimentos importantes: os cinco modelos de operação da ideologia apresentados são os mais comuns, mas não são os únicos possíveis, e nem mesmo estanques em suas classificações, podendo inclusive ocorrer de forma sobreposta uns aos outros; a lista dos modos é exemplificativa e não exaustiva, podendo receber outras contribuições; as estratégias não são ideológicas em sua natureza, mas o seu uso com propósito em uma circunstância particular, sim.

2.1.4 Hegemonia e mudança

O princípio da linguagem como espaço de luta hegemônica “[...] viabiliza a análise de contradições sociais e lutas pelo poder que levam o sujeito a selecionar determinadas estruturas linguísticas ou determinadas vozes [...]”, abrindo espaço para novas articulações e possibilidades (RESENDE; RAMALHO, 2019 p. 18). Dentre as articulações, destaca-se a hegemonia. Dentre as possibilidades, ressalta-se a concepção de mudança discursiva e social. Baseado na obra de Gramsci, “[...] segundo a qual o poder nas sociedades capitalistas modernas se caracteriza pela hegemonia [...]” formada frequentemente nas práticas discursivas das instituições e organizações, Fairclough (1997, p. 77) desenvolve sua tese, na qual alidra que ideologias naturalizadas, encerradas discursivamente, compõem um mecanismo eficaz para preservação de hegemonias, e que a hegemonia cultural é, sem dúvidas, uma das faces do controle discursivo intentado pelas instituições.

Silva, Maia e Muller (2020, p. 87-90), analisando a obra de Gramsci, dividem a noção de hegemonia em quatro planos: o plano epistemológico, o plano político, o plano discursivo e o plano pedagógico. No plano epistemológico, a hegemonia presente nos discursos é estruturante, funcionando como “[...] elemento de coesão para as classes dirigentes e de subordinação para as massas populares, cerceando-lhes o pensamento original e próprio”. No plano político, a hegemonia funciona de modo brutal nas chamadas “autocracias”, com uso de força e abuso de poder, enquanto nas democracias a luta é mais suavizada, e grupos dominantes “[...] hierarquizam seus interesses e necessidades e cedem naqueles de menor valor como forma de convencer o corpo social de que fazem parte de um mesmo grupo que cede contra inimigos invisíveis”. No plano discursivo, há a incidência do “automatismo”, da generalização da opção hegemônica que aparece reproduzida individualmente, pois

[...] a tendência é que os diversos discursos venham a se conduzir, social e quantitativamente, para a impressão de que essa associação não seja totalmente arbitrária e sequer translucidamente convencionalizada, fazendo com que determinados significantes sejam automaticamente associados a seus significados, impregnando-se deles. Através dessa estratégia é que discursos hegemônicos funcionam, criando leitores automáticos para suas proposições ao passo que os discursos contra-hegemônicos, questionando tais associações como construídas histórica, cultural e socialmente, na perspectiva crítica, [...] servem a interesses específicos na estrutura social, mais notadamente, em nossa época, aos interesses econômicos [...], propondo que há associações não arbitrárias, mas hegemônicas e, portanto, automáticas (SILVA; MAIA; MULLER, 2020, p. 92).

Assim, as “[...] hegemonias são produzidas, reproduzidas, contestadas e transformadas no discurso [...]”, e sua manutenção depende da capacidade de um grupo em sustentá-las com práticas discursivas (RESENDE; RAMALHO, 2019, p. 44).

Finalmente, no plano pedagógico, a hegemonia se manifesta através do conhecimento, distanciando-se de uma visão militarizada, violenta e opressora para se travestir de educação e cultura, na busca de consensos (SILVA; MAIA; MULLER, 2020, p. 90). Para Fairclough (2001, p. 28), hegemonia é um modo de dominação baseado em alianças, na subordinação e geração de consentimento, em que práticas discursivas estruturadas em modelos particulares de ordens do discurso são naturalizadas e angariam ampla aceitação. Também em Fairclough (2001, p. 122-125), tem-se ampla discussão sobre esse ponto, resultando em múltiplas definições:

- a) hegemonia é liderança e dominação em áreas como economia, política, cultura e ideologia;
- b) hegemonia é o poder exercido de uma classe dominante sobre a sociedade, atingindo um parcial, temporário e instável equilíbrio;
- c) hegemonia é a construção de alianças ou negociação de concessões para a obtenção de maior consenso (apoio) possível;
- d) hegemonia é a manutenção do foco nos pontos instáveis das constantes lutas entre classes, operacionalizando rompimento ou construção de relações de dominação e/ou subordinação; e
- e) hegemonia envolve instituições da sociedade civil organizada, compondo desigualdades de níveis e domínios diferentes.

A hegemonia, portanto, está sempre em disputa. O atrito entre os grupos dominantes e dominados, a instabilidade nas relações e os constantes momentos discursivos que refletem tais conflitos ideológicos, garantem que as posições de indivíduos e grupos estejam sempre em contestação (FAIRCLOUGH, 2003, p. 207).

Uma vez que o poder é temporário, e que o estado de dominação é fugaz, “[...] baseado em relações hegemônicas assimétricas, conquistadas principalmente pelo uso de ordens discursivas que operam no sentido de instaurar, reforçar e sustentar, através da ideologia, discursos particulares, transformando-os em consensos” (SANTIAGO *et al.*, 2020, p. 180); considera-se que “[...] existe uma possibilidade intrínseca de desarticulação e rearticulação desses elementos” (RESENDE; RAMALHO, 2019, p. 44), ou seja, a possibilidade de um espaço para mudança discursiva e mudança social, impulsionada pela ação humana emancipada.

Mudanças no evento discursivo são motivadas por problematizações acerca das convenções em interações sociais, que por sua vez geram “[...] contradições, dilemas e entendimentos subjetivos dos problemas em situações concretas [...]”, em que posições individuais são consequência de questões estruturais em nível institucional ou societário (FAIRCLOUGH, 2001, p. 126). Diante disto, as pessoas

[...] tentam resolver esses dilemas ao serem inovadoras ou criativas, ao adaptarem as convenções existentes de novas maneiras e assim contribuírem para a mudança discursiva. A intertextualidade e, portanto, a historicidade inerente da produção e interpretação textual constituem a criatividade como opção. A mudança envolve formas de transgressão, o cruzamento de fronteiras, tais como a reunião de convenções existentes em novas combinações, ou a sua exploração em situações que geralmente as proibem (FAIRCLOUGH, 2001, p. 126).

Portanto, “[...] normas são modificadas, questionadas ou confirmadas em ações transformadoras ou reprodutivas [...]”, no exercício de certa liberdade e criatividade das quais os agentes sociais são dotados, podendo estabelecer relações inovadoras de interação, apesar de pressões sociais de poderes causais de estruturas e práticas sociais estabelecidas hegemonicamente, transitando entre a “[...] regulação e a transformação” (RESENDE; RAMALHO, 2019, p. 46).

Para Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 52), a mudança discursiva “[...] implica a transformação social advinda da intervenção de natureza discursiva: os discursos diversos, dos partidos, dos meios de massa e das elites, as identidades sociais, o apelo ao simbólico na construção do consenso e da hegemonia”; enquanto a mudança social — ao mesmo tempo mais abrangente e, por esta mesma razão, mais profunda — “[...] implica a transformação da realidade provocada pela intervenção dos diversos aspectos presentes numa determinada conjuntura”.

Para Lira e Alves (2018, p. 113), a mudança social refere-se à “[...] transformação das práticas sociais ou das redes de práticas sociais [...]”, contemplando mudanças “[...] nas estruturas sociais, práticas sociais e eventos sociais [...]”, num processo dialético e discursivamente orientado que “[...] pressupõe conexão entre elementos semióticos e outros elementos da vida social [...]”, originado em recontextualizações discursivas e concluído em operações nos modos de interação, gêneros, modos de ser, estilos e organização.

Três tendências na operação de mudanças são discutidas na Análise de Discurso Crítica: a democratização; a comodificação; e a tecnologização do discurso.

A democratização é a “[...] retirada de desigualdades e assimetrias dos direitos, das obrigações e do prestígio discursivo e linguístico dos grupos de pessoas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 248), por meio de procedimentos como: respeito e aceitação de dialetos e sotaques; maior acesso a tipos de discurso de autoridade; eliminação de marcadores explícitos de hierarquia ou discriminação na linguagem; redução da formalidade; equilíbrio nas relações de gênero na linguagem; dentre outros. A comodificação é a “[...] colonização [econômica] de ordens de discurso institucionais e mais largamente da ordem de discurso societária por tipos de discurso associados à produção de mercadoria”, ou seja, é um processo pelo qual domínios e instituições sociais, mesmo não tendo objetivos comerciais, são “[...] organizados e definidos em termos de produção, distribuição e consumo de mercadorias” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 255), estando “[...] ligada às questões mercadológicas no que diz respeito a tornar algo em caráter comercializável” (SANTIAGO *et al.*, 2020, p. 185). A tecnologização, apresentada por Fairclough (1997, p. 77), implica: na investigação das práticas discursivas de organizações e instituições sociais; na reformulação dessas práticas de acordo com estratégias e objetivos específicos; e na formação de pessoal conforme as práticas reformuladas. Tem relação com o “[...] controle sobre partes cada vez maiores da vida das pessoas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 264)

A tecnologização do discurso faz parte de uma luta, travada pelas forças sociais dominantes, para modificar as práticas discursivas institucionais já existentes, assumindo-se como uma dimensão do motor da mudança social e cultural e da reestruturação das hegemonias; baseia-se em cálculos estratégicos relativos aos efeitos hegemônicos mais alargados das práticas discursivas. Os projetos hegemônicos são, contudo, objeto de contestação em modos discursivos e outros, não sendo a tecnologização do discurso uma exceção (FAIRCLOUGH, 1997, p. 78).

As tecnologias discursivas, planejadas conscientemente para causarem um efeito específico em seu público-alvo, “[...] estabelecem uma ligação íntima entre o conhecimento sobre linguagem e discurso e poder [...]”, envolvendo, além de escolhas linguisticamente apuradas: simulações; gêneros; personalização sintética; habilidades conversacionais; educação; e publicidade (FAIRCLOUGH, 2001, p. 265-268).

As tendências demonstram “[...] aspectos da natureza discursiva, o que pode conter indícios de transformações que resultem em uma mudança social”, desvelando uma “[...] forte ligação entre a mudança discursiva e a mudança social, pois, dialeticamente relacionadas, uma influencia a outra” (SANTIAGO *et al.*, 2020, p. 185).

2.1.5 Sujeito, identidade e representação

Para a Análise de Discurso Crítica, um sujeito é uma entidade participante do processo comunicativo, linguístico e discursivo (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2020, p. 457), propenso à subjetivação, ou seja, à tomada de posições mais ou menos estáveis de reconhecimento e consciência acerca de si e do outro (BENVENISTE, 1995, p. 259), dotado de capacidade de agência e ímpeto de mudança na medida de seu nível de emancipação frente ao contexto ideológico presente (VIEIRA; MACEDO, 2018, p. 50), constituído tanto de uma dimensão cognitiva quanto de uma dimensão reflexiva (GONÇALVES-SEGUNDO, 2018, p. 84), que lhe permitem, como ator social, interagir com o mundo por meio de práticas sociais e, dentre estas, através das práticas discursivas (RESENDE; RAMALHO, 2019, p. 106).

De toda maneira, é conveniente considerar que o sujeito do discurso é um sujeito composto de várias denominações. Ele é polifônico, uma vez que é portador de várias vozes enunciativas. Ele é dividido, pois carrega consigo vários tipos de saberes, dos quais uns são conscientes, outros não são conscientes, outros, ainda, inconscientes. Enfim, ele se desdobra na medida em que é levado a desempenhar alternativamente dois papéis de base bem diferentes: papel de sujeito que produz um ato de linguagem e o coloca em cena, imaginando como poderia ser a reação de seu interlocutor, e papel do sujeito que recebe e deve interpretar um ato de linguagem em função do que ele pensa a respeito do sujeito que produziu esse ato (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2020, p. 458).

Além da admissão da singularidade e da alteridade, a subjetivação também é caracterizada pela “[...] posição que o sujeito ocupa em um campo discursivo em relação aos sistemas de valor que aí circulam, não de forma absoluta, mas em função dos discursos que ele mesmo produz”, inscritos em uma dada formação discursiva (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2020, p. 267).

Sobre a capacidade de agência dos sujeitos, entende-se que outros fatores influenciam na possibilidade de mudança, como a “[...] organização dos eventos, a reunião de elementos favoráveis, a junção de pessoas e a oportunidade histórica, somadas às habilidades pessoais de convencimento e de influência sobre os demais” (BATISTA JR; SATO; MELO, 2018, p. 15).

As dimensões cognitiva e reflexiva dos sujeitos são aspectos da identidade. Identidade é uma “[...] construção reflexiva, e em que as pessoas operam escolhas de estilos de vida, ao contrário das sociedades tradicionais, em que as possibilidades de escolha são predeterminadas pela tradição” (RESENDE; RAMALHO, 2019, p. 32).

Desse modo, o conceito de reflexividade refere-se à possibilidade de os sujeitos construírem ativamente suas autoidentidades, em construções reflexivas de sua atividade na vida social. Por outro lado, identidades sociais são constituídas por meio de classificações mantidas pelo discurso (RESENDE; RAMALHO, 2019, p. 34).

Castells (2018, p. 79) inicia sua interpretação acerca da identidade como sendo o “[...] processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais interrelacionados, o qual prevalece sobre outras fontes de significado”, sendo esse significado construído sempre socialmente, permeado por simbolismos marcados por funções sociais — papéis — e relações de poder. Partindo desse pressuposto, o sociólogo espanhol distingue três formas e origens da construção das identidades, resumidas no Quadro 02 a seguir:

QUADRO 02 — ORIGENS DA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

CARACTERÍSTICAS	IDENTIDADE LEGITIMADORA	IDENTIDADE DE RESISTÊNCIA	IDENTIDADE DE PROJETO
FONTE	Instituições dominantes da sociedade	Atores em posições desvalorizadas ou estigmatizadas	Atores redefinindo sua posição na sociedade
OBJETIVO	Expandir e racionalizar a dominação em relação aos demais atores sociais	Sobrevivência	Mudança de status social através da transformação de estruturas
BASE	Autoridade; dominação; nacionalismo	Princípios diferentes ou até mesmo opostos ao padrão da sociedade; política de identidade	Qualquer material cultural disponível; construção de novas identidades
RESULTADO	Sociedade civil, dotada de uma estrutura de aparatos; conjunto de organizações e instituições; atores sociais organizados	Comunidades; formas coletivas de recusa do <i>status quo</i> ; reforço e essencialização dos limites de resistência; identidades defensivas	Sujeitos sociais com potencial para individualização; projeto de vida; transformação da sociedade
CONFLITOS	Democracia <i>versus</i> dominação internalizada; civilidade <i>versus</i> identidade imposta e padronizada	Opressão <i>versus</i> resistência; integração <i>versus</i> fragmentação	Individual <i>versus</i> coletivo; mudança <i>versus</i> permanência

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022), adaptado de Castells (2018, p. 82-86).

Importante a reflexão de que há um certo movimento dinâmico e constante entre as construções, posto que as identidades, por exemplo, que começam

[...] como resistência podem acabar resultando em projetos, ou mesmo tornarem-se dominantes nas instituições da sociedade, transformando-se assim em identidades legitimadoras para racionalizar sua dominação. De fato, a dinâmica de identidades ao longo desta sequência evidencia que, do ponto de vista da teoria social, nenhuma identidade pode constituir uma essência, e nenhuma delas encerra, *per se*, valor progressista ou retrógrado se estiver fora de seu contexto histórico (CASTELLS, 2018, p. 82).

Para Charaudeau e Maingueneau (2020, p. 267), a formação da identidade é o resultado “[...] das condições de produção que exercem coerções sobre o sujeito, condições que estão inscritas na situação de comunicação e/ou no pré-construído discursivo, e das estratégias que ele põe em funcionamento”. Para Ottoni (2014, posição 506), “[...] devemos considerar nossas identidades como construídas em nossas práticas discursivas com o outro, pois as pessoas têm suas identidades construídas de acordo com a maneira pela qual se vinculam a um discurso”. Para Silva (2011, p. 51-52), uma identidade é constituída por uma cadeia de afirmações e de negações: a afirmação de uma identidade implica na obrigatória negação das demais, tornando identidade e diferença elementos inseparáveis, mutuamente determinados.

Charaudeau (2009, p. 310) afirma que, para a filosofia contemporânea, a identidade é o fundamento do ser, permitindo ao sujeito a tomada de consciência sobre sua existência, em quatro perspectivas: “[...] de seu corpo (um estar-aí no espaço e no tempo), de seu saber (seus conhecimentos sobre o mundo), de seus julgamentos (suas crenças), de suas ações (seu poder fazer)”. O linguista francês reflete, ainda, sobre a distinção entre identidade social e identidade discursiva. A identidade social, parcialmente determinada pelo contexto comunicacional, precisa ser reconhecida pelos outros, conferindo ao sujeito a legitimidade de uma espécie de direito de fala. Esta legitimidade “[...] depende de normas institucionais, que regem cada domínio da prática social e que atribuem funções, lugares e papéis aos que são investidos através de tais normas” (CHARAUDEAU, 2009, p. 311).

A identidade (psico)social é entendida, assim, como algo construído, reconhecido e atribuído externamente, seja por questões de performance — conhecimento teórico aliado à expertise —; por questões de poder — herança, eleição, mérito —; ou até por questões de vivência ou engajamento — militância, combate, compromisso (CHARAUDEAU, 2009, p. 312).

Já a identidade discursiva é construída pelo falante com base em credibilidade ou captação. A credibilidade é a defesa do próprio *ethos*, do valor de verdade de cada afirmação, reforçado por atitude de neutralidade, distanciamento ou engajamento. A captação, por outro lado, advém do enfrentamento a partir de uma posição de menor autoridade na relação discursiva, na qual o sujeito precisa adotar posturas polêmicas, sedutoras ou dramáticas para persuadir ou impressionar os demais sujeitos (CHARAUDEAU, 2009, p. 313).

Em Hall (2006, p. 10-13), discute-se três concepções de identidade: do Iluminismo, sociológica e pós-moderna. No Iluminismo, havia o entendimento da pessoa humana como inteira, centrada, unificada, totalmente racional, consciente e ativa, cuja personalidade essencial era mantida intocada, do nascimento ao fim da vida. A identidade sociológica, em contraposição à do Iluminismo, concebe o sujeito como relacional, interativo e dialógico que, ainda que guardasse uma porção nuclear interiorizada como essencial — e, portanto, imutável —, a maior parte de sua identidade seria composta pelo contato com outras identidades. Na pós-modernidade, a identidade está se fragmentando, até mesmo em partículas incoerentes e opostas entre si, numa composição móvel, definida a cada instante pelo contexto histórico, social e discursivo, e não biológico e natural.

Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora "narrativa do eu". A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente (HALL, 2006, p. 13).

Finalmente, para Fairclough (2001, p. 69-70), discurso e identidade se interpõem em uma relação dialética, na qual os efeitos da prática discursiva sobre a identidade social dos sujeitos afetam direta e indiretamente a forma como as pessoas utilizam a linguagem, da mesma forma que a linguagem, por sua vez, influencia na construção dessas identidades. Esta relação é fundamental para a ADC, pois “[...] os modos de construção e categorização das identidades em uma dada sociedade refletem seu funcionamento no que concerne às relações de poder, à reprodução e à mudança social” (RESENDE; RAMALHO, 2019, p. 59).

Processos de dominação e exploração inculcam nas identidades, através das relações de poder, representações que repercutem nas formas de crenças, nos valores, nos desejos e no modo de agir dos sujeitos (BESSA; SATO, 2018, p. 125), dado que é “[...] por meio da representação que identidade e diferença se ligam a sistemas de poder” (RESENDE; RAMALHO, 2019, p. 77). A representação, portanto, é uma questão discursiva que pode aludir ao mundo material, a outras práticas sociais ou, ainda, a alguma autorreferência reflexiva, exprimindo ideias a partir de diferentes perspectivas ou posições (FAIRCLOUGH, 2003, p. 26).

Com Guimelli (2004, p. 63-65), entende-se a representação como o conjunto de crenças, conhecimentos e opiniões que, produzidos e compartilhados por indivíduos de um mesmo grupo a respeito de um objeto social, auxilia na interpretação da realidade circundante, através de simbolização e de atribuição de significado.

Comentando a obra de Louis Marin¹, Chartier (2011, p. 18-19) ressalta as dimensões transitiva e reflexiva da representação. Na dimensão transitiva ou aparente, “[...] toda representação representa algo [...]”, enquanto que, na dimensão reflexiva ou de opacidade enunciativa, “[...] toda representação se apresenta representando algo [...]”. Do mesmo modo, Charaudeau e Maingueneau² (2019, p. 432-433), descrevem três funções sociais da representação, conforme o trabalho de Marin: a representação coletiva, que organiza e classifica ações e julgamentos; a exibição, que é a visualização e reconhecimento de símbolos sociais e estilizações de vida; e a presentificação, que é a incorporação de uma identidade coletiva em um único indivíduo, através de substituição, aderência ou mesmo pela relação simbólica entre o objeto presente e o ausente.

Assim construído, o conceito de representação foi e é um precioso apoio para que se pudessem assinalar e articular, sem dúvida, melhor do que nos permitia a noção de mentalidade, as diversas relações que os indivíduos ou os grupos mantêm com o mundo social: em primeiro lugar, as operações de classificação e hierarquização que produzem as configurações múltiplas mediante as quais se percebe e representa a realidade; em seguida, as práticas e os signos que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exhibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um status, uma categoria social, um poder; por último, as formas institucionalizadas pelas quais uns “representantes” (indivíduos singulares ou instâncias coletivas) encarnam de maneira visível, “presentificam” a coerência de uma comunidade, a força de uma identidade ou a permanência de um poder (CHARTIER, 2011, p. 20).

¹ MARIN, Louis. **Opacité de peinture**: essais sur la représentation au Quattrocento. Paris: Usher, 1989.

² MARIN, Louis. **Des pouvoirs de l'image**: gloses. Paris: Seuil, 1993.

2.1.6 Modernidade tardia e globalização

Para Resende e Ramalho (2019, p. 30-33), modernidade tardia é a fase atual pela qual atravessam as instituições modernas, seu desenvolvimento, sua manutenção e sua ação no mundo, cujos impactos são observados e sentidos nos hábitos, tradições, costumes e modos de vida das pessoas ao redor do globo. Isso é evidenciado através da radicalização e universalização de três traços básicos da modernidade: separação de tempo e de espaço; mecanismos de desencaixe; e reflexividade institucional.

Foi Anthony Giddens — sociólogo e filósofo britânico, famoso pela sua Teoria da Estruturação, que também influenciou o pensamento de Norman Fairclough — que formulou a expressão “modernidade tardia”:

Giddens usa o termo “modernidade posterior” (ou tardia) em relação às transformações econômicas e socioculturais das três últimas décadas do século XX, em que os signos foram separados de sua localização específica por um processo de desencaixe de elementos sociais de contextos particulares, o que os torna disponíveis em outros contextos e em diferentes escalas regionais, nacionais e globais (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 22).

Sobre a separação de tempo e de espaço, Giddens (1991, p. 21-24) faz um resgate do período pré-moderno, no qual o conceito de tempo, extremamente abstrato, fundia-se com a ideia de localidade. O “quando” era comumente representado a partir de um “onde”, e isso continuou ocorrendo mesmo após a invenção e difusão do relógio, como por exemplo: “jornada de trabalho”; “dia do Senhor”; “mês da colheita”. Paulatinamente, com a adoção de calendário e horário padronizado, e a adoção em massa do relógio, foi possível a expressão de “tempo vazio”, a ser preenchido com atividades, nem sempre diretamente vinculadas a um local específico.

Uma vez vencida a concepção mista de tempo-espaço, baseada em presença, foi possível a elaboração de um tempo-espaço ausente, distante “[...] de qualquer situação dada ou interação face a face. Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais fantasmagórico: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles” (GIDDENS, 1991, p. 22). Tal separação proporciona mecanismos racionais e organizados que sistematizam as relações, dinamizando a modernidade tardia.

Sobre a questão do desencaixe, Giddens (1991, p. 24-29) esclarece que se trata de um “[...] deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço [...]”, viabilizado pela criação de fichas simbólicas e dos sistemas peritos. Uma ficha simbólica é um meio de intercâmbio circulante, como o poder e a linguagem, mas cujo modelo mais popular é o dinheiro, pois o “[...] o dinheiro é um meio de distanciamento tempo-espaço. O dinheiro possibilita a realização de transações entre agentes amplamente separados no tempo e no espaço” (GIDDENS, 2002, p. 27).

A condição de desencaixe proporcionada pelas economias monetárias modernas é imensamente maior do que em qualquer das civilizações pré-modernas em que existia dinheiro. Mesmo nos mais desenvolvidos dos sistemas monetários da era pré-moderna, como o Império Romano, nenhum avanço foi feito para além do que, nos termos de Keynes, seria dinheiro mercadoria, na forma de cunhagem material. Hoje, o "dinheiro propriamente dito" é independente dos meios pelos quais ele é representado, assumindo a forma de pura informação armazenada como números num disquete de computador (GIDDENS, 1991, p. 28).

Sistemas peritos são “[...] sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje”, permeando ininterruptamente a experiência interativa no entorno, numa relação praticamente inescapável (GIDDENS, 1991, p. 29).

Os sistemas peritos são mecanismos de desencaixe porque, em comum com as fichas simbólicas, eles removem as relações sociais das imediações do contexto. Ambos os tipos de mecanismo de desencaixe pressupõem, embora também promovam, a separação entre tempo e espaço como condição do distanciamento tempo-espaço que eles realizam. Um sistema perito desencaixa da mesma forma que uma ficha simbólica, fornecendo "garantias" de expectativas através de tempo-espaço distanciados. Este "alongamento" de sistemas sociais é conseguido por meio da natureza impessoal de testes aplicados para avaliar o conhecimento técnico e pela crítica pública (sobre a qual se baseia a produção do conhecimento técnico), usados para controlar sua forma (GIDDENS, 1991, p. 31).

Com relação à reflexividade, Giddens (1991, p. 37-45) entende que é definidora de toda ação humana, mantendo um constante monitoramento das próprias ações e dos próprios comportamentos, com o objetivo de aprimorá-los. Considerando que a reflexividade gera instabilidade e, em muitos casos, mudança, uma das formas de lidar é por meio da tradição, posto que, ainda que precise se atualizar a cada geração, busca diminuir a separação tempo-espaço com práticas sociais recorrentes, reconhecidas, seguras e até mesmo automáticas.

Ademais, a “[...] reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter” (GIDDENS, 1991, p. 39). Portanto, pode-se afirmar que “[...] o fenômeno da reflexividade é necessariamente instável, visto que a prática social é alterada constantemente à velocidade da informação de novas descobertas, num dinamismo que não permite sequer à própria ciência qualquer rigidez” (SANTOS; LOPES; DUTRA, 2020, p. 130).

Para Vieira e Macedo (2017, p. 72-73), “[...] a natureza da modernidade não é apenas capitalista, mas multidimensional — capitalista, industrial e racional — no interior das organizações [...]”, expressa conflituosamente, mas nem sempre fragmentária; e que, para alcançar uma compreensão profunda dessa natureza, é preciso recobrir: as fontes de dinamismos; os processos de ruptura e descontinuidades com relação às tradições, ainda que, em alguns locais e casos, elas coabitem; o escopo globalizante e as dimensões características institucionais.

Seguindo tal raciocínio, é possível sugerir que as características institucionais da modernidade tardia não são fenômenos inertes da natureza ou evoluções naturais e irreversíveis, sem intervenção de agentes sociais ou de ideologias como o discurso hegemônico o quer. Trata-se de construção e sustentação de uma visão de mundo, incluindo seu discurso, que favorece um grupo particular que procura sustentar a globalização neoliberal e envolver todas as relações de poder em uma ordem hegemônica (RESENDE; RAMALHO, 2019, p. 97).

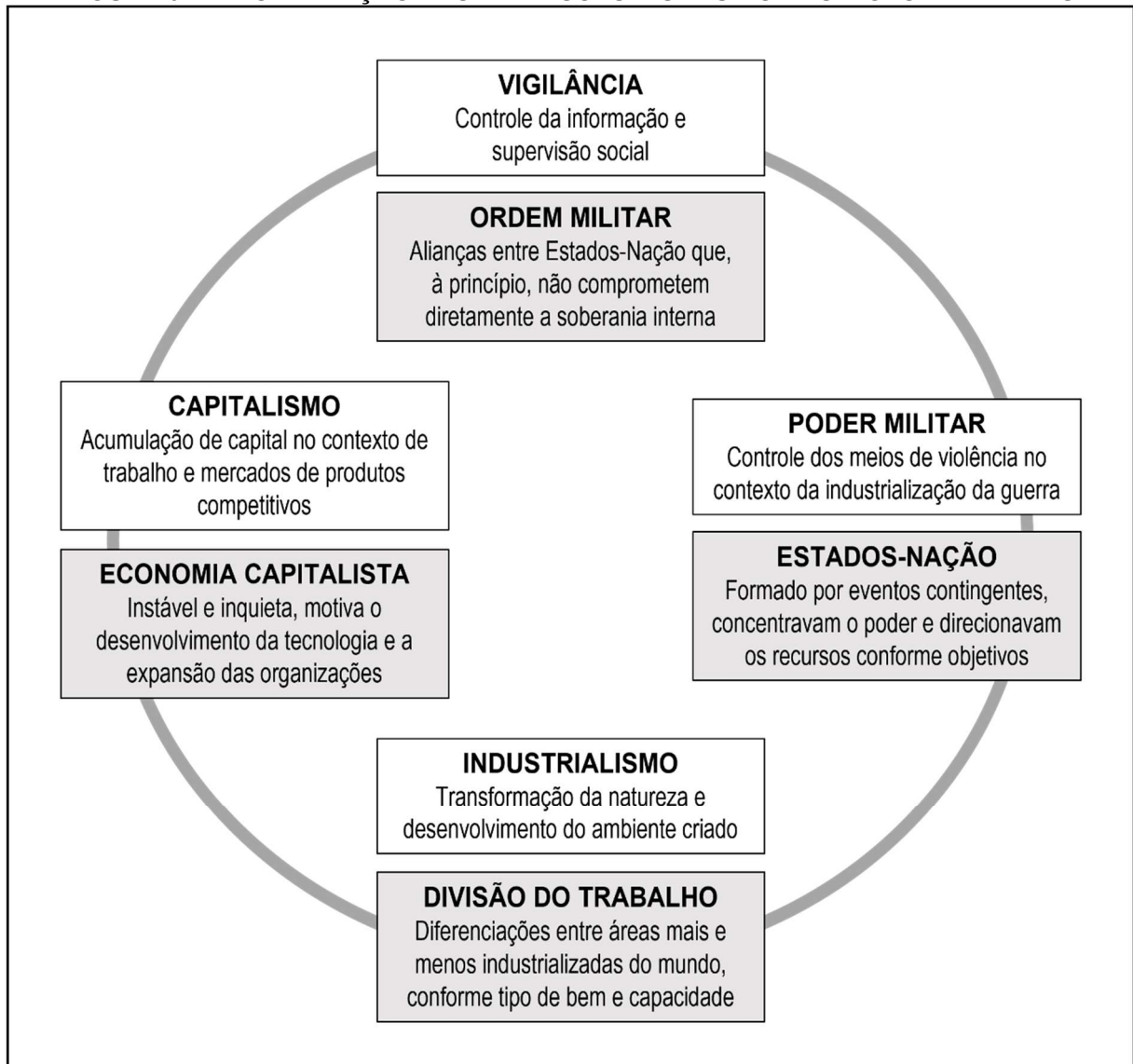
Partindo do pressuposto de que a modernidade tardia tem efeitos globalizantes, Souza Santos (2003, p. 433) define globalização como “[...] o processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de considerar como sendo local outra condição social ou entidade rival”, que pode ser expresso de quatro formas básicas: o localismo globalizado, em que fatos ocorridos em uma comunidade tornam-se mundialmente conhecidos; o globalismo localizado, no qual fatos, ideologias ou comportamentos de lugares distantes influenciam a cultura de uma área; o cosmopolitismo, que engloba articulações multiculturais convivendo num mesmo espaço; e a emergência de temas de interesse global, como questões ambientais, de direitos humanos e identitárias.

Segundo Giddens:

A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. Este é um processo dialético porque tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção anversa às relações muito distanciadas que os modelam (GIDDENS, 1991, p. 60).

O sociólogo britânico identificou as principais estruturas sobre as quais a modernidade tardia — e, por conseguinte, a globalização — se arrimam e por meio das quais operam suas ideologias hegemônicas. A Figura 01, a seguir, tem o objetivo de sintetizar e correlacionar as dimensões institucionais (quadros com fundo branco) e globalizantes (quadros com fundo acinzentado) da modernidade tardia, de acordo com a perspectiva pautada por Anthony Giddens (1991):

FIGURA 01 — CORRELAÇÃO DAS DIMENSÕES INSTITUCIONAIS E GLOBALIZANTES



Fonte: Elaborado pelo Autor (2022), adaptado de Giddens (1991, p. 56 e 66) e de Santos, Lopes e Dutra (2020, p. 130-132).

Tais dimensões não são herméticas e isoladas, mas frequentemente manifestam-se em conjunto, desocupando-se de suas combinações de origem para formar novos pares dialógicos, com novas implicações e influências, algumas até mesmo exóticas e inesperadas, impactando a sociedade contemporânea. Sobretudo, a humanidade vive numa era em que o capitalismo está instaurado de forma abrangente e hegemônica e, derivadas desse pressuposto, vão se afiliando os demais sistemas. Assim, o capitalismo é o eixo da modernidade, e com ele a possibilidade de formação e robustecimento do Estado-Nação capitalista, que em eterna vigilância justificada pela manutenção da liberdade, utiliza-se do monopólio da violência e do controle, em última instância, dos meios de produção para favorecer a manutenção do poder por parte de uma pequena fração da sociedade. Tomam assento neste cenário de organização social moderna a burocratização e institucionalização da economia, do trabalho, da segurança, da informação e das relações humanas.

Presente e atuante no panorama estampado acima, o discurso surge como uma ferramenta a ser empregada em favor de diversos propósitos possíveis. Fairclough (2006, p. 26-27), apresenta resumidamente o impacto que o discurso pode produzir nos processos de globalização especificados por Giddens:

- a) o discurso pode representar a globalização de modo coerente com a realidade, apresentando variados pontos de vista, mantendo a sociedade informada e contribuindo para uma compreensão mais profunda acerca dos processos formadores e consequências da modernidade;
- b) o discurso pode representar a globalização de forma enganadora, limitada, confusa, ou até mesmo enviesada, levando a sociedade a conceber uma impressão equivocada que, no limite, pode afastar as pessoas de possíveis benefícios desse processo;
- c) o discurso pode ser usado de forma retórica, como justificativa para a manutenção do *status quo*, legitimando a ação, políticas e estratégias dos grupos dominantes, suas instituições e seus agentes;
- d) o discurso pode disseminar ideologias que apoiam e mantêm uma forma específica de globalização, geralmente desigual e injusta; e
- e) o discurso pode construir cenários de futuro voltados para a transformação do imaginário em realidades, testando formas de mudança e outros modelos de globalização — enquadrando, inclusive, produções culturais como a série *Black Mirror*.

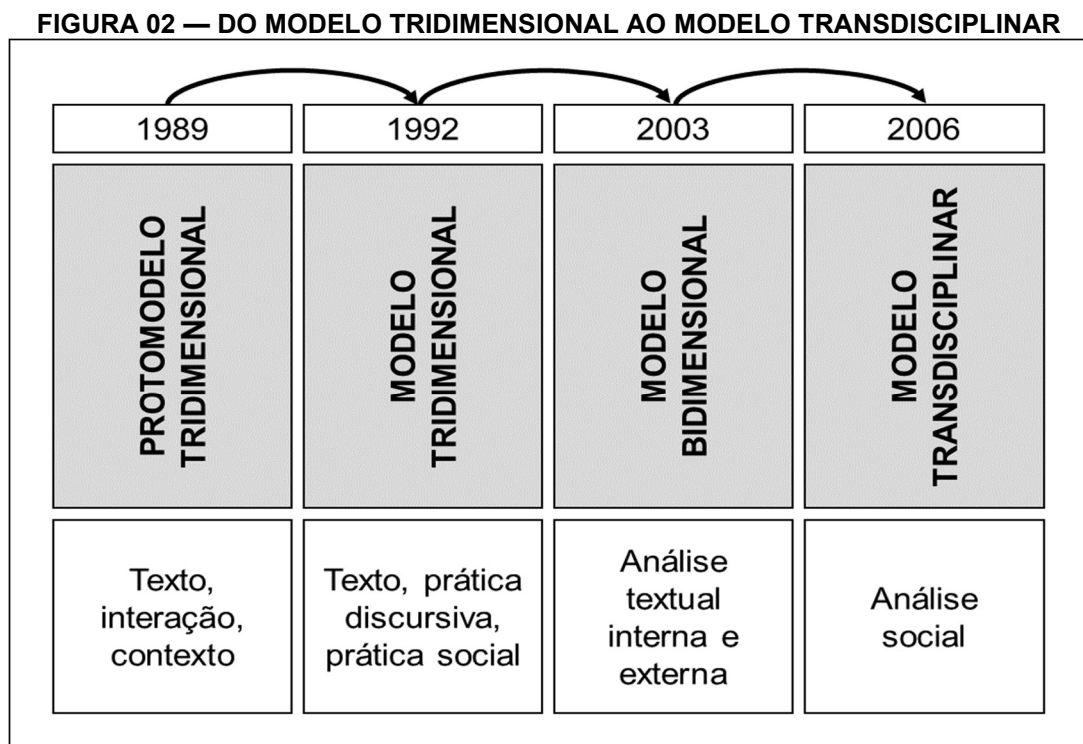
2.2 EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO DE NORMAN FAIRCLOUGH

Compreendidos os conceitos fundamentais da ADC, torna-se mister, agora, conhecer o aprimoramento de uma de suas principais abordagens: a Teoria Social do Discurso. Conforme Resende e Ramalho (2019, p. 11), este enfoque, também conhecido como dialético-relacional, foi desenvolvido por Norman Fairclough com base “[...] em uma percepção da linguagem como parte irreduzível da vida social dialeticamente interconectada a outros elementos sociais”, através de uma proposta teórica e metodológica que considera abertamente as múltiplas práticas sociais, mapeando “[...] relações entre os recursos linguísticos utilizados por atores sociais e grupos de atores sociais e aspectos da rede de práticas em que a interação discursiva se insere”. Para Gouveia (1997, p. 48), o modelo faircloughiano é o mais coeso e abrangente dos disponíveis no âmbito da Análise de Discurso Crítica, pois é centrado em “[...] questões que dizem respeito às relações entre o discurso e a mudança social, ligando as mudanças nas ordens do discurso contemporâneas a mudanças que afectam a vida social moderna em várias periodicidades”.

Observando o aspecto relacional da abordagem, as práticas relacionam seus elementos entre si e com outras práticas, constituindo verdadeiras redes de influência, nas quais circulam “[...] um conjunto de conhecimentos e crenças / valores / desejos que, compartilhados, formam as ordens do discurso [...]” (BESSA; SATO, 2018, p. 127); já sob o aspecto dialético da abordagem, o movimento criado pelas conexões, os elementos componentes das práticas, linguísticos ou não, influenciam e são influenciados, “[...] compondo um organismo, uma instabilidade que não reduz nenhum de seus elementos” (BESSA; SATO, 2018, p. 127). Outro importante aspecto da abordagem de Fairclough é a “[...] atenção ao papel da linguagem nas lutas sociais, nas transformações das relações de poder e nas tensões que caracterizam os processos de produção e de interpretação textuais [...]”, onde a linguagem atua na mudança social e a mudança social afeta a linguagem (VIEIRA; MACEDO, 2018, p. 51) através dos “[...] efeitos sociais que operam nos textos, bem como mudanças que pudessem superar as relações sociais de poder sustentadas pela ideologia [...]” (BARROS, 2018, p. 45). Fairclough (2009, p. 184) comenta que a abordagem dialética-relacional atravessa uma questão geral importante: qual é o significado específico e particular da semiose e das relações dialéticas entre semiose e outros elementos, nos processos sociais (questões, problemas, mudanças) investigados?

Oliveira e Carvalho (2013, p. 282), entendem que todo o trabalho de Fairclough, no âmbito da Análise de Discurso Crítica, perpassa três questões básicas: as relações dialéticas entre discurso e práticas sociais; o grau de conscientização que as pessoas têm ou não têm acerca dessas relações; e o papel fundamental do discurso para permitir e viabilizar a mudança social.

Vieira e Macedo (2018, p. 66-67) tratam da evolução do pensamento faircloughiano e suas constantes revisões, tanto teóricas quanto metodológicas, ao longo do tempo. Entendem que a Teoria Social do Discurso passou por pelo menos três fases: a fase do modelo tridimensional; a fase do modelo bidimensional; e a fase do modelo social ou transdisciplinar. Compartilha de visão semelhante Ormundo (2007, p. 27), que adiciona ainda uma quarta fase, anterior às demais, representada pelo livro *Language and power*, de 1989, uma espécie de protomodelo tridimensional, conforme Figura 02, a seguir.



Fonte: Elaborado pelo Autor (2022), adaptado de Ormundo (2007, p. 28).

No momento da construção deste trabalho, Norman Fairclough está vivo, ativo e bastante produtivo academicamente, mesmo com cerca de 80 anos de idade. Sendo uma espécie de artista insatisfeito, nunca totalmente contente com sua obra, Fairclough continua pincelando, apagando, rabiscando, reforçando, colorindo, encorpando sua Teoria Social do Discurso à exaustão.

Por conseguinte, um recorte, ainda que doloroso, torna-se indispensável para manter a coerência da pesquisa. Por motivos metodológicos, optou-se por considerar três fases principais de consolidação da ADC faircloughiana, seguindo a proposta de Resende e Ramalho (2019, p. 8): a fase do modelo tridimensional; a fase do modelo dialógico-crítico; e a fase do modelo relacional.

A obra *Language and globalization*, uma colaboração entre Norman e Isabela Fairclough, lançada em 2006, responsável por um novo direcionamento do estado da arte na análise crítica, não foi considerada para este trabalho, por extrapolar seu escopo. Outras obras, livros e artigos científicos de autoria de Fairclough também não foram submetidos à análise, sendo material reservado para futuros estudos.

O Quadro 03, a seguir, propõe uma visão sintetizada de cada fase da abordagem selecionada na presente investigação, evidenciando alguns de seus atributos, além de potenciais diferenças e pontos convergentes entre os períodos.

QUADRO 03 — EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO FAIRCLOUGHIANO

ATRIBUTOS	FASE 1	FASE 2	FASE 3
PUBLICAÇÃO	Discurso e mudança social (1992)	<i>Discourse and late modernity</i> (1999)	<i>Analysing discourse</i> (2003)
MODELO	Modelo tridimensional	Modelo dialógico-crítico	Modelo relacional
TIPO DE ANÁLISE	Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO)	Análise do momento das práticas sociais	Análise interna e externa
FOCO	Texto / Discurso	Prática social	Significados interacionais
ESTRUTURA	1 – Texto 2 – Prática discursiva 3 – Prática social	1 – Atividade material 2 – Discurso e semiose 3 – Relações sociais 4 – Fenômenos mentais	1 – Acional 2 – Representacional 3 – Identificacional
BASE ONTOLÓGICA	Bakhtin Foucault	Bhaskar Giddens Habermas Harvey	Halliday

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022).

Ainda que este trabalho privilegie a utilização do modelo relacional de estudo dos significados interacionais, referente à terceira fase da Teoria Social do Discurso de Fairclough, interessa reconhecer que algumas das particularidades dos modelos anteriores, principalmente aquelas que guardam correspondências com o pensamento pós-moderno, serão úteis para o atingimento dos objetivos da pesquisa.

2.3 ANALISANDO DISCURSOS

Em *Analysing discourse: textual analysis for social research*, lançado em 2003, Fairclough objetiva ampliar o espectro social da análise discursiva ao propor uma sistematização textual com foco na pesquisa social, inserindo o modelo no quadro das transformações da sociedade contemporânea (PAIVA, 2011, p. 233), como um recurso valioso a ser utilizado por qualquer pesquisador de quaisquer outras áreas do conhecimento, que precise lidar com questões sociais através do estudo do discurso (FAIRCLOUGH, 2003, p. 210). Para isso, incrementa a relação entre a Análise de Discurso Crítica com a Linguística Sistêmico-Funcional, articulando as macrofunções da linguagem e os conceitos de gênero, discurso e estilo a três tipos de significado: acional, representacional e identificacional, que atuam em todo e qualquer enunciado simultaneamente (RESENDE; RAMALHO, 2019, p. 59-60).

O significado acional tem no gênero o meio de estudo do texto na interação social, comportando categorias de análise como a intertextualidade e a pressuposição. O significado representacional volta-se para o discurso como modo de representação de aspectos do mundo, o que faculta a articulação de mais de um discurso em um mesmo texto (a interdiscursividade), ao lado da categoria “significado da palavra”. No terceiro e último significado – identificacional –, o estilo sobressai em sua relação com os atores sociais presentes no texto. As categorias aqui são, principalmente, avaliação e modalidade. Quanto à função textual, tão cara a Halliday, Fairclough opta por sua incorporação ao significado acional, restando incólume a multifuncionalidade desde longe apregoada entre as funções, agora, entre os significados (PAIVA, 2011, p. 234).

A Linguística Sistêmico-Funcional aborda a linguagem como um sistema aberto e vivo que, ao permitir-se interagir com as estruturas sociais vigentes, obtém ampla e irrestrita capacidade de construir significados a partir de mudanças socialmente orientadas, numa visão dialética transformadora e potencialmente inovadora (RESENDE; RAMALHO, 2019, p. 56). Partindo do pressuposto de que a linguagem é utilizada no dia-a-dia pelas pessoas para os mais diversos objetivos pessoais nas interações sociais, Halliday, conforme resume Eggins (2004, p. 3), defendia quatro pontos principais em sua teoria: o uso da linguagem é predominantemente funcional; a principal função da linguagem é a produção de sentidos; os sentidos e significados produzidos pela linguagem são intimamente influenciados pelo contexto social e cultural; e o processo de uso da linguagem para criação de significados deriva de um processo semiótico de seleção.

O Quadro 04 a seguir busca representar as relações que Fairclough desenhou entre seus modelos de análise discursiva em diálogo com elementos semióticos, funções da LSF de Halliday, até ao pensamento foucaultiano.

QUADRO 04 — CORRESPONDÊNCIA ENTRE OS MODELOS DE LSF, FOUCAULT E ADC

ASPECTO DISCURSIVO	GÊNEROS <i>formas de (inter)agir</i>	DISCURSOS <i>formas de representar</i>	ESTILOS <i>formas de ser</i>
HALLIDAY (LSF)	FUNÇÃO TEXTUAL <i>conecta as partes dos textos entre si e com o contexto</i>	FUNÇÃO IDEACIONAL <i>representa o mundo</i>	FUNÇÃO INTERPESSOAL <i>encena as relações sociais evidenciando atitudes, desejos e valores</i>
FOUCAULT	EIXO DO PODER <i>dimensão das relações de ação sobre as outras pessoas</i>	EIXO DO CONHECIMENTO <i>dimensão das relações de controle sobre as coisas</i>	EIXO DA ÉTICA <i>dimensão das relações consigo mesmo</i>
FAIRCLOUGH (1992)	TEXTO <i>materialização do evento discursivo com caráter descritivo</i>	PRÁTICAS DISCURSIVAS <i>estudo da produção, distribuição e consumo de textos com foco na interpretação</i>	PRÁTICAS SOCIAIS <i>explicação do porquê as pessoas fazem o que fazem</i>
FAIRCLOUGH (1999)	EVENTOS SOCIAIS	MOMENTOS DAS PRÁTICAS SOCIAIS	ESTRUTURAS SOCIAIS
FAIRCLOUGH (2003)	SIGNIFICADO ACIONAL	SIGNIFICADO REPRESENTACIONAL	SIGNIFICADO IDENTIFICACIONAL

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022), baseado em Haig (2019, p. 9-12).

Embora haja diferenças importantes entre as versões de ADC propostas por Fairclough ao longo do tempo, o linguista sempre manteve uma perceptível coerência em alguns pontos cruciais para sua teoria, como: a formalização de um modelo que pudesse ser amplamente utilizado para e nas análises sociais, seja por linguistas, seja por não-linguistas; o preenchimento de um vácuo de produção acadêmica sobre análise da linguagem falada ou escrita que abordasse aspectos mais práticos; a suposição de que a língua é parte indissociável da vida e está dialeticamente ligada a outros elementos, de modo que não se pode considerar o estudo de uma sociedade ou de parte da sociedade sem o aspecto linguístico, e vice-versa; a compreensão saudável de que nem tudo é discurso e que, ainda que a língua componha a vida social, esta não pode ser reduzida àquela; e a orientação de que a análise de discurso é uma estratégia de pesquisa que funciona de forma muito eficaz também se aplicada em concomitância com outras formas de análise, como a etnográfica ou institucional, por exemplo (FAIRCLOUGH, 2003, p. 1-3).

Assumindo esses pontos como “inegociáveis” para seu trabalho, Fairclough (2003, p. 3) afirma que a análise textual é essencial para a análise de discurso, mas que seu foco oscila do texto para as ordens do discurso, ou seja, para a estruturação social da linguagem em conjunção com as práticas sociais específicas. A proposta do linguista britânico é alcançar o objetivo de uma ADC que está mais preocupada, por assim dizer, com questões de permanência e transformação social, através de uma análise textual que, para além da linguagem e da linguística pura e simples, apresentase, ademais, como interdiscursiva, considerando o texto como um nó de articulação entre discursos, gêneros e estilos.

A análise toma uma forma bidimensional, na qual são distinguidas as relações externas e internas dos textos. A análise das relações externas preconiza o estudo das interações com outros elementos dos eventos sociais, além das práticas e estruturas, ainda que de modo especulativo ou imaterial. É na análise externa dos textos que figuram os significados acional, representacional e identificacional das ordens do discurso, bem como as incorporações intertextuais. Já a análise das relações internas dos textos inclui: as relações semânticas, ou seja, os sentidos entre palavras e expressões e porções maiores de texto; as relações gramaticais, ligadas às questões morfossintáticas; as relações de vocabulário ou lexicais, referentes aos padrões de ocorrência de itens expressivos em determinadas posições na construção das ideias, o que também chamamos de colocação; e as relações fonológicas, incluindo prosódia, entonação e ritmo, bem como tipos e tamanhos de fontes e padrões de texto escrito. As relações internas também se referem tanto ao sintagma, isto é, aos marcadores linguísticos presentes, que estão efetiva, real e perceptivelmente compondo o texto, quanto ao paradigma, ou seja, às questões de escolha, como foco na relação do que está presente com o que não está, ou com o que poderia estar, mas não está; assim despontando como uma “ausência significativa” no texto (FAIRCLOUGH, 2003, p. 36-37).

O Quadro 05, a seguir, demonstra a divisão entre as análises interna e externa do modelo relacional proposto por Fairclough, resumizando os temas para pesquisa social e as categorias de análise indicadas em cada dimensão e para cada um dos significados interacionais que compõem o discurso. Importante destacar que, para efeitos deste trabalho, serão consideradas apenas os temas e as categorias referentes ao estudo externo das relações textuais, aqueles referentes aos aspectos acional, representacional e identificacional dos discursos.

QUADRO 05 — MODELO RELACIONAL DE FAIRCLOUGH

ANÁLISE INTERNA	
TEMAS PARA PESQUISA SOCIAL	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estrutura e agência 2. Estrutura social, prática social, evento social 3. Dialética do discurso 4. Globalização e novo capitalismo 5. Mediação 6. Recontextualização 7. Governança 8. Hibridismo e pós-modernidade
CATEGORIAS DE ANÁLISE	<ol style="list-style-type: none"> 1. Semântica 2. Gramática 3. Vocabulário 4. Fonologia e grafologia

ANÁLISE EXTERNA			
	SIGNIFICADO ACIONAL	SIGNIFICADO REPRESENTACIONAL	SIGNIFICADO IDENTIFICACIONAL
TEMAS PARA PESQUISA SOCIAL	<ol style="list-style-type: none"> 1. Diferença social 2. Legitimação, hegemonia e ideologia 3. A esfera pública 4. Globalização e desenvolvimento 5. Comunicação e ação estratégica 6. Informalidade social 7. Mudança social e mudança tecnológica 8. Aparência e realidade 	<ol style="list-style-type: none"> 1. O novo espírito do capitalismo 2. Classificação 3. Governança 4. Recontextualização 5. Universal e particular 6. Agência 7. Espaço-tempo 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identidade social e identidade pessoal (personalidade) 2. Agência 3. Personagens sociais 4. Espaço público 5. Personagens do novo capitalismo 6. Heterogeneidade da identidade 7. Informalização e estetização das identidades públicas
CATEGORIAS DE ANÁLISE	<ol style="list-style-type: none"> 1. Intertextualidade 2. Discurso relatado 3. Suposições e significado implícito 4. Dialogismo 5. Gêneros e características linguísticas dos textos 6. Formatos e estruturas 7. Análises de gêneros 8. Diálogo, argumento e narrativa 9. Tipos de troca 10. Funções da fala 11. Disposição gramatical 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Níveis de abstração dos discursos 2. Análise interdiscursiva da articulação dos discursos nos textos 3. Equivalência e diferença 4. Relações semânticas entre as palavras 5. Colocação 6. Elementos do período simples 7. Exclusão e inclusão 8. Representações de eventos, atores sociais, processos, tempo-espço 9. Metáforas 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Níveis de abstração dos estilos 2. Dialogismo 3. Realizações linguísticas dos estilos 4. Modalidade 5. Avaliação 6. Pronomes pessoais

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022), adaptado de Fairclough (2003).

2.3.1 Significado acional

O significado acional é o que guarda as relações textuais em seu aspecto mais material, descrevendo o evento discursivo, conectando as partes dos textos entre si e com o contexto, indicando as diversas formas de ação e interação com os sujeitos e com o mundo social. No cenário do significado acional, assumem importância teórico-metodológica o aprofundamento no conhecimento de sete categorias de análise: eventos sociais; gêneros; diferença; intertextualidade; suposições; e trocas, funções de fala e disposição gramatical.

Um evento social é toda e qualquer oportunidade real e factual de interação humana, seja ou não mediada pela linguagem, constituída por certos padrões mais ou menos fixos que regem ou no mínimo pressupõem tipos específicos de comportamento dos participantes. Entretanto, ainda que profundamente moldados pelas práticas sociais, alguns eventos podem contrariar essas definições e expectativas, porquanto atravessam diferentes práticas outras e sofrem o resultado do poder causal dos agentes sociais participantes (FAIRCLOUGH, 2003, p. 25).

Quando um certo evento social se torna estável num dado contexto sociocultural e histórico, seu aspecto discursivo cristaliza-se num gênero. Um gênero, portanto, é uma maneira predeterminada de ação discursiva em um evento social (FAIRCLOUGH, 2003, p. 216). Há três níveis de gêneros, variando na escala de atuação, grau de estabilização e de homogeneização, conforme entendem Resende e Ramalho (2019, p. 62-64):

- a) o nível dos pré-gêneros, mais abstratos e estáveis, participam da composição dos demais níveis de gêneros, como, por exemplo, a narrativa, a argumentação, a descrição, e a conversação;
- b) o nível dos gêneros situados, concretos, definem gêneros que são específicos de uma prática ou rede de práticas particular, como, por exemplo, a reportagem, a entrevista, o comercial; e
- c) o nível dos subgêneros, mais particulares, articulados na composição genérica do texto, cuja identificação e descoberta dos modos de articulação são parte do trabalho do analista de discurso, como são a reportagem policial; a entrevista de emprego; o comercial de perfume.

Esta visão é ligeiramente diferente da proposta de Fairclough, que não admite a ideia de subgênero, mas, por outro lado, inclui a noção de gênero desencaixado.

O gênero desencaixado seria um intermediário entre o pré-gênero e o gênero situado, correspondendo a uma categoria menos abstrata, porém ainda não tão aplicada ou concreta, podendo gerar outros subtipos. Assim, um gênero que inicialmente se desenvolveu num certo conjunto de práticas pode ser “desencaixado” de seu meio original para suprir uma necessidade vinda de outra rede de práticas, como uma espécie de “tecnologia social” que transcende diferenças de escala. Essa desincorporação seria uma marca do capitalismo e da modernidade tardia (FAIRCLOUGH, 2003, p. 69).

Para Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 97), os gêneros discursivos são “[...] potenciais para (inter)ações, que caracterizamos como formas textuais e sentidos derivados dos propósitos das situações sociais, constringendo os textos falados, escritos e visuais [...]”, derivados de práticas sociais e culturais, organizadas em redes de práticas. O trio de autores ainda esclarece que gêneros discursivos não são reduzidos nem limitados por textos, mas que é no texto que um gênero se materializa, permitindo assim sua identificação e análise. Do mesmo modo, não é possível produzir textos alheios a gêneros discursivos ou, ainda, sem recorrer a estes.

Prevalece, para a Análise de Discurso Crítica, a influência da visão de Bakhtin acerca do conceito, para quem o gênero, segundo cataloga Machado (2005, p. 151-165): é uma noção já formulada e discutida desde a Antiguidade Clássica; é consequência da prosificação da vida humana; está ligado a diferentes esferas de uso da linguagem, da interação social e da atividade comunicacional; pressupõe uma relação dialógica entre os participantes; está mais para uma forma enunciativa que se apoia no contexto e na cultura do que na própria palavra; é uma manifestação cultural nem sempre deliberada; está intimamente vinculado a uma dimensão espaço-temporal própria; pode ser classificado, inicialmente, como gênero primário — mais simples, originário da comunicação cotidiana — e gênero secundário — formações mais complexas oriundas da comunicação produzida a partir de códigos culturais mais elaborados, como a escrita, em sistemas específicos e evoluídos como a arte, a ciência, a política —; e é variado em seus tipos e formas de identificação com os muitos outros discursos.

A riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa (BAKHTIN, 1997, p. 280).

Diferentes gêneros podem estar regularmente conectados entre si, criando transformações sistemáticas de gênero para gênero, formando “cadeias”. As cadeias de mudanças de gêneros são uma parte significativa da mudança social. Já a mistura de gêneros é um aspecto da interdiscursividade dos textos, no qual um discurso não está situado apenas em um gênero específico, mas transita hibridizado. É tarefa do analista localizar textos dentro de processos de mudança social e identificar o potencial trabalho criativo e inovador dos agentes sociais na texturização (FAIRCLOUGH, 2003, p. 216).

Em decorrência de sua mobilidade e dialogicidade características, os gêneros estão sempre submetidos à reformulação nas interações semióticas, o que torna difícil trabalhar com uma tipologia fixa. [...] um gênero é em si um mecanismo articulatório que controla o que pode ser usado e em que ordem, incluindo configuração e ordenação de discursos e, portanto, precisa ser compreendido como a faceta regulatória do discurso, e não simplesmente como estruturação apresentada por tipos fixos de discurso. É evidente, pela dialética entre estrutura e ação, que essa regulação pode ser questionada e, então, a mudança discursiva aparece como uma faceta especificamente discursiva de lutas hegemônicas (RESENDE; RAMALHO, 2019, p. 64).

Em um contexto comunicativo discursivo dialógico, com a participação simultânea de vários sujeitos, fica evidente a disputa de sentidos. Para que a produção da interação possa prosseguir, de modo significativo, moralmente ordenado e com as relações de poder balanceadas, é necessária a articulação dessas diversas vozes em um cenário próprio de negociação da diferença (FAIRCLOUGH, 2003, p. 41).

Resende e Ramalho (2019, p. 69) organizam os cinco cenários de orientação para a diferença, apresentando níveis mais ou menos dialogizados que podem, inclusive, ser recombinações de diversas maneiras. Para as pesquisadoras, isto ocorre porque há questões que não permitem diálogo, ou porque há casos nos quais a ideologia implica na legitimação ou universalização de representações particulares:

- a) abertura, aceitação e reconhecimento da diferença; uma exploração da diferença; um verdadeiro diálogo;
- b) uma acentuação da diferença, do conflito, da polêmica, da luta por significado, por normas, e por poder;
- c) uma tentativa de resolver ou superar a diferença;
- d) um isolamento da diferença com foco na solidariedade e comunidade; e
- e) consenso, normalização e aceitação das diferenças de poder, com supressão das diferenças de significado e normas.

Uma das características do dialogismo bakhtiniano é a intertextualidade. A intertextualidade é a “[...] capacidade que têm os textos de se relacionarem a outros textos, de tal forma que se trata de um princípio da produção textual. Um texto não existe sozinho, mas em relação a outros que povoam o mundo dos textos [...]” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 111-112), sendo integrado por fragmentos e conectando-se a eles “[...] por meio da assimilação, contradição, repercussão irônica, entre outras possibilidades” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 42). Entende-se que

[...] o intertexto é o conjunto de fragmentos convocados (citações, alusões, paráfrase...) em um corpus dado, enquanto intertextualidade é o sistema de regras implícitas que subjaz a esse intertexto, o modo de citação que é julgado legítimo pela formação discursiva, o tipo ou o gênero de discurso do qual esse corpus provém. Assim, a intertextualidade do discurso científico não é a mesma que a do discurso teológico; além disso, elas variam de uma época para outra. Pode-se distinguir uma intertextualidade interna (entre um discurso e aqueles do mesmo campo discursivo) e uma intertextualidade externa (com os discursos de campos discursivos distintos, por exemplo, entre um discurso teológico e um discurso científico) (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2020, p. 289).

Reisigl e Wodak (2009, p. 106) entendem que as conexões entre textos, realizadas também no espaço-tempo, podem ser estabelecidas de quatro maneiras: pela referência explícita a um mesmo tópico ou sujeito; através de referências ao mesmo evento ou eventos similares; por alusão ou provocação; ou por meio da transferência de argumentos principais de um texto para outro.

Fairclough (2003, p. 218-219) explica intertextualidade como a presença de outras vozes — que potencialmente não correspondem com a do próprio autor — em um texto, dialogando, assentindo, rejeitando, ironizando, recontextualizando ou até mesmo descontextualizando umas às outras. Para o linguista, a forma mais patente de interdiscursividade é o discurso relatado, no qual uma fala pode ou não ser atribuída a vozes específicas, além da possibilidade do uso de um relato direto, com reprodução mais ou menos exata das palavras, ou por relatório indireto, resumido.

Bessa e Sato (2018, p. 142) assentam que a intertextualidade traz à tona sentidos, significados de outros elementos redescobertos por meio dos gêneros discursivos a fim de tomarem parte na interação, estabelecendo um vínculo entre o texto presente e outros textos, outros discursos, outras práticas, outras ideologias, outros sentidos, outras imagens, em outro ponto espacial e temporal, produzindo assim um novo texto com múltiplas vozes.

Um enunciado concreto é um elo na cadeia da comunicação verbal de uma dada esfera. As fronteiras desse enunciado determinam-se pela alternância dos sujeitos falantes. Os enunciados não são indiferentes uns aos outros nem são autossuficientes; conhecem-se uns aos outros, refletem-se mutuamente. São precisamente esses reflexos recíprocos que lhes determinam o caráter. O enunciado está repleto dos ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma esfera comum da comunicação verbal. O enunciado deve ser considerado acima de tudo como uma resposta a enunciados anteriores dentro de uma dada esfera (a palavra “resposta” é empregada aqui no sentido lato): refuta-os, confirma-os, completa-os, baseia-se neles, supõe-nos conhecidos e, de um modo ou de outro, conta com eles (BAKHTIN, 1997, p. 317).

O complemento dialógico da intertextualidade é a suposição. Enquanto a primeira amplifica a diferença ao trazer outras “vozes” para um texto, a segunda assume um terreno em comum, previamente conhecido e estabelecido, descartando a necessidade da diferença (FAIRCLOUGH, 2003, p. 41) Há, portanto, um significado implícito, pacificado e aquiescente no texto. Podem ser descritos três tipos de suposições, conforme Fairclough (2003, p. 55-61):

- a) suposições existenciais, que tratam do mundo material, do que realmente existe. Podem ser disparadas por marcadores linguísticos de referência resolvidos como os artigos definidos e os pronomes demonstrativos;
- b) suposições proposicionais, que tratam do que já é, do que pode vir a ser, ou do que será. Podem ser disparadas linguisticamente por verbos factivos, geralmente com conotação mais indireta; e
- c) suposições morais ou de valor, que tratam do que é bom ou desejável. Podem ser disparadas linguisticamente por certos verbos que demonstram que algo é útil, prazeroso, interessante ou importante.

Fairclough (2003, p. 59-60) reconhece a existência de outros tipos de suposições, às quais ele denomina “pressuposições”, também de três tipos:

- a) pressuposições de implicações lógicas, que são sentidos implícitos que podem ser logicamente inferidos de características da linguagem, observáveis na própria constituição dos textos, com pistas linguísticas;
- b) pressuposições de implicaturas conversacionais padrão, que são significados implícitos que podem ser convencionalmente inferidos com base em nossas suposições normais das máximas de quantidade, qualidade, relevância e modo; e
- c) pressuposições de implicaturas conversacionais não-padrão, que vão contra as construções frasais comuns para criar significados inesperados.

No nível da frase ou sentença simples, tem-se foco nos significados de ação discursiva através da observação dos tipos de troca, funções dos atos da fala e da disposição gramatical.

Uma troca é uma sequência de turnos ou movimentos de conversação em que os participantes se alternam. Isso quer dizer que o movimento de uma pessoa leva à expectativa do movimento da outra pessoa e assim por diante, mesmo que o que é esperado nem sempre ocorra. Fairclough (2003, p. 106-108) identifica dois tipos principais de troca: a troca de atividades e a troca de informações. Na troca de atividades, o diálogo é geralmente orientado para a realização de uma ação não textual, ou seja, é esperado mais que uma simples resposta escrita ou falada, é esperada uma resposta em termos de atividade. Uma troca de atividades pode ser iniciada tanto pelo sujeito que cumprirá a ação (geralmente em forma de oferta) quanto pelo sujeito que demandará a ação (geralmente em forma de pedido ou ordem). Na troca de informações — ou de conhecimento —, não há a expectativa de uma ação como resposta. Uma demanda por informação recebe como resposta um dado, que pode ou não ser verbal, mas compreensível. De forma semelhante à troca de atividades, uma troca de informações pode ocorrer iniciada tanto pelo detentor do conhecimento quanto pelo postulante ao conhecimento.

As funções dos atos de fala são classificadas de acordo com os tipos de troca ocorridos no texto. As funções principais são: exigência; oferta; pergunta; e afirmação. Outras funções derivariam destas, então generalizadas, elaboradas e diferenciadas em termos de atos de fala. A função principal “oferta”, por exemplo, abarcaria em seu sentido funções como: compromisso, ameaça, desculpas, pêsames, felicitações e agradecimentos. A função principal “exigência” abarcaria: pedido, solicitação, esmola (FAIRCOUGH, 2003, p. 108-109).

Finalmente, a função da fala relaciona-se com a disposição gramatical, ou seja, com os diferentes tipos de sentença. Há quatro tipos básicos de sentença que esclarecem acerca da disposição gramatical de um texto, segundo Fairclough (2003, p. 115-116): a disposição gramatical declarativa, quando o sujeito precede o verbo; a disposição gramatical interrogativa direta, quando o verbo precede o sujeito e a resposta requerida é do tipo sim/não; a disposição gramatical interrogativa pronominal, quando é precedida de pronome interrogativo — do tipo: quem, o quê, onde, quando, quanto, por quê, para quê —; e a disposição gramatical imperativa, quando não há sujeito e há um claro sentido de ordem.

2.3.2 Significado representacional

O significado representacional é o que guarda as relações das práticas discursivas, levando em consideração a produção, distribuição e consumo dos textos, representando e interpretando o mundo social através dos discursos. No cenário do significado representacional, assumem importância teórico-metodológica o aprofundamento no conhecimento de duas categorias de análise: interdiscursividade; e representação dos eventos sociais.

Resende e Ramalho (2019, p. 70-72) orientam que os discursos, além de representar o mundo concreto, podem projetar possibilidades diferentes da realidade, ligando-se a outros projetos e propostas discursivas de mudanças de *status quo*. Tais relações entre discursos podem ser de complementaridade, competição ou até mesmo de dominação. Isso coaduna com as relações normais entre as pessoas, pois os atores sociais fazem uso dos discursos para se relacionarem, auxiliando, disputando ou controlando. A heterogeneidade de um texto em termos da articulação de diferentes discursos — seja qual for sua escala, seu grau de repetição ou de abstração, seu nível de dialogismo, de polêmica ou de resistência — é chamada de interdiscursividade.

Para Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 42), a interdiscursividade está no “[...] âmbito das ordens de discurso, ou seja, como o conjunto das práticas discursivas de uma instituição ou sociedade possibilita uma multiplicidade de textos e como estes se relacionam entre si, fixando regularidades e características semelhantes”. Para Charaudeau e Maingueneau (2020, p. 286), o interdiscurso pode ser considerado em um sentido restritivo, como um espaço em que certos discursos se relacionam, mantendo uma delimitação recíproca, articulando formações discursivas que podem ser até mesmo contraditórias ou antagônicas ideologicamente; ou em um sentido mais amplo, como um conjunto de unidades discursivas, de extensões e moldes variáveis, pertencentes a discursos anteriores do mesmo gênero ou a discursos contemporâneos de outros gêneros com os quais o discurso atual particular entra em contato, seja de forma implícita ou explícita.

Qualquer texto é constituído de diferentes discursos. Mesmo aqueles que aparentemente apresentam um único discurso guardam relação implícita com um outro, inclusive com discursos antagônicos. Eles existem nas relações das práticas sociais e dessa maneira coexistem, em uma perspectiva analítica, no campo discursivo (BESSA; SATO, 2018, p. 154).

Fairclough (2003, p. 129) apresenta duas formas de reconhecer os diferentes discursos presentes em um texto: identificar os temas principais representados das principais partes do mundo, incluindo áreas da vida social; e identificar a perspectiva particular, o ponto de vista pelo qual esses temas são representados. Para o linguista, a maior pista para essa análise está no vocabulário, pois as palavras escolhidas para fazer referência a um conceito diz muito sobre a ideologia que a precede, uma vez que o discurso lexicaliza o mundo de formas significativas e próprias. Entretanto, alerta Fairclough, é mais produtivo focar em como diferentes discursos estruturam o mundo de forma diferente e, portanto, nas relações semânticas entre as palavras, do que deter-se apenas nas diferentes maneiras em que os discursos formulam os mesmos aspectos do mundo.

É importante, para o analista, observar também as relações de sentido entre os termos presentes, tais como: a hiponímia, em que o sentido de um termo ou expressão está abarcado por outro termo de sentido mais amplo ou genérico; a sinonímia, no qual os sentidos de palavras diferentes são semelhantes ou equivalentes; e a antonímia, no qual os termos têm sentidos opostos, mas podem ser usados também para criar uma percepção de gradação, reciprocidade ou complementariedade (FAIRCLOUGH, 2003, p. 130-131).

Na categoria representação dos eventos sociais³, Fairclough (2003, p. 134) argumenta que um texto é capaz de abordar diversos aspectos do mundo social, quer estejam no mundo físico — como processos, objetos, relações, parâmetros de espaço e tempo, modo, meios —; quer estejam no mundo mental — pensamentos, sentimentos, sensações. Em termos gerais, os elementos de um evento social são: formas de ação; pessoas (com crenças, valores, histórias); relações sociais; formas institucionais; objetos; meios (tecnologias); tempos e espaços; linguagem e outros tipos de semiose (FAIRCLOUGH, 2003, p. 136).

Formas eficientes de analisar as representações dos eventos sociais são: verificar a incidência dos elementos constitutivos em termos de exclusão, inclusão ou proeminência; observar o nível de abstração e generalização, sendo a representação de eventos específicos a mais concreta, seguida pela abstração de uma série de eventos, e finalizada pelas representações mais abstratas; e classificar o modo de recontextualização por presença, abstração, ordenamento ou acréscimos.

³ Fairclough parece usar a expressão “eventos sociais” na obra de 2003 como um equivalente a “momentos das práticas sociais” da obra de 1999.

Outra estratégia de análise se dá no nível das orações. Numa perspectiva representacional, as orações apresentam três elementos principais: processos, participantes e circunstâncias. Nessa lógica, os “[...] processos geralmente se realizam sob a forma de verbos, os participantes sob a forma de sujeito, objetos diretos ou indiretos e as circunstâncias sob a forma dos diferentes tipos de elementos adverbiais, como adjuntos adverbiais de tempo ou lugar” (FAIRCLOUGH, 2003. p. 135, tradução nossa). O Quadro 06 mostra a representação da relação entre os processos, participantes e circunstâncias no que tange à análise dos eventos sociais.

QUADRO 06 — RELAÇÃO ENTRE PROCESSOS, PARTICIPANTES E CIRCUNSTÂNCIAS

TIPO DO PROCESSO	PARTICIPANTE CHAVE	CIRCUNSTÂNCIAS
Material	Ator, afetado	Tempo, lugar, propósito, razão, forma, meios
Verbal	Ator	
Mental	Experimentador, fenômeno	Tempo, lugar, razão
Relacional (1)	Portador, atributo	
Relacional (2)	Símbolo, valor	
Existencial	Real	

Fonte: Fairclough (2003, p. 141).

Metáforas também podem ser utilizadas para representar processos, participantes e circunstâncias. Curiosamente, Resende e Ramalho (2019) consideram a metáfora como uma categoria do significado identificacional, uma vez que a realidade construída pela metáfora, de uma maneira particular e não de outra, permite compreender e identificar a visão de mundo de um sujeito, o que caracterizaria, destarte, a metáfora como pertencente à dimensão dos estilos. Entretanto, sua própria exposição acerca do verbete parece enquadrar a metáfora no significado representacional, posto que o

[...] nosso sistema conceptual é metafórico por natureza. Isso significa que os conceitos que estruturam os pensamentos estruturam também o modo como percebemos o mundo, a maneira como nos comportamos no mundo e o modo como nos relacionamos com outras pessoas de acordo com a nossa experiência física e cultural (RESENDE; RAMALHO, 2019, p. 86).

Fairclough (2003, p. 143-144) entende a metáfora como uma representação não-congruente dos processos e atividades que compõem o evento social, podendo simbolizar conceitos, sentimentos, relação espaço-tempo e visões de mundo.

O Quadro 07, abaixo, resume a perspectiva cognitiva de Lakoff e Johnson⁴ (2002) acerca das metáforas, classificando-as em três tipos básicos, de acordo com o foco semiológico: conceituais, orientacionais e ontológicas:

QUADRO 07 — TIPOS DE METÁFORAS SEGUNDO LAKOFF E JOHNSON

TIPO DE METÁFORA	DESCRIÇÃO	EXEMPLO
METÁFORAS CONCEITUAIS	Conceitos são estruturados metaforicamente em termos de outros	<i>Tempo é dinheiro!</i>
METÁFORAS ORIENTACIONAIS	Conceitos recebem uma orientação espacial não arbitrária, pois é baseada na nossa experiência física e cultural	<i>Hoje estou me sentindo para baixo.</i>
METÁFORAS ONTOLÓGICAS	Maneiras de entender eventos, atividades, emoções, ideias como entidades e substâncias	<i>Precisamos combater a inflação.</i>

Fonte: Resende e Ramalho (2019, p. 88).

A análise do significado representacional também abrange a análise das representações dos atores sociais. Atores sociais são participantes da prática social que atuam direta ou indiretamente no acontecimento, seja originando, seja reagindo a uma ação específica no contexto discursivo.

Os atores sociais envolvidos em eventos e práticas sociais e as relações estabelecidas entre eles podem ser analisados, em textos e interações, de um ponto de vista representacional, em termos de quais atores são incluídos ou excluídos na representação e a quais atores é dada proeminência, por exemplo. Não se trata de comparar a representação com a verdade a respeito do evento concreto, afinal, a “verdade” não se estabelece independentemente de representações particulares. Trata-se de comparar diferentes representações do mesmo evento ou de eventos semelhantes, na perspectiva de como representam, preferencialmente, certos atores sociais (RESENDE; RAMALHO, 2019, p. 106-107).

Fairclough (2003, p. 145-146) descreve uma forma de realizar a análise dos atores sociais no discurso conforme seis variáveis, elencadas a seguir com o apoio de Bessa e Sato (2018, p. 149):

- a) Inclusão ou exclusão: observando-se ainda dois tipos de exclusão: sujeito suprimido, ou seja, nem sequer mencionado; ou sujeito relegado, ou seja, mencionado em alguma parte do texto, mas posteriormente “deixado de lado”, em “segundo plano”, sendo referenciado apenas de maneira indireta, por inferências.

⁴ LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metáforas da vida cotidiana**. São Paulo: Educ, 2002.

- b) Pronome ou nome: de qual forma o ator social é realizado ou referenciado no texto? Por pronomes; como um substantivo próprio; ou com um substantivo comum?
- c) Função gramatical: o ator social é um participante da frase, atuando e/ou sendo afetado? Está presente em uma descrição de circunstância? Foi apresentado numa forma possessiva?
- d) Ativado ou apassivado: qual é o ator social que está atuante no processo, ou seja, qual sujeito está realizando ou provocando ações? Qual ator social está sendo afetado ou beneficiado pela ação, ou seja, qual sujeito está passivo no texto?
- e) Pessoal ou impessoal: atores sociais podem ser representados de forma pessoal ou impessoal. Um ator social é personalizado no texto quando aparece com nome e características que lhe são afeitas. Já a despersonalização ocorre quando reduzimos um ator social a um conceito ou adjetivo, geralmente negativo.
- f) Nomeado ou classificado: os atores sociais podem ser representados pelo seu nome próprio ou de acordo com categorias, como sua profissão ou classe social, por exemplo. Essa classificação pode ocorrer tanto individual quanto coletivamente, de forma específica ou genérica.

O próprio Fairclough (2003, p. 145) entende que suas variáveis podem ser insuficientes, dependendo do escopo da pesquisa, e indica o importante trabalho realizado pelo linguista e cineasta holandês Theo Van Leeuwen⁵ (2009) como complementar nesta categoria analítica. No escopo da presente dissertação, as contribuições de Van Leeuwen serão integradas organicamente durante o capítulo de análise. Com o intuito de registrar, ainda que de modo condensado, as classificações propostas por Van Leeuwen, bem como suas derivações, divisões e subcategorias, colacionou-se a seguir o Quadro 08. Importante ressaltar que Van Leeuwen parte de uma simples bifurcação para, a partir daí, embrenhar-se em múltiplas possibilidades de representação, até uma sexta camada tipológica. Depreende-se, portanto, que o primeiro questionamento do analista de discurso deve ser: “Estou diante de uma representação por exclusão ou por inclusão?” e então, de posse desta resposta, seguir o mapa proposto para encontrar o enquadramento mais adequado.

⁵ VAN LEEUWEN, Theo. Discourse as the recontextualization of social practice: a guide. *In*: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (org). **Methods of critical discourse analysis**. 2ª edição. Londres: Sage, 2009.

QUADRO 08 — REPRESENTAÇÃO DE ATORES SOCIAIS SEGUNDO VAN LEEUWEN

EXCLUSÃO	SUPRESSÃO				
	ENCOBRIMENTO				
INCLUSÃO	ATIVAÇÃO				
	PASSIVAÇÃO	SUJEIÇÃO			
		BENEFICIAÇÃO			
	PARTICIPAÇÃO				
	CIRCUNSTANCIALIZAÇÃO				
	POSSESSIVAÇÃO				
	PERSONALIZAÇÃO	DETERMINAÇÃO	NOMEAÇÃO		
			CATEGORIZAÇÃO	FUNCIONALIZAÇÃO	
				IDENTIFICAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
					IDENTIFICAÇÃO RELACIONAL
					IDENTIFICAÇÃO FÍSICA
				AVALIAÇÃO	
			DETERMINAÇÃO ÚNICA		
			SOBREDETERMINAÇÃO		
			INDETERMINAÇÃO		
			GENERALIZAÇÃO		
	ESPECIFICAÇÃO	INDIVIDUALIZAÇÃO			
		ASSIMILAÇÃO	COLETIVIZAÇÃO		
			AGREGAÇÃO		
	IMPERSONALIZAÇÃO	ABSTRAÇÃO			
OBJETIVAÇÃO					

Fonte: Resende e Ramalho (2019, p. 74).

Finalmente, no âmbito do significado representacional, temos as representações de tempo e espaço nos discursos, tanto em termos de horário ou localidade quanto em termos de duração ou extensão. Sendo constructos sociais, as noções de espaço e tempo são organizadas diferentemente em cada grupo social. Em qualquer evento social haverá diferentes “espaços-tempos” coexistindo, e muitas vezes estarão relacionados uns aos outros e ao contexto social específico. É possível identificar os diferentes “espaços-tempos” observando a conjugação dos tempos verbais e o uso dos advérbios (FAIRCLOUGH, 2003, p. 151-154).

1.3.3 Significado identificacional

O significado identificacional é o que guarda as relações das práticas sociais, num nível mais abstrato, identificando os motivos e explicando as razões pelas quais os sujeitos fazem o que fazem, encenando as interações humanas e evidenciando formas de ser de pessoas e grupos, através de atitudes, desejos e valores individuais ou coletivos. No cenário do significado acional, assumem importância teórico-metodológica o aprofundamento no conhecimento de duas grandes categorias de análise: modalidade ou modulação; e avaliação.

Para Resende e Ramalho (2019, p. 85), “[...] a importância do estudo da modalidade para o significado identificacional é decorrente do fato de que a modalidade é entendida como a relação entre o autor de um texto e a representação”, sendo relevante para a constituição de identidades no discurso.

A questão da modalidade é complexa e delicada pois envolve uma série infinta de elementos linguísticos, tais como: advérbios e locuções adverbiais; interjeições; adjetivos; verbos; entonação; modos do verbo; tempos verbais; estruturas sintáticas; glosas metaenunciativas; rupturas enunciativas de vários tipos; e sinais tipográficos (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2020, p. 336).

Fairclough (2003, p. 219) define modalidade como uma relação estabelecida entre o autor e as representações com as quais os autores se comprometem em termos de verdade ou necessidade. Dois tipos principais de modalidade são distinguidos: a modalidade epistêmica, circunscrita às trocas de informação, é referente às probabilidades, ao comprometimento com a verdade; e a modalidade deontica, no campo das trocas de atividade, refere-se ao comprometimento com os casos de necessidade e obrigação.

Resende e Ramalho (2019, p. 83-84), apresentam outras classificações de modalidade, acrescentando uma reflexão acerca das distinções de tempo e hipótese: a modalidade categórica, assumindo polos positivos (asserção absoluta) e negativos (negação absoluta), bem como seus graus intermediários de possibilidade; a modalidade objetiva, em que a afinidade com a proposição é implícita e não clara, com o falante podendo ou estar projetando seu ponto de vista como universal ou assumindo o ponto de vista de outrem; e a modalidade subjetiva, na qual o grau de afinidade com a proposição é claro e expresso como sendo advindo do próprio falante. O Quadro 09 a seguir resume as categorias de modalidade e de modulação:

QUADRO 09 — CATEGORIAS DE MODALIDADE E MODULAÇÃO

TROCA	FUNÇÃO DISCURSIVA		TIPO DE INTERMEDIÇÃO		REALIZAÇÃO TÍPICA	EXEMPLO
INFORMAÇÃO	PROPOSIÇÃO	AFIRMAÇÃO PERGUNTA	MODALIDADE	Probabilidade <i>possível provável certo</i>	Verbo modal	<i>Eles devem ter sabido.</i>
					Advérbio modal	<i>Eles certamente souberam.</i>
					Verbo modal e Advérbio modal	<i>Eles certamente devem ter sabido.</i>
				Frequência <i>às vezes frequentemente sempre</i>	Verbo modal	<i>Isso pode acontecer.</i>
					Advérbio modal	<i>Isso sempre acontece.</i>
					Verbo modal e Advérbio modal	<i>Isso sempre pode acontecer.</i>
ATIVIDADE	PROPOSTA	ORDEM OFERTA	MODULAÇÃO	Obrigação <i>permitido esperado exigido</i>	Verbo modal	<i>Você precisa ser paciente.</i>
					Predicador verbal (-se)	<i>Exige-se que você tenha paciência.</i>
				Inclinação <i>desejo ansiedade inclinação</i>	Verbo	<i>Eu quero ajudar.</i>
					Predicador adjetivo	<i>Estou determinado a ajudar.</i>

Fonte: Resende e Ramalho (2019, p. 82).

Considerando que o processo de identificação é influenciado pelo processo de relação social, a dialética entre os três tipos de significado — acional, representacional e identificacional — torna-se axiomática no caso das modalidades, na medida em que “[...] o uso restrito de elementos modalizantes e a predileção por modalidades categóricas e por modalidades objetivas permitem que perspectivas parciais (discursos particulares) sejam universalizadas [...]”, avançando modalidade e modulação com dominação e hegemonia (RESENDE; RAMALHO, 2019, p. 85).

Com relação à avaliação, versa Fairclough (2003, p. 215) que se refere ao aspecto do significado do texto que tem a ver com valores. Inclui tanto as declarações avaliativas explícitas quanto as suposições de valor. Em geral, os valores são assumidos ao invés de manifestos. As questões de valor tendem a ser relativamente negligenciadas na análise de texto, mas abordá-las permite entender matérias como a legitimação. Conforme Resende e Ramalho (2019, p. 79-80), as avaliações podem ser de três tipos principais:

- a) afirmações avaliativas: nas quais são enquadradas as asserções sobre o que é ou não desejável ou relevante, variando em escala de intensidade, marcadas por um atributo, verbo, advérbio ou sinal de exclamação;

- b) afirmações afetivas: contendo verbos de processo mental afetivo, marcadas subjetivamente, ou seja, com a indicação explícita de autoria, observando-se também a gradação de intensidade; e
- c) presunções valorativas: casos em que a avaliação não está marcada explicitamente no texto, ou seja, está presumida, tácita, afirmada pelo não-dito, constituindo particular relevância ideológica.

Conclui-se, desta forma, o estudo dos fundamentos da ADC, seus conceitos, a evolução do pensamento teórico-metodológico de Norman Fairclough, suas bases, classificações, divisões para fins didáticos e categorias de análise. Contudo, antes de dar sequência à dissertação — tratando especificamente da Metodologia da Pesquisa, tema do próximo capítulo — vale fazer alusão a dois pontos substanciais para a compreensão geral da obra do linguista britânico e, por conseguinte, da ADC. Em primeiro lugar, há de se firmar a posição de que a Análise de Discurso Crítica, tanto em sua face teórica quanto por sua face metodológica, permite examinar

[...] a linguagem como discurso, sua construção e possibilidades de uso em contextos sociais particulares e, valendo-se desse conhecimento, promove a reflexão sobre situações sociais e políticas específicas, contribuindo para a crítica e mesmo para a mudança, a depender das condições sociais e históricas. Ao cooperar com outras áreas do conhecimento, recebendo e fornecendo contribuições teóricas e metodológicas, ela cresce como um instrumental científico e político relevante no processo de mudança social (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 233).

Em segundo lugar, sedimentar a ideia de que as dimensões, os significados interacionais, as categorias propostas, em qualquer que seja a fase, não são estanques. Principalmente no modelo relacional, que será a base desta pesquisa,

[...] a relação entre os significados acional, representacional e identificacional é dialética, ou seja, os três aspectos não são isolados entre si, sua distinção é somente uma necessidade metodológica. A representação relaciona-se não só ao conhecimento, mas também tem implicação sobre a ação, pois representações são formas de legitimação; a ação refere-se às relações sociais e também ao poder; a identificação relaciona-se às relações consigo mesmo e à ética. Em poucas palavras, pode-se afirmar que discursos (significados representacionais) são concretizados em gêneros (significados acionais) e inculcados em estilos (significados identificacionais), e que ações e identidades (incluindo gêneros e estilos) são representadas em discursos. Assim, a distinção entre os três aspectos do significado é analítica, mas não exclui a fluidez e a internalização entre eles. As formulações acerca de ação, representação e identificação apontam para a possibilidade — e para a necessidade — de rompimento dos limites entre a Linguística e as Ciências Sociais (RESENDE; RAMALHO, 2019, p. 88-89).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa está instalada na abordagem qualitativa. Sua matéria-prima é constituída por informações predominantemente intangíveis: são significados; motivações; desejos; valores; atitudes; convicções pessoais; relações humanas, sejam presenciais ou à distância, sejam contemporâneas ou anacrônicas; realidades humanas, sejam factuais ou ficcionais; experiências humanas, sejam elas individuais ou compartilhadas (MINAYO, 2009, p. 21). Busca a identificação, coleta, classificação, análise e interpretação de dados que dificilmente podem ser mensurados ou traduzidos numérica ou estatisticamente. Em seu cerne são considerados os aspectos mais subjetivos do problema, suas causas presumidas e suas implicações. Como paradigma de pesquisa, “abarca vários tipos de práticas interpretativas que permitem transformar aspectos do mundo em representações por meio das quais podemos entendê-los, descrevê-los e interpretá-los” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 74).

A abordagem qualitativa se mantém ao longo de todo o estudo, ainda que algumas técnicas quantitativas possam ser empregadas, como a constatação da frequência na qual certo termo aparece nos textos pesquisados, por exemplo. Assim,

[...] na pesquisa qualitativa é possível examinar uma grande variedade de aspectos do processo social, como o tecido social da vida diária, o significado das experiências e o imaginário dos participantes da pesquisa; a forma como se articulam os processos sociais, as instituições, os discursos e as relações sociais, e os significados que produzem (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 30).

Para Fairclough (2012, p. 307), a Análise de Discurso Crítica é “[...] muito mais uma teoria que um método, ou melhor, uma perspectiva teórica sobre a língua e, de uma maneira mais geral, sobre a semiose [...]”, que inclui outras modalidades de linguagem, como a visual e a corporal, por exemplo. Sendo uma teoria-método em si, portanto, a Análise de Discurso Crítica “[...] situa-se na tradição da pesquisa qualitativa, em virtude do foco na análise detalhada de textos e discursos [...]”, conjugando o estudo linguístico à crítica social, relacionando discursos — estejam estes escritos em papel ou no computador, falados, gravados ou transmitidos pelas redes de TV, rádio ou internet — “[...] ao contexto social específico em que as ações dos participantes e suas relações sociais têm significados que eles conhecem muito mais do que nós estudamos” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 33).

No tocante à classificação dos estudos científicos, destaca-se a indexação taxionômica proposta por Vergara (2009, p. 41) que organiza os projetos de pesquisa conforme dois agrupamentos básicos: quanto aos fins e quanto aos meios. Silveira e Córdova (2009, p. 35-36) trazem uma tipologia parecida, na qual os objetivos seriam correspondentes aos fins, e os procedimentos de investigação, aos meios.

Quanto aos fins/objetivos, a pesquisa é descritivo-explicativa. Descritiva, posto que expõe as características linguísticas, ideológicas e estéticas presentes nas cenas de diálogos audiovisuais, bem como correlaciona o aparecimento de certos temas sob a noção da pós-modernidade. É considerada explicativa, pois visa compreender os significados das escolhas dos realizadores de cada parte estudada, bem como os fatores contextuais de aparecimento, influência e relevância das cenas, demonstrando suas relações de causa, efeito e significado.

Quanto aos meios/procedimentos, a pesquisa é bibliográfica e documental. Bibliográfica, pois faz um levantamento de referências teóricas já solidificadas pela classe científica, publicadas como livros físicos ou digitais, artigos científicos e outras produções acadêmicas, com o objetivo de se obter o conhecimento necessário para equipar o pesquisador a buscar a resposta para seu problema (FONSECA, 2002, p. 31-32). As principais disciplinas pesquisadas são: Linguística; Análise de Discurso Crítica; Semântica; Semiótica; Filosofia; Sociologia; Antropologia; Psicologia; Identidade e Representação; Pós-Modernismo; Análise Fílmica; e Crítica Cinematográfica. A pesquisa também é documental, pois faz uso, não apenas do episódio da série em seu *corpus* original, mas de entrevistas; vídeos de *making of*; áudios; documentários correlatos; biografias; fotografias; roteiros; entre outros (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 176-185).

Em tempo, é importante considerar a questão da abordagem e classificação do presente trabalho, desenvolvido no terreno da Análise de Discurso Crítica, como um método em si, que investiga “[...] como o conteúdo é usado para alcance de determinados efeitos” (VERGARA, 2006, p. 27). Resumidamente:

Como método, não se deve esquecer de que pesquisas em Análise de Discurso Crítica são qualitativas, são interpretativo-críticas; de que podem ser realizadas por pesquisa documental ou por pesquisa etnográfica — a arte e a ciência de descrever um grupo humano —; e de que seu principal material de estudo são textos (verbais, visuais, orais, escritos). A geração e a coleta de dados podem se dar por entrevistas, por pesquisa documental, por observação, por questionários, entre outros procedimentos (VIEIRA; MACEDO, 2018, p. 68).

Após a caracterização da pesquisa — na qual são identificadas a abordagem, a finalidade e os procedimentos previstos —, são planejadas as etapas necessárias para levar a cabo a investigação pretendida (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 155).

Na obra *Discourse in late modernity*, Fairclough apresenta um esquema de trabalho em cinco estágios na aplicação da Análise de Discurso Crítica sob uma ótica dialética-relacional (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 60):

- a) definir o problema, em uma definição ativa e reflexiva;
- b) identificar os possíveis obstáculos para abordagem do problema, verificando a conjuntura e o contexto em que esta questão está inserida; as práticas discursivas que favorecem o surgimento do problema em um momento específico ou momentos relacionados; a estrutura, ordem e interações do discurso, inclusive do ponto de vista semiótico;
- c) estudar o problema, observando seu funcionamento na prática;
- d) desenvolver possíveis formas de ultrapassar os obstáculos listados durante do segundo estágio da pesquisa; e
- e) refletir sobre a análise, de forma crítica.

Já em *Discurso e mudança social*, Fairclough (2001, p. 275-293) sugere outro modelo, dividido em três itens: os dados, a análise e os resultados. Cada item subdivide-se em outras fases, sistematizando os procedimentos da pesquisa:

- a) dados, abrangendo a definição do projeto; reunião do *corpus*; possível ampliação do *corpus*; transcrição; codificação; e seleção de amostras presentes no *corpus*;
- b) análise, que abarca o estudo da prática discursiva, o estudo do texto e o estudo da prática social da qual o discurso faz parte; e
- c) resultados, englobando a preparação, composição e apresentação das conclusões possíveis a partir da coleta de dados e de sua análise.

O exame destas e de outras maneiras de se organizar uma pesquisa focada em Análise de Discurso serviu de alicerce para a estruturação das sete fases por meio das quais a presente dissertação foi orquestrada. Importante observar que as etapas do estudo em ADC não são estagnadas, nem servem a uma hierarquia rígida que pressuponha qualquer sequência ou necessidade de pré-requisitos. Pelo contrário. As etapas são, sim, cíclicas, razão pela qual puderam — e precisaram — ser visitadas, revisitadas e revisadas algumas vezes durante todo o processo de produção do trabalho. Com isto em mente, as etapas percorridas foram:

- a) delimitação do problema da pesquisa;
- b) seleção e constituição do *corpus* de análise;
- c) estudo do funcionamento do problema;
- d) análise dos dados;
- e) interpretação, apresentação e discussão dos resultados;
- f) desenvolvimento de possíveis soluções para o problema; e
- g) reflexão crítica sobre a própria análise;

A seguir, cada etapa é explicada com mais detalhes.

3.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DA PESQUISA

Um problema é “[...] uma dificuldade, teórica ou prática, no conhecimento de alguma coisa de real importância, para a qual se deve encontrar uma solução” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 159). É uma quebra de expectativas dentro do conjunto dos conhecimentos humanos. Uma investigação “[...] nasce de algum problema teórico/prático sentido. Este dirá o que é relevante ou irrelevante observar, os dados que devem ser selecionados” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 97). Para Chizzotti (2006, p. 25), o problema da pesquisa está intimamente conectado com a concepção de mundo do pesquisador, sintetizando-a, seja esta concepção clara ou indefinida, genérica ou sistematizada. Indo mais fundo:

Problema é uma questão não resolvida, é algo para o qual se vai buscar resposta, via pesquisa. Uma questão não resolvida pode estar referida a alguma lacuna epistemológica ou metodológica percebida, a alguma dúvida quanto à sustentação de uma afirmação geralmente aceita, a alguma necessidade de pôr à prova uma suposição, a interesses práticos, à vontade de compreender e explicar uma situação do cotidiano ou outras situações. [...] Quase sempre problemas apresentam relações entre variáveis (VERGARA, 2009, p. 13-14).

Partindo deste pressuposto, o problema é uma abstração teórica e ideológica que serve de bússola para o pesquisador. É o problema que norteia a busca pela fundamentação teórica e que requer, impaciente, o resultado da análise dos dados. Um problema urge por soluções, e tais soluções só poderão advir da conclusão da pesquisa. Em última instância, uma dissertação é o resultado do esforço do pesquisador em encontrar uma resposta válida — mas nem sempre satisfatória — para seus anseios científicos, intelectuais, morais e sociais.

Um problema de pesquisa não pode, desse modo, ficar reduzido a uma hipótese previamente aventada, ou a algumas variáveis que serão avaliadas por um modelo teórico preconcebido. O problema decorre, antes de tudo, de um processo indutivo que se vai definindo e se delimitando na exploração dos contextos ecológico e social, onde se realiza a pesquisa; da observação reiterada e participante do objeto pesquisado, e dos contatos duradouros com informantes que conhecem esse objeto e emitem juízos sobre ele. A delimitação do problema não resulta de uma afirmação prévia e individual, formulada pelo pesquisador e para a qual recolhe dados comprobatórios. O problema afigura-se como um obstáculo, percebido pelos sujeitos de modo parcial e fragmentado, e analisado assistematicamente. A identificação do problema e sua definição pressupõem uma imersão do pesquisador na vida e no contexto, no passado e nas circunstâncias presentes que condicionam o problema (CHIZZOTTI, 2000, p. 81).

Especificamente no caso da Análise de Discurso Crítica, o problema tende a ter relação direta com algum aspecto da vida social, derivado da prática e de atividades em sociedade (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 60). Para Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 56-57), o problema deve ser escolhido dentre conjunturas específicas nas quais o “[...] discurso é usado em situações de desigualdade ou opressão social”. Os autores também sugerem questões para auxiliar na identificação de uma situação social que pode ser encarada como um problema de pesquisa. As principais perguntas são:

- a) A prática social observada refere-se a uma situação real de injustiça, desigualdade social, disputa de poder ou por controle?
- b) A linguagem utilizada na interação humana, mediada ou não, representa de modo desfavorável algum grupo reconhecidamente em desvantagem?
- c) O fato pode direcionar a atenção para a compreensão do problema?
- d) O contexto visa a construção de uma identidade social específica?
- e) Os prováveis resultados da pesquisa constituem potencial para contribuir para o fortalecimento de pessoas ou grupos em situação vulnerável?

Do estudo realizado para a composição da fundamentação teórica, duas premissas despertaram interesse e curiosidade, ao passo que iluminaram o caminho para a delimitação do problema da pesquisa: as identidades são formadas social e discursivamente, considerando o contexto a que são expostas; e o atual contexto social, histórico e cultural da Humanidade é o da modernidade tardia. Agora, após coadunar todas as peças inventariadas até o momento, foi possível atermar, finalmente, o problema central da pesquisa, desta forma: como combater a influência massiva dos elementos discursivamente atuantes da modernidade tardia nos processos de construção, desconstrução e reconstrução de identidades pessoais?

3.2 SELEÇÃO E CONSTITUIÇÃO DO CORPUS DE ANÁLISE

Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi, representante nacional da Análise do Discurso de linha Francesa, de matriz pecheutiana, produziu orientações básicas interessantes para o estabelecimento do *corpus*, a matéria-prima do analista do discurso. Independentemente de advir de uma veia metodológica diversa da adotada neste trabalho, sua contribuição nesta matéria é útil e bem-vinda. Isto posto, para a professora, o *corpus*: deve ser selecionado por critérios teóricos objetivos e não empíricos; pode incluir práticas discursivas de diferentes naturezas; e precisa cobrir o tema verticalmente e não horizontalmente, ou seja, numa configuração que permita uma compreensão aprofundada da questão (ORLANDI, 2005, p. 62-64).

Em suma, a definição do *corpus*

[...] é um processo que leva em conta critérios específicos que configuram o recorte feito pelo pesquisador ou pesquisadora. Para fixar determinado corte, deve-se ter em vista os objetivos e alvos da pesquisa e as questões propostas. Não se trata de decisão arbitrária, mas de opção metodológica, animada por uma dinâmica própria da pesquisa (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 57)

Obedecendo aos parâmetros acima especificados, passou-se a buscar uma fonte adequada para os dados da pesquisa. Foram aventadas como possibilidades: reportagens jornalísticas, tanto em mídia escrita quanto em mídia audiovisual; documentários; histórias em quadrinhos; telenovelas; filmes; e narrativas seriadas. Após detido julgamento, optou-se pela via ficcional e, neste tipo, pelas séries. A partir desse ponto, tornou-se bastante óbvia a definição de uma fonte para o *corpus* de análise que fornecesse dados relevantes para o atingimento dos objetivos da pesquisa, uma obra que discutisse de forma crítica e madura a contemporaneidade de modo representativo. Foi assim que a série *Black Mirror* foi selecionada.

Black Mirror discute as tecnologias de comunicação e informação, as relações sociais mediadas por dispositivos complexos, tendo sempre uma perspectiva futurista e distópica, primando por roteiros *noir* e pessimistas. A série aborda temas centrais para o debate sobre a relação entre cultura, tecnologia e sociedade hoje. Dessa forma, ela é um interessante produto cultural para ser analisado e debatido [...] *Black Mirror* é uma série de ficção-científica (FC), gênero literário (e cinematográfico) que tem por característica explorar sentimentos ambíguos em relação às consequências do desenvolvimento científico e tecnológico. De uma maneira geral, a FC é quase sempre distópica, e frequentemente crítica em relação aos destinos tecnológicos da humanidade (LEMOS, 2018, p. 13-14).

Além destas características, contribui o fato de *Black Mirror* ser antológica, ou seja, apresentar em cada episódio uma história única, autônoma e fechada em si mesma, com princípio, meio e fim, sem a necessidade de acompanhamento sequencial posterior. *Black Mirror* é, em essência, uma série sobre relações humanas mediadas pela tecnologia e influenciadas por elementos da sociedade pós-moderna, o que a credencia como matriz de representações de sujeitos e identidades no contexto alvo da pesquisa. “Hino Nacional”, o primeiro episódio da primeira temporada da série, foi selecionado para a análise, considerando os seguintes critérios:

- a) o episódio está inserido, temporalmente, na mesma época em que vivemos, ou seja, não está ambientado num futuro distante;
- b) o episódio está inserido, espacialmente, no Reino Unido, sob a influência cultural europeia contemporânea, e não em um local indeterminado;
- c) não há a presença de tecnologias fora de nossa realidade atual, nem fora do controle humano, influenciando o comportamento dos personagens;
- d) é possível observar a atuação das representações das dimensões institucionais da modernidade tardia, descritas por Giddens;
- e) há uma clara jornada de construção, desconstrução e reconstrução de identidade, encarnada pelo protagonista, ao longo do episódio;
- f) esses movimentos da identidade do protagonista são discursivamente originados, permitindo o uso das lentes da ADC; e
- g) as relações institucionalizadas de poder, dominação e hegemonia podem ser apreendidas com exemplos de cenas e sequências bem evidentes.

3.3 ESTUDO DO FUNCIONAMENTO DO PROBLEMA

É nesta etapa que se busca compreender a mente do produtor dos textos, suas intenções primordiais e o contexto de realização. Além disto, há o contato inicial com o material a ser estudado, com a identificação e a reserva de cenas, sequências e diálogos importantes para o problema da pesquisa; as primeiras relações com as estruturas e conjunturas sociais; o reconhecimento dos gêneros discursivos presentes; o arrolamento dos atores sociais representados; as práticas sociais e os possíveis elementos da pós-modernidade discutidos; a descoberta das dinâmicas de poder; a percepção dos pontos de intersecção entre sociedade e discurso. Identificam-se, ainda, os possíveis obstáculos para a abordagem do problema. Portanto,

Esta etapa fundamentará a interpretação da prática discursiva [...]. Em outros termos: os recursos linguísticos dão pistas parciais e, não raro, opacas, acerca da estrutura social; cabe ao analista partir desses traços dispersos pela superfície textual, para, em face do conhecimento sobre o contexto — situacional, social, cultural —, depreender aquilo que está invisível na estrutura e que serve como meio de legitimação e mobilização de dadas ações sociais e não de outras (GONÇALVES-SEGUNDO, 2018, p. 83).

Para Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 65), o objetivo é descobrir se e como o aspecto do discurso identificado como problemático está atuando em uma função particular dentro da prática social. Esta não é uma etapa muito flagrante durante a leitura da dissertação, sendo um procedimento preparatório, mais de “bastidores”, em que o pesquisador se debruça antes de se dedicar à escrita formal. Entretanto, seus efeitos poderão ser percebidos: na exibição das sequências; na degravação e transcrição das cenas mais importantes; nas informações da parte introdutória do capítulo de análise, no qual serão tratados os aspectos gerais da série *Black Mirror*; e no resumo comentado do episódio analisado. É uma etapa que guarda relação com aquilo que, na Análise de Discurso Francesa, é conhecida como “de-superficialização dos textos”, consistindo na passagem do “material bruto” coletado para o objeto discursivo. É o contato com a materialidade linguística do texto, observando-se como se diz, quem diz, por que diz, em que circunstâncias diz, para quem se diz.

3.4 ANÁLISE, INTERPRETAÇÃO, APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

Aqui, durante este percurso, são encontrados os sentidos e os efeitos de sentido dos textos, vinculados ao quadro geral das práticas discursivas e sociais da situação analisada (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 58). Para Gonçalves-Segundo (2018, p. 81), é neste nível que o analista explica o discurso, “[...] buscando relacionar a materialização textual com as práticas de produção, distribuição, consumo e interpretação, considerando sua ancoragem social [...]”, exigindo conhecimentos nas áreas de sociologia, antropologia, economia, política e história. É neste ponto que o analista manuseia uma ferramenta extremamente complexa, derivada, não somente “[...] do objeto a ser analisado, mas, acima de tudo, de fazer ligações teóricas com outros campos do saber (LUSTOSA, 2018, p. 199). Para Martins (2018, p. 179), é o momento em que o analista precisa “[...] recuperar as leituras da base teórica, vincular os dados da interpretação com a realidade social e refletir sobre os aspectos trazidos à luz com essa investigação”.

Foi utilizada, para atingimento dos objetivos desta pesquisa, a Análise de Discurso Crítica faircloughiana como instrumento de investigação, notadamente em sua forma apresentada no livro *Analysing discourse: textual analysis for social research*, lançado em 2003, sem o prejuízo do socorro de outros conceitos, categorias ou procedimentos estudados. Durante a análise, portanto, serão reintroduzidos conceitos elencados na fundamentação teórica, assim como serão propostas novas correlações de sentido. Neste caso, as definições desconhecidas serão sucintamente descritas, e então conectadas ao argumento sugerido.

Este direcionamento coincide com o ponto de vista de Bessa e Sato (2018, p. 129), no qual a Análise de Discurso Crítica faz um movimento constante para identificar um problema e buscar elementos semióticos de análise, retornando então o olhar na busca de compreensão contextual através da prática, sempre partindo e retornando ao plano social, permitindo a compreensão de uma fração da realidade societária, suas articulações e hegemonias.

Importante destacar, mormente, que sendo a Análise de Discurso Crítica uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar que alia “[...] descrição (dimensão textual), explicação (dimensão social, histórica, política, econômica, antropológica) e interpretação (dimensão da prática discursiva) [...]” (GONÇALVES-SEGUNDO, 2018, p. 95), auxiliando, portanto, na compreensão “[...] das redes de práticas em que se inserem os discursos, empreendimentos complexos que não se restringem à análise textual [...]” (LIRA; ALVES, 2018, p. 116), este empreendimento não se preocupou em dissociar claramente as tarefas de análise, interpretação e discussão, nem em traçar linhas demarcatórias visíveis para cada papel ocupado pelo analista do discurso na extensão de suas atribuições acadêmicas. Na prática, isto significa que a partição dessas etapas da pesquisa, conforme mostrada no texto do *caput* do capítulo 3 deste trabalho, é meramente didática e informativa. Este é um importante alerta para o leitor, que não vai encontrar seções específicas para cada uma das tarefas realizadas pelo pesquisador, nem para cada função ou metafunção do dispositivo ferramental aplicado, estando o analista livre para ir e vir em suas considerações e elucubrações, ora analisando, ora interpretando, ora discutindo os temas levantados pelas descobertas advindas das ponderações sobre o objeto examinado.

Finalmente, importa revelar que, com o fito de auxiliar no pesado trabalho de análise, utilizou-se como lista de checagem o esquema exposto no Quadro 10, a ser examinado na próxima página.

QUADRO 10 — LISTA DE CHECAGEM PARA ANÁLISE TEXTUAL

CATEGORIAS	PERGUNTAS SOBRE O TEXTO EM ANÁLISE
ESTRUTURA GENÉRICA	O texto se situa em uma cadeia de gêneros? O texto é caracterizado por uma mistura de gêneros? Que gêneros o texto articula (em termos de atividade, relações sociais, tecnologias de comunicação)?
INTER-TEXTUALIDADE	Entre outros textos ou vozes relevantes, quais são incluídos? Quais são significativamente excluídos? Como outras vozes são incluídas? São atribuídas? Se sim, especificamente ou não especificamente? As vozes atribuídas são relatadas diretamente (citação) ou indiretamente? Como outras vozes são tecidas em relação à voz do/a autor/a e em relação umas com as outras?
PRESUNÇÃO	Que presunções existenciais, proposicionais ou valorativas são feitas? É o caso de se ver algumas presunções como ideológicas?
RELAÇÕES SEMÂNTICAS E GRAMATICAIS ENTRE PERÍODOS E ORAÇÕES	Quais são as relações semânticas predominantes entre períodos e orações (causa – razão, consequência, propósito; condicional; temporal; aditiva; elaborativa; contrastiva/concessiva)? Há relações semânticas em nível mais alto entre partes maiores do texto (por exemplo, problema-solução)? As relações gramaticais entre orações são predominantemente paratáticas, hipotáticas ou encaixadas? Há relações particularmente significativas de equivalência e diferença construídas no texto?
TROCAS, FUNÇÕES DA FALA, MODO GRAMATICAL	Quais são os tipos predominantes de troca (troca de atividade ou de conhecimento) e funções da fala (afirmação, pergunta, demanda, oferta)? Que tipos de afirmação há (afirmações de fato, previsões hipotéticas, avaliações)? Há relações ‘metafóricas’ entre trocas, funções da fala ou tipos de afirmação (por exemplo, demandas que aparecem como afirmações, avaliações que aparecem como afirmações factuais)? Qual é o modo gramatical predominante (declarativo, interrogativo, imperativo)?
INTER-DISCURSIVIDADE	Que discursos são articulados no texto e como são articulados? Há uma mistura significativa de discursos? Quais são os traços que caracterizam os discursos articulados (relações semânticas entre palavras, colocações, metáforas, presunções, traços gramaticais)?
REPRESENTAÇÃO DE EVENTOS E ATORES SOCIAIS	Que elementos dos eventos sociais representados são incluídos ou excluídos? Que elementos incluídos são mais salientes? Quão abstrata ou concretamente os eventos são representados? Como os processos são representados? Quais são os tipos de processo predominantes (material, mental, verbal, relacional, existencial)? Há instâncias de metáfora gramatical na representação de processos? Como atores sociais são representados (ativado / passivado, pessoal / impessoal, nomeado / classificado, específico / genérico)? Como tempo, espaço e a relação entre ‘tempos-espacos’ são representados?
IDENTIFICAÇÃO	Que estilos são articulados no texto? Como são articulados? Há mistura significativa de estilos? Quais são os traços que caracterizam os estilos articulados (‘linguagem corporal’, pronúncia e outros traços fonológicos, vocabulário, metáfora, modalidade, avaliação)?
MODALIDADE	Como os autores se comprometem em termos de verdade (modalidades epistêmicas)? Em termos de obrigação e necessidade (modalidades deonticas)? Em que extensão as modalidades são categóricas (afirmação, negação)? Em que extensão são modalizadas (com marcadores explícitos de modalidade)? Que níveis de comprometimento se observam (alto, médio, baixo) quando há marcadores explícitos de modalidade? Quais são os marcadores de modalização (verbos modais, advérbios modais)?
AVALIAÇÃO	Com que valores (em termos do que é desejável ou indesejável) o/a autor/a se compromete? Como valores são realizados – como afirmações avaliativas, afirmações com modalidades deonticas, afirmações com processos mentais afetivos, valores presumidos?

Fonte: Ramalho e Resende (2011, p. 114-116), adaptado de Fairclough (2003, p. 191-194).

3.5 DESENVOLVIMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES

Enquanto os estágios anteriores focam na lógica relacional da análise científica, social e linguística, comparam Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 65), a fase atual envolve uma lógica dialética conciliatória: a percepção dos efeitos reprodutivos da prática analisada; a completa variação dentro da prática em foco; a diversidade de conjunturas e condições estruturais que viabilizam uma prática específica; e a possibilidade real de uma ação transformadora.

Assim, uma análise discursiva crítica pode ser considerada eficaz quando possibilita ao/à analista explorar a materialização discursiva de problemas sociais, em termos dos efeitos dos aspectos discursivos em práticas sociais contextualizadas e vice-versa, e, assim, realizar a crítica social com base no discurso (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 63).

A Análise de Discurso Crítica prioriza temas incômodos da realidade social que implicam relações de desigualdade, injustiça, opressão, manipulação, disputas de poder, controle político e econômico, situação de minorias ou segmentos sociais marginalizados (MARTINS, 2018, p. 167). Nesta perspectiva, não é possível encontrar “[...] análises linguísticas isentas de reflexões de cunho social. Esse vínculo justifica-se pela percepção da linguagem como uma forma de ação social [...]” que ao mesmo tempo constitui e é constituída numa relação dialógica com a realidade (RESENDE; RAMALHO, 2019, p. 92). Portanto, nenhuma pesquisa calcada na ADC é neutra, pelo contrário, está sempre posicionada politicamente (LUSTOSA, 2018, p. 210), aplicando juízos de valor e explanando mecanismos e articulações sociais (BATISTA JR; SATO; MELO, 2018. P. 13). Neutralidade científica nada mais é do que um posicionamento ideológico e, portanto, não-neutro, restando ao analista de discurso despir-se de hipocrisia ao entender não ser possível a neutralidade até o ponto de sequer desejá-la (RESENDE; RAMALHO, 2019, p. 140). À vista disso, a análise de discurso ultrapassa as linhas da mera descrição e interpretação de práticas humanas, individuais ou coletivas, manejando inclusive processos de tomada de posição frente ao problema detectado, e propondo soluções para a superação das amarras opressoras identificadas. Uma pesquisa em ADC, além de dialógica, precisa ser responsiva e assertiva, sob pena de não ser considerada completa ou relevante. Uma pesquisa em ADC, portanto, não é apenas uma expressão letrada da Academia, mas uma expressão do desejo de mudança discursiva e social do pesquisador.

3.6 REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE A PRÓPRIA ANÁLISE

Para Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 163), a pesquisa situada no campo de ação da Análise de Discurso Crítica “[...] deve ser, antes de tudo, autocrítica. E isso não pode deixar de incluir profunda reflexão acerca das práticas de pesquisa [...]”. Lira e Alves (2018, p. 120), entendem que um dos principais pontos dessa necessária autocrítica é reconhecer o fato de que os próprios analistas do discurso são sujeitos da sociedade, não estando livres “[...] desses mecanismos ideológicos de assujeitamento atuantes no condicionamento de seus discursos e análises”.

Outras determinadas particularidades podem, a depender do momento, da intensidade ou das condições de aparecimento, representar tanto um potencial quanto uma limitação para a jornada da dissertação. Enquadram-se neste escopo os fatores listados a seguir, marcantes na trajetória desta pesquisa e de seu pesquisador:

- a) a necessidade de substituição de orientador;
- b) a alteração do tema da pesquisa;
- c) a redução considerável na disponibilidade de tempo para dedicação ao trabalho, considerando as crescentes demandas familiares e profissionais; e
- d) o contexto da pandemia global da Covid-19, que trouxe consigo: o arrefecimento de algumas das atividades acadêmicas; a redução da relação presencial orientador-orientando; o adoecimento do pesquisador em duas ocasiões, resultando em longa convalescência e requerendo, inclusive, um período de batalha contra persistentes sequelas.

Ademais, as limitações da pesquisa em nível metodológico, bem como as possibilidades, as recomendações e os prognósticos sobrevividos deste trabalho, são descritas e discutidas no capítulo dedicado às considerações finais.

Conclui-se, desta forma, o estudo da metodologia da pesquisa que encarrilhou o desenvolvimento desta dissertação: seu enquadramento; o planejamento detalhado de suas etapas; a definição de seu problema central; o reconhecimento de um posicionamento social claro, imprescindível para a ADC; e a descrição da manifestação de condições tempestivas que possivelmente atuaram como limitantes para o andamento do trabalho. Deste ponto em diante, faz-se um ousado convite: adentrar no estranho e fascinante universo de *Black Mirror* para, através da análise do episódio “Hino Nacional”, meditar sobre questões de identidade e modernidade.

4 QUESTÕES DE IDENTIDADE EM “HINO NACIONAL”

Charlie Brooker é roteirista e crítico britânico. Colunista do *The Guardian*, é bastante conhecido pelo seu humor ácido, sua visão cínica de mundo e opiniões muitas vezes controversas. Em 2011, lançou o projeto mais importante da sua carreira: a série *Black Mirror*. Brooker e Jones (2018, p. 13-14, tradução nossa) contam que, na reunião inicial de apresentação da ideia para os executivos do *Channel 4*, definiram *Black Mirror* como “[...] uma parábola moderna com histórias sobre os avanços das redes sociais, tecnologia e inteligência artificial [...]”; uma coleção de contos sobre um futuro próximo, a poucos passos de distância. O conceito era até simples: uma tendência tecnológica, ainda que embrionária, seria extrapolada através da pergunta clássica “e se...?” e abordada como uma espécie de “*cautionary tale*”, uma história sobre perigos ou ameaças com algum tipo de ensinamento no final.

Ainda que esta tenha sido a concepção inicial, engana-se quem acredita que *Black Mirror* é uma série sobre a relação anômala entre as pessoas e a tecnologia. *Black Mirror* é uma série sobre a relação anômala entre as pessoas. Ponto. A tecnologia serve como intermediário catalisador de nossas neuroses, como amplificador de nossas fragilidades, como veículo de nossas dores, como instrumento de nossa violência. O problema não está na tecnologia; o problema está em ser humano (JOHNSON; MARQUEZ; URUEÑA, 2020, p. 4). Concentrados em histórias pequenas, de pessoas específicas e situações representativas, fechadas, muitas vezes sem enredos secundários, os episódios têm sempre o elemento humano em foco, ao ocupar-se de temas universais que cruzam barreiras geográficas, sociais ou idiomáticas. As questões humanas estão sempre em primeiro lugar; a tecnologia, em segundo plano (BROOKER; JONES, 2018, p. 15-16).

O “espelho escuro” do título da série representa exatamente o que encontramos onipresente no nosso dia a dia, seja na palma de nossas mãos, nas paredes, nas mesas, suspensas por fios presos ao teto, surgindo de aberturas feitas no chão, ou até mesmo acopladas em geladeiras ou turbinando relógios: “[...] a tela fria e brilhante de uma televisão, um monitor, um smartphone”. Mas o tal “espelho escuro” também pode significar sinistro, sombrio, perverso, hostil ou obscuro, na medida em que reflete um lado falho, distorcido e trágico da nossa sociedade. É por isso que, ao final da sequência de abertura, a tela parece se quebrar (JOHNSON; MARQUEZ; URUEÑA, 2020, p. 3).

Quebrar um espelho, na tradição popular, é sempre um presságio de coisas ruins. E é isso que *Black Mirror* destaca nas quatro temporadas: coisas ruins acontecendo tendo por base o uso permanente dessas telas, seja nas relações pessoais e afetivas, seja na escola, no trabalho ou no lazer. Esse sinal de mau agouro pinta um cenário nada promissor, seja para o presente ou para o futuro, próximo ou distante, da atual sociedade informacional. Portanto, o que faz a série ser assustadora é justamente essa dimensão do presente, explorando a nossa dependência desses “espelhos escuros”. A impressão é que estamos presos a essas interfaces, ou estaremos em breve (LEMOS, 2018, p. 15).

Na linguagem cinematográfica, espelhos quebrados — e, mais precisamente, imagens de pessoas refletidas em espelhos quebrados — representam a destruição, a desconstrução ou o fracionamento da identidade do personagem. A identidade humana é composta por muitas peças que se ordenam para formar uma pessoa como única ou perceptível na multidão, incluindo: individualidade, autenticidade e autonomia. Família, amigos, raça, etnia, gênero, sexualidade e outros marcadores humanos também atuam na formação da identidade, mas podem, em alguns casos, despertar “[...] estereótipos debilitantes que limitam o que outros podem notar em nós” (CIRUCCI; VACKER, 2018, p. 21, tradução nossa).

Além da identidade humana, *Black Mirror* antevê amanhã turbulentos e explora os múltiplos significados em outras frentes, como a “[...] cultura da constante vigilância, a sociedade do espetáculo, a hiper-realidade, a estética, a tecnologia e a existência” (CIRUCCI; VACKER, 2018, p. 16, tradução nossa).

Finalmente, um último item precisa ser coberto antes do mergulho na análise específica de “Hino Nacional”: definir a estrutura genérica de *Black Mirror*. Resumidamente, podemos classificar *Black Mirror* como uma narrativa audiovisual, serial e antológica, de ficção científica, ambientada em um futuro próximo e distópico.

Conforme Costa (2014, p. 173-175), o gênero da narrativa pode valer-se de diferentes suportes expressivos — no caso de *Black Mirror*, o suporte audiovisual. A narrativa caracteriza-se pela “[...] presença de personagens inseridos em situações imaginárias [...]”, seguindo uma certa estrutura básica, constituída por: apresentação, complicação, clímax e desfecho. A narrativa possui dois planos interdependentes: o plano da história, no qual estão os personagens, o espaço, e a ação; e o plano do discurso, no qual estão organizados o tempo e os “[...] registros estilísticos discursivos diversos”. Destaca, ainda, a presença de um narrador, que pode ser participante, ou seja, um dos personagens; ou observador. O narrador observador pode ser onipresente ou onisciente.

Ainda que circunscrita no gênero de ficção científica, de modo geral, o objetivo de *Black Mirror* não é discutir o futuro, suas tecnologias avançadas ou possíveis questões do amanhã, mas, sim, evidenciar as distorções nas relações humanas de hoje, usando como metáfora ontológica o contexto tecnológico. *Black Mirror* está situado no campo definido por Suvin (1979, p. 4) como “estranhamento cognitivo”, no qual o enredo se passa em um mundo imaginado diferente do nosso, criado por meio da observação científica, teorização e experimento empírico. Neste campo, a diferenciação é de moderada a branda, um “novo familiar”, o que não desabona *Black Mirror*, pelo contrário: é uma “[...] ótima ficção científica, porque é quase verdade. Isso nos desestabiliza; nos faz lutar com o que a tecnologia pode fazer para nós, ou com o que podemos fazer com a tecnologia futura” (JOHNSON; MARQUEZ; URUEÑA, 2020, p. 3, tradução nossa). Masny (2015, p. 5) ressalta que *Black Mirror* retrata uma perspectiva negativa sobre vigilância e mídias sociais, mas que também há traços de ambivalência em torno desses tópicos. A série enfatiza que é o uso dos dispositivos que causa os problemas, e não a tecnologia em si. Como forma de ressaltar este argumento, a série opta por ambientar suas histórias em uma sociedade distópica, que por sua vez serve de crítica para sociedade atual e suas idiosincrasias. É preciso recorrer a Clute e Langford (2021), para quem as características centrais da distopia⁶ são duas e estão sempre presentes, apesar dos diferentes focos que podem ser imprimidos: a opressão da maioria por uma elite dominante, variável apenas na caracterização, não nas ações típicas; e a arregimentação da sociedade como um todo, variável apenas nos fins declarados, mas nem tanto em seus processos.

Conclui-se, assim, o seguimento de de-superficialização do material de análise, no que tange à sua origem; sua concepção; sua linguagem geral; sua classificação de gênero; suas características básicas; e sua proposta de objetivos, tanto como um produto de entretenimento, quanto como um valioso expediente de crítica socioeconômica e histórica.

A seguir, a dissertação submeterá à Análise de Discurso Crítica o episódio “Hino Nacional”, da série *Black Mirror*, considerando os conhecimentos firmados nesta contextualização, destacando as questões identitárias representadas e grifando o papel da tecnologia e da pós-modernidade nos processos de construção, desconstrução e reconstrução de identidades sociais.

⁶ Disponível em: <https://sf-encyclopedia.com/entry/dystopias>. Acesso em: 05/02/2022.

4.1 ANÁLISE DO EPISÓDIO “HINO NACIONAL”

O Primeiro-Ministro Britânico Michael Callow recebe uma ligação confusa no meio da noite. As notícias não são boas. Claro, ninguém te acorda de madrugada para contar uma novidade feliz. Telefonemas assim são prenúncios de maus agouros. Michael Callow desperta de um sono profundo para viver o mais terrível pesadelo de sua carreira — e de sua vida. No gabinete oficial, ainda de roupão, Callow assiste a um vídeo que mostra a Princesa Susannah sequestrada, sendo coagida a ler uma série de instruções condicionantes para a sua libertação. A mensagem é clara e direta: o sequestrador irá assassinar a princesa às quatro da tarde daquele mesmo dia, a não ser que o primeiro-ministro performe uma relação sexual com um porco, não simulada e transmitida ao vivo para todo o país em cadeia nacional de televisão. Uma corrida contra o tempo é empreendida, num máximo esforço no sentido de reaver a princesa em segurança antes do prazo final. Entretanto, após sucessivos fracassos, e pressionado por todos os lados, o primeiro-ministro capitula e cumpre a demanda do sequestrador, certo de que esta seria a única maneira de salvar a princesa e, obviamente, o seu posto. O ato, contudo, é ineficaz, pois o sequestrador liberta Susannah antes do horário limite, revelando que o crime era, na verdade, uma obra de arte provocativa, uma declaração pública do artista Carlton Bloom, compondo uma crítica mordaz contra o “apetite das pessoas por humilhação”, que as leva a aplaudir “[...] quem quer que esteja preparado para humilhar a si mesmo [...]” e a outros “[...] em prol do entretenimento” (BROOKER e JONES, 2018, p. 21, tradução nossa).

O primeiro episódio da primeira temporada de *Black Mirror* é o menos futurístico de todos. Provavelmente é o que se passa mais próximo da nossa época atual, ou talvez até mesmo antes, tendo em vista as dificuldades tecnológicas apresentadas. Afinal, imagens de satélite e de câmeras de segurança facilmente captariam o momento do sequestro, dando pistas sobre o veículo usado ou até mesmo sobre a identidade do criminoso; um *software* com uma inteligência artificial treinada poderia realizar o reconhecimento da voz do sequestrador; uma pesquisa focada no sedativo usado para derrubar os seguranças da princesa poderia rastrear a origem do produto, fornecendo pistas sobre quem o adquiriu; simples óculos de visão de calor mostrariam que não havia nenhuma pessoa no prédio abandonado; um teste de DNA rotineiro revelaria que o dedo cortado não era de Susannah. Isso só para abordar as tecnologias úteis para a resolução do crime, que existem há pelo menos quinze anos.

Ainda que essa baixa tecnologia, falta de inteligência de alguns personagens e até facilidades de roteiro possam incomodar, o fato é que “Hino Nacional”, como primeiro episódio, reafirma o caráter antológico e inovador da série, considerando o distanciamento imediato da ficção científica e o evidente flerte com o gênero do *thriller* político e psicológico. As falhas de investigação não são perdoáveis, mas são no mínimo compreensíveis, posto que o episódio não é focado no crime em si, nem mesmo na busca pelo criminoso. Para Lemos (2018, p. 24), “Hino Nacional” é sobre o controle da informação pelas mídias de massa. Para Collins e Boesch (2020, p. 11-12), é sobre o embate entre diferentes obrigações morais em conflito. Brooker e Jones (2018, p. 25) citam a incapacidade geral, do Estado e da sociedade civil, em conter, moderar ou reprimir conteúdos nocivos na internet. “Hino Nacional” é sobre tudo isso, mas, em especial, é a respeito de um sujeito que, pressionado pelas estruturas sociais à sua volta, descobre-se esvaziado totalmente de poder, tendo sua identidade fracionada e então reconstruída pelas consequências da pós-modernidade.

Iniciando com uma lista de checagem contendo uma pré-análise textual, esta seção apresentará os recursos discursivos, quer verbais, quer não-verbais, reunidos intencional ou inconscientemente na produção de sentidos de “Hino Nacional”. Serão discutidas a função do nojo como termômetro moral; as possíveis interdiscursividades; a construção, desconstrução e reconstrução discursiva da identidade social de Michael Callow, o protagonista do episódio; as disputas pelo domínio dos campos sociais entre as superestruturas institucionais; a responsabilidade da mídia; e a relação de “Hino Nacional” com as proposições identitárias de Giddens.

4.1.1 Análise textual preliminar

Utilizando como instrumento inicial de pesquisa o Quadro 10, apresentado no Capítulo 3, referente à Metodologia da Pesquisa, e com o intuito de promover uma visão sintetizada das categorias analíticas — ainda que a tarefa seja, em tese, um tanto quanto paradoxal: uma “síntese da análise” —, serão deslindados os indicadores percebidos; os dados obtidos; as impressões vestibulares; e os recursos linguísticos aplicados na composição do episódio “Hino Nacional”, tendo prevalência aqueles registros com maior potencial de auxiliar na compreensão e na resolução do problema da pesquisa. Portanto, nem todas as categorias e nem todas as questões da lista original serão encontradas no Quadro 11, a seguir.

QUADRO 11 — ANÁLISE TEXTUAL PRELIMINAR DE “HINO NACIONAL”

CATEGORIAS	SÍNTESE DAS DESCOBERTAS
ESTRUTURA GENÉRICA	Ainda que <i>Black Mirror</i> seja enquadrada como uma série narrativa de ficção científica, seu caráter antológico permite que cada episódio singre por diferentes gêneros desencaixados. “Hino Nacional” flerta com os gêneros literários e cinematográficos de <i>thriller</i> , investigação e suspense político.
	A estrutura narrativa favorece a operação da ideologia por legitimação, posto que os aparelhos ideológicos hegemônicos atuam diretamente no sentido de superar as tentativas de quebra de padrão e de mudança social executadas pela internet.
	O episódio subverte a clássica versão da Jornada do Herói, apresentando um protagonista assujeitado, passivo e domado pelas estruturas circundantes, que urge representá-lo, mesmo à revelia.
INTER-TEXTUALIDADE	Há uma interessante intertextualidade futura em “Hino Nacional”. Em 2015, quatro anos depois do episódio ter sido veiculado, o Primeiro-Ministro David Cameron foi acusado de ter copulado com um porco, na época da faculdade. À época, o escândalo teve muito mais repercussão nas redes sociais do que na chamada imprensa tradicional, onde o caso foi abafado.
	O episódio teve como inspiração a música “The National Anthem”, da banda inglesa de rock alternativo Radiohead: “ <i>Todos / Todos por aqui / Todos estão muito perto / Todos estão com medo / Estão esperando / Estão esperando</i> ”.
	Ainda tratando do título do episódio: o que é um hino nacional? É um símbolo cívico de unidade de uma nação. Remete ao dever patriótico e à união das pessoas sob uma mesma bandeira. Esse aspecto é demonstrado diversas vezes ao longo da obra: pessoas reunidas nos locais de trabalho, nos <i>pubs</i> ; pesquisas de opinião pública. Serve aos propósitos ideológicos através da simbolização da unidade coletiva (unificação).
	“Hino Nacional” conversa com os textos clássicos de contos de fada e crônicas arturianas, nos quais um cavaleiro corajoso precisa enfrentar inúmeros perigos para salvar uma princesa indefesa.
	A repórter Malaika, da UKN, relaciona o evento do porco com o 11 de setembro, em que as emissoras demoraram para noticiar por cumprir solicitações governamentais.
	Os funcionários do hospital comentam que a lista de exigências do sequestrador para a transmissão em cadeia nacional do ato seria semelhante às ideias do Dogma 95, um movimento cinematográfico dinamarquês que impunha, em seu manifesto, uma série de restrições para a produção de um filme, visando um purismo técnico.
	RELAÇÕES SEMÂNTICAS
Relações causais do tipo consequência (“aquilo, de modo que isto”) surgem para representar o resultado das ações do gabinete, principalmente nas diligências frustradas na esfera da investigação.	
Relações condicionais (“se isto, aquilo”) tomam corpo nos vídeos do sequestrador; bem como nas conversas entre Alex Cairns e Michael Callow sobre as decisões do partido.	
Relações elaborativas explicativas são patentes nas cenas de “plantão de notícias” da UKN, quando a âncora do telejornal precisa desenvolver os temas concernentes à cobertura do evento; ou relatar os detalhes das ações governamentais.	
Há uma pequena, porém importante, relação contrastiva no final do episódio (“isto, mas aquilo”). A notícia veiculada pela UKN apresenta a diferença que o evento causou na posição política do primeiro-ministro, um ano depois, contrapondo o momento anterior de dúvida e rejeição com o atual, de aceitação e celebração.	

QUADRO 11 — ANÁLISE TEXTUAL PRELIMINAR DE “HINO NACIONAL” (continuação)

CATEGORIAS	SÍNTESE DAS DESCOBERTAS
PRESUNÇÃO	Ao receber a notícia do sequestro da Princesa Susannah, Michael Callow debate com seu gabinete acerca dos possíveis responsáveis pelo ato (suposição existencial). Ele presume que uma ação terrível como esta só poderia ter sido realizada por pessoas desesperadas por dinheiro; por fundamentalistas islâmicos; ou por representantes do Terceiro Mundo empobrecido. Esta visão revela um pensamento contaminado pela ideologia do eurocentrismo hegemônico.
	Algumas parcelas do público acreditam que zoofilia é o tipo de coisa que os políticos devem fazer o tempo todo, pois são nojentos e pervertidos — e não por causa da exigência ou pressão dos cargos ocupados ou funções desempenhadas (suposição moral ou de valor).
	Um funcionário do hospital presume que, caso o sequestrador seja um “terrorista”, cortará a cabeça da princesa (suposição proposicional). Terrorista = bárbaro / insensível.
	Mesmo que não apareça de forma clara no vídeo, o público acaba presumindo que o sequestrador realmente cortou fora o dedo da vítima, principalmente por indução da imprensa tradicional, que noticiou o incidente como sendo uma verdade confirmada (pressuposição de implicação lógica).
	Nas pesquisas de opinião, o público inicialmente presume ser errado ceder às exigências do sequestrador. No entanto, o sentimento geral muda quando há o incidente do dedo cortado. O público, a partir desse ponto, presume que praticar sexo com um porco seja a coisa certa a se fazer, se for para salvar a vida da princesa (suposição moral ou de valor).
	Michael Callow presume ter conseguido localizar o sequestrador após receber informações circunstanciais do pessoal de tecnologia, que havia rastreado a possível fonte do <i>upload</i> do vídeo de resgate, demonstrando uma confiança excessiva nos sistemas peritos (pressuposição de implicatura conversacional padrão).
TROCAS, FUNÇÕES DA FALA, MODOS GRAMATICAIS E MODALIDADE	As trocas de conhecimento ocorrem principalmente por parte da mídia, direcionadas aos telespectadores que, devido ao tipo de relação localmente desencaixada, não podem tomar um turno de fala e responder imediatamente (modo gramatical declarativo e modalidade epistêmica). As respostas, quando ocorrem, são via redes sociais, e não são direcionadas à rede de TV, mas, principalmente, ao primeiro-ministro (modo gramatical declarativo e modalidade categórica).
	As trocas de atividade ocorrem na direção do primeiro-ministro, que se vê constantemente demandado. Seja por meio de pedidos, ordens diretas ou “fortes recomendações”, os demais personagens — sequestrador; membros do gabinete; esposa; partido; população em geral; e até mesmo a Rainha da Inglaterra — exigem uma ação concreta de Michael Callow (modo gramatical imperativo e modalidade deontica).
	Em um tenso diálogo, Michael Callow busca apaziguar as ansiedades de sua esposa (modo gramatical interrogativo e modalidade subjetiva), fazendo uso recorrente de afirmações hipotéticas, sem fundamento na realidade.
INTER-DISCURSIVIDADE	O episódio é permeado, desde o início, pela presença constante — e incômoda, às vezes sufocante — do discurso midiático, seja social (ou eletrônico) ou tradicional. Representando a rede social, temos articulados os discursos: humorísticos; sensacionalistas; e de protesto, visto que se originam do público e não obedecem a uma formação discursiva definida. Já os discursos midiáticos da imprensa tradicional seguem o rito jornalístico, revestindo-se de artificial imparcialidade, como também de aparente coerência, credibilidade e formalidade.
	Outro discurso predominante é o político, mas não no sentido de campanha, aquele que simplesmente exalta qualidades do candidato (exceto pela parte final do episódio); mas, sim, de articulação política, de processo decisório, de estratégia de combate a crises.

QUADRO 11 — ANÁLISE TEXTUAL PRELIMINAR DE “HINO NACIONAL” (continuação)

CATEGORIAS	SÍNTESE DAS DESCOBERTAS
REPRESENTAÇÃO DE EVENTOS SOCIAIS	Destaca-se a representação do processo mental do nojo, exprimido no episódio tanto na forma imagética “real” — a cena do porco; a cena de Michael Callow no banheiro — quanto na forma imagética “abstrata”, sugerida pela constante repetição da frase “ <i>sexo com um porco</i> ”.
	Outra representação de processo mental é o do desespero, incorporada por Michael Callow ao longo de todo o episódio, seja na expressão facial desolada, seja na expressão corporal encurvada, seja nas atitudes materiais que guardam esse sentido em sua origem — gritos; choro; tentativa de agressão contra Alex Cairns.
	Um segundo possível processo mental representado através de Michael Callow é o da vergonha ou da impotência, quando o primeiro-ministro, em diversas oportunidades, desliga o celular, evitando contato com a esposa.
	O acontecimento do intercuro com o porco não é mostrado explicitamente, em um evento social material, mas subentendido através do close no rosto do primeiro-ministro, ou seja, torna-se do tipo relacional simbólico.
	No final do episódio, o evento social na escola é do tipo relacional atributivo, não pelo evento em si, mas pelo que ele representa. Visto através do corte de uma reportagem, são conferidas a Michael diversas qualidades positivas.
METÁFORAS	A origem das metáforas relevantes em “Hino Nacional” reside na figura do porco. Metáforas conceituais, mais simples, podem ser depreendidas: a política é nojenta, portanto, o político é porco; as pessoas são pervertidas, e a perversão é nojenta, portanto, as pessoas são porcas; a sociedade capitalista é nojenta, portanto, os capitalistas são porcos; e assim por diante.
	Há também, uma metáfora ontológica presente no episódio. A situação absurda do “sexo com um porco”, sua veiculação pela grande mídia e sua audiência recorde parecem criticar a nossa atual sociedade do espetáculo, a humilhação e linchamento públicos, e a necessidade pós-moderna de saber de tudo, consumir tudo, atualizar tudo.
IDENTIFICAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS	Todos os personagens do núcleo principal são representados como perdedores. Em algum momento do episódio, suas ideias, seus planos, suas ações ou seus objetivos passarão por uma derrota acachapante. Dentre todos, entretanto, um se mostra mais perdedor do que os outros: o Primeiro-Ministro Michael Callow.
	Michael Callow é visto como incapaz, ineficiente, inseguro e infantil. Em certo ponto, torna-se desesperado, violento e incoerente. É uma pessoa desprezível. No final, é representado como um herói, vitorioso, corajoso e capaz de se doar para salvar uma vida.
	Jane Callow é consciente, inteligente e prudente. É preocupada, mas não louca. Suas ansiedades têm fundamento e são reais, apesar de rejeitadas pelo marido. É mãe de um pequeno bebê. Mostra-se vulnerável, dependendo muita força para manter o equilíbrio diante da situação. No final do episódio, é representada como rigorosa e talvez rancorosa.
	Alex Cairns é competente, séria, decidida e proativa. Curiosamente, na sequência em que mostram o vídeo para o primeiro-ministro, de madrugada, todo o cenário está azulado e escurecido, exceto por uma fonte de luz amarela que está sobre as mãos de Alex Cairns, representando sua capacidade de agência.
	Princesa Susanna é representada como uma jovem em perigo. Uma verdadeira princesa de contos de fadas, querida por todos, defensora de causas socioambientais e popular nas redes sociais.
	Malaika é um tanto quanto irresponsável, impetuosa, aborrecida e nervosa. Ambiciosa, não mede esforços para obter aquilo que precisa para conseguir a reportagem que vai mudar sua carreira e sua vida. Carlton Bloom, o sequestrador, é um artista insano, mas frio e calculista, que planejou e executou com perfeição cada detalhe do crime. Entretanto, parece ter realizado o ato por vingança pelo cancelamento de sua mostra.

QUADRO 11 — ANÁLISE TEXTUAL PRELIMINAR DE “HINO NACIONAL” (continuação)

CATEGORIAS	SÍNTESE DAS DESCOBERTAS
<p style="text-align: center;">AVALIAÇÃO</p>	<p>As afirmações avaliativas (negativas) estão presentes nas pesquisas de opinião pública, que expressam, em um primeiro momento, que não é correto nem desejável para ao primeiro ministro capitular frente às exigências do sequestrador. No entanto, outro tipo de afirmações avaliativas (positivas) aparecem após o incidente do dedo cortado. A opinião mudou, e a maioria da população agora acredita que é aceitável uma conjunção carnal com um porco para salvar a vida de Susannah.</p>
	<p>Jane Callow, após expressar suas preocupações a seu marido, o abraça e diz <i>“Eu te amo”</i>. Há poucas afirmações afetivas no mundo, real ou ficcional, tão poderosas quanto essa.</p>
	<p>Antes de cometer o ato pérfido, Michael Callow faz duas declarações. A primeira é uma afirmação avaliativa intensa: <i>“Eu acredito que isso trará o retorno seguro da Princesa Susannah”</i>. Logo em seguida, já sem paletó, faz uma afirmação afetiva: <i>“Eu amo minha esposa”</i>.</p>
	<p>No hospital, a funcionária reage com compaixão e romantismo, soltando uma interjeição de aprovação, uma presunção valorativa positiva. Já seu colega, mais cético, faz um muxoxo, uma presunção valorativa negativa.</p>
	<p>No final do episódio, ao entrar em casa, a portas fechadas, Jane Callow se desvencilha do marido e sobe as escadas, impassível. Michael tenta conversar, mas Jane lança um olhar de desprezo, uma presunção valorativa de desaprovação.</p>

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022).

4.1.2 O porco na sala

É fato que muitas pessoas, tenham ou não assistido à obra, conheçam “Hino Nacional” como “aquele episódio do porco”. A visão e o simbolismo do porco são muito fortes, e terminam por atrair e monopolizar a atenção do público. Portanto, é mister tratar desse assunto prioritariamente.

Ao ter o primeiro vislumbre do animal [TC 00:35:28]⁷, Michael Callow suspira, desesperançoso. A despeito de estar limpo e posicionado em um estúdio praticamente asséptico, vazio e bem iluminado, um porco ainda é um porco. Uma tigela de metal no chão, cheia de uma comida de cor amarela e indiscernível é atacada vorazmente pelo suíno. O som é desconcertante: uma mistura de ronco, grunhido e guincho com a língua estalando, sorvendo. O que numa camada externa é produzido com o intuito simples e direto de nos provocar nojo, num nível mais profundo passa-se a ideia de que, não importa o quanto se tente, a verdadeira natureza de algo sempre vem à tona. Uma atitude, mesmo que revestida de alguma pretensa nobreza ou fundamentada em algum propósito declarado digno, caso seja imoral ou antiética, permanece enodada.

⁷ A indicação aproximada do posicionamento das cenas em relação ao tempo transcorrido de cada episódio será apresentada, de agora em diante, em formato *timecode* (TC), entre colchetes, contendo pares de algarismos indicando horas, minutos e segundos, da esquerda para a direita.

SEQUÊNCIA 01 — A APARIÇÃO DO PORCO



Fonte: Captura de telas da Netflix (acesso em 09/02/2022).

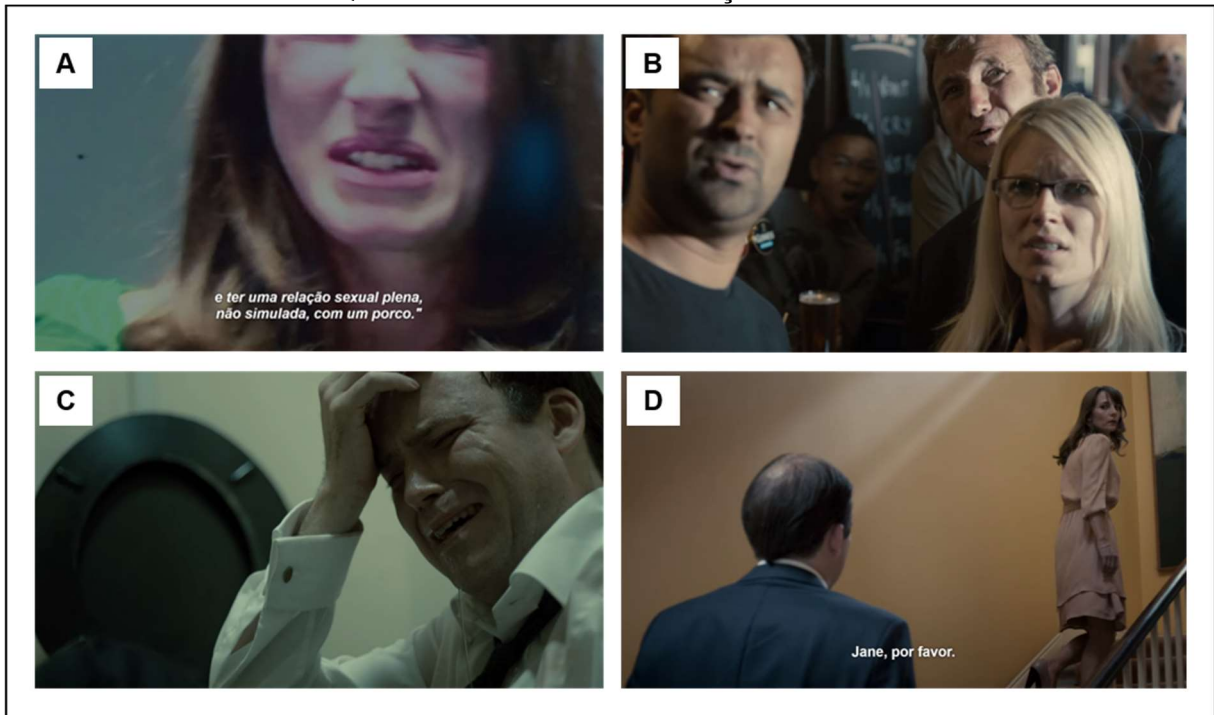
Numa faixa ainda mais nuclear, depreende-se que o Primeiro-Ministro Callow ficará para sempre marcado pelo evento, quer externa ou internamente, sendo impossível dissociar, dali em diante, sua imagem da imagem de um porco. Por extensão, considera-se que nenhum indivíduo pode sair de uma situação caótica, semelhante a esta em seu cunho extremado, sem cicatrizes permanentes, advindas dos processos de ruptura e refazimento da autoidentidade. É enfrentar os sentimentos de culpa e vergonha, não somente por meio da consciência, mas com a participação integral do próprio corpo; é despir-se de roupas e de poder; é arriscar os relacionamentos pessoais saudáveis e palpáveis, pela mera promessa de um futuro de reconhecimento; é ultrapassar as barreiras protetivas do medo e do nojo.

O nojo parece ser uma sensação que os realizadores intentaram evocar no espectador ao longo de todo o filme⁸, de três formas diferentes: através da sensação experienciada pelos personagens em tela que, por reflexo, podem acometer a audiência; exibindo imagens, sons ou sugestões de cenas desagradáveis; e instigando a imaginação do público, já que a frase “sexo com um porco” é repetida com frequência regular. Sobre esse terceiro ponto, interessante apontar o intertexto e até mesmo uma provável quebra da quarta parede quando Jane Callow, esposa do primeiro-ministro, sentencia: “*Já está acontecendo na cabeça delas*” [TC 00:15:22].

⁸ Neste trabalho, “filme” também é usado como sinônimo para “episódio”.

Para ilustrar o argumento de que a repulsa é tema presente em “Hino Nacional”, inclusive com potencial constituidor de identidades e comportamentos dos indivíduos e dos grupos representados, destacam-se, dentre muitos outros, os momentos mostrados nas cenas agrupadas na Sequência 02 e explanadas adiante:

SEQUÊNCIA 02 — REPRESENTAÇÕES DE NOJO



Fonte: Captura de telas da Netflix (acesso em 09/02/2022).

- a) CENA A: Quando a Princesa Susannah lê as instruções do sequestrador no vídeo [TC 00:04:40], há um close na região inferior do rosto da atriz, permitindo observar uma expressão saliente de desgosto ao pronunciar a frase *“ter uma relação sexual plena, não simulada, com um porco”*.
- b) CENA B: As pessoas no *pub* reagindo ao início do ato [TC 00:36:49]. Há uma longa montagem mostrando a reação variada do público, do incômodo à diversão, da revolta ao riso nervoso, da surpresa ao terror. Alguns fecham os olhos, alguns se encolhem; uns estão boquiabertos, outros cobrem a boca com as mãos; há sorrisos sarcásticos, há olhos fixos na tela. Mas pode-se dizer que as expressões de nojo são a maioria.
- c) CENA C: Após o intercurso com o porco, já no banheiro, encostado à privada e iluminado por um filtro esverdeado, o primeiro-ministro está coberto de fluidos corporais [TC 00:41:18], como: suor, lágrimas, muco nasal, saliva, vômito e também, subentende-se, de sêmen.

- d) CENA D: No final do episódio, Jane Callow sobe as escadas da casa 10 da Downing Street, em silêncio. O sorriso que exibia para os jornalistas há poucos segundos, já morreu. Anda veloz na frente de seu marido, escapando do contato físico. Michael a chama: “*Jane, por favor*”. Um olhar de desprezo e ojeriza é a única resposta [TC 00:42:49].

Em “Hino Nacional”, o asco tem um papel moral. Citando o profundo estudo sobre o desgosto elaborado por Martha Nussbaum⁹, Collins e Boesch (2020, p. 17, tradução nossa) argumentam que o “[...] o desgosto surge primeiro em resposta a objetos que nos lembram nossa própria mortalidade e vulnerabilidade [...]” e que o papel do nojo é, basicamente, “[...] policiar os limites do corpo — mantendo as coisas nojentas fora”. A figura do porco é um exagero alegórico escolhido conscientemente para representar o *modus operandi* nos bastidores do poder: metaforicamente, a classe política “[...] precisa fazer esse tipo de coisa o tempo todo. Isto é política. Para manter o poder, você precisa fazer coisas horríveis e comprometedoras todos os dias” (BROOKER; JONES, 2018, p. 22, tradução nossa). Poderia ser qualquer outra coisa, desde que absurda, *nonsense*, sórdida e personalista. A política, e por metonímia, os políticos, são sujos e nojentos. Mas o povo, embevecido em sua gana por destruição, não fica muito atrás. O episódio “[...] parece estar sugerindo que nossa disposição e desejo de ver um espetáculo tão repugnante é uma parte substancial do problema da sociedade” (COLLINS; BOESCH, 2020, p. 18, tradução nossa). É a partir desta premissa que são construídas as representações dos sujeitos e dos grupos.

4.1.3 Inspirações, influências, intertextos

Curiosamente, em 2015, cerca de quatro anos depois de “Hino Nacional” ter ido ao ar, surgiram diversas acusações indicando que o Primeiro-Ministro David Cameron, em sua juventude, teria enfiado o pênis no nariz de um porco morto, como ritual de iniciação do Clube Bullingdon, fraternidade da Universidade de Oxford¹⁰. O escândalo foi tratado pela imprensa britânica como o “*piggate*”, mas logo foi abafado, tornando-se apenas uma nota pitoresca na História.

⁹ NUSSBAUM, Martha. **Hiding from Humanity: disgust, shame, and the law**. Nova Jérsei: Princeton University Press, 2009.

¹⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/biografia-de-ex-aliado-narra-excessos-de-david-cameron-com-drogas-e-sexo.html>. Acesso em: 01/03/2022.

Procurado, Charlie Brooker garantiu que não sabia de nada disto, que a inspiração para “Hino Nacional” teria vindo de diversas outras fontes¹¹, e que tudo isso teria sido uma estranha coincidência — uma coincidência, aliás, que teria estragado parte do caráter absurdo da ideia original (BROOKER; JONES, 2018, p. 39-40).

Quatro diferentes fontes foram registradas como influências diretas para a ideia e o conceito geral de “Hino Nacional”. Primeiramente, Brooker e Jones (2018, p. 36) revelam que a música “*The National Anthem*”, da banda inglesa de rock alternativo Radiohead, é pontualmente referenciada no título do episódio. A música tem uma levada quase experimental, às vezes dissonante, incômoda, e uma letra curta, que diz: “*Todos / Todos por aqui / Todos estão muito perto / Todos estão com medo / Estão esperando / Estão esperando*”. Isso coaduna com as cenas de expectativa das pessoas na frente dos televisores, aguardando a transmissão do calvário de Michael Callow como se fosse um show de horrores; a aflição crescente na vã esperança de que algum plano do governo desse certo no último instante; a dúvida se de fato aquele homem público realizaria o feito bizarro; as torcidas, contra e a favor... O público espera. Acompanha de perto. Com nojo e com medo. Estão esperando, como na estranha canção.

O episódio exibe uma forte tensão entre a função da arte, a sociedade do espetáculo e a dimensão política das imagens em uma cultura de massa. Essa performance radical visa denunciar a manipulação mundial e midiática da opinião pública, sendo uma crítica típica da “sociedade do espetáculo”, da cultura da hiper-realidade e da simulação, do poder hipnótico e quase pornográfico das imagens, atrelada agora à velocidade viral e pouco confiável das redes sociais (LEMOS, 2018, p. 28-29).

Em segundo lugar, a expressão “hino nacional” remete à ideia de civismo, de união nacionalista, como se o primeiro-ministro estivesse realizando, não um ato desprezível, mas um ato de bravura patriótica: o Parlamento e o Governo, apoiados pelo Povo, resgatando a Coroa — algo constituinte daquilo que Woodward (2014, p. 23) chamaria de “inglesidade”. Assim, algo que poderia destruir a vida e a reputação de uma pessoa para sempre, tem um efeito contrário, como pode-se perceber no final do episódio, quando vemos Callow alçado à posição de líder benevolente e confiável na esfera mundial, como alguém que faz o que precisa ser feito, não importando o quão difícil seja.

¹¹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/revista-da-tv/historia-envolvendo-primeiro-ministro-britanico-porco-traz-black-mirror-para-mundo-real-17561170>. Acesso em: 01/03/2022.

Conforme concordaria Hall (2006, p. 49-51), a identidade do primeiro-ministro foi reconstruída como a de um herói nacional, dentro da discursividade inscrita no sistema de representação da cultura da Grã-Bretanha, ao recriar símbolos e sentidos identificáveis e apropriáveis pelas massas. No final, a fim de lidar com sua própria culpa e vergonha por ter incentivado o acontecimento com o tal porco, a população abraça o humilhado, num movimento de identificação, como resultado de supostas similaridades (WOODWARD, 2014, p. 18), uma vez que

[...] a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos — um sistema de representação cultural. As pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da ideia da nação tal como representada em sua cultura nacional. Uma nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade (HALL, 2006, p. 49).

Em terceiro lugar, Brooker citou como inspiração a cobertura exagerada da mídia sobre o caso em que o então primeiro-ministro, Gordon Brown, numa conversa vazada, chamou uma cidadã de “intolerante”, em 2010¹². O surpreendente frenesi da cobertura jornalística massiva concernente a um tema tão banal capturou a atenção do criador de *Black Mirror*, que imaginou como a imprensa reagiria se o assunto fosse realmente relevante ou disparatado.

Por fim, Brooker confidenciou¹³ que a cena do porco foi retirada da revista em quadrinhos “*Fabulous Furry Freak Brothers*”, dos anos 70, de uma edição na qual um policial é forçado a fazer sexo com um porco. “*Pig*” (“porco”) é uma gíria inglesa e norte-americana depreciativa para “policial”; e um xingamento comum dos grupos perseguidos pela polícia é “*fuck the pigs*” (“fodam-se os porcos”), denotando uma situação na qual a metáfora conceitual torna-se uma espécie de literalidade ficcional, com a subversão dos atores participantes.

O quadrinho, por sua vez, teria se inspirado numa anedota acerca de uma estratégia política não-ortodoxa, na qual planta-se a acusação falsa de que um candidato adversário pratica sexo com porcos, apenas para forçá-lo a vir a público negar as acusações e ser exposto ao ridículo na mídia¹⁴.

¹² Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2010/04/28/gordon-brown-pede-desculpas-apos-chamar-eleitora-aposentada-de-intolerante.htm>. Acesso em: 01/03/2022.

¹³ Disponível em: <https://www.theguardian.com/tv-and-radio/shortcuts/2015/sep/21/pigs-prime-minister-black-mirror-ashcroft-allegation-charlie-brooker>. Acesso em: 01/03/2022.

¹⁴ Disponível em: <https://www.independent.co.uk/arts-entertainment/books/news/this-hunter-s-thompson-passage-is-particularly-poignant-in-light-of-that-david-cameron-and-the-pig-story-10510787.html>. Acesso em: 01/03/2022.

Além disso, embora não esteja explicitamente declarado, “Hino Nacional” trabalha com o desvirtuamento dos clássicos contos de fada e das crônicas arturianas, nos quais um cavaleiro honrado, justo e corajoso enfrenta dificuldades draconianas para salvar a princesa-donzela de um perigo mortal. Interessante observar que, no final do episódio, o telejornal noticia que a Princesa Susannah está grávida, enquanto exhibe imagens da moça sorridente e acompanhada de um elegante homem, seu marido, seu “príncipe encantado”, sugerindo um final do tipo “felizes para sempre”.

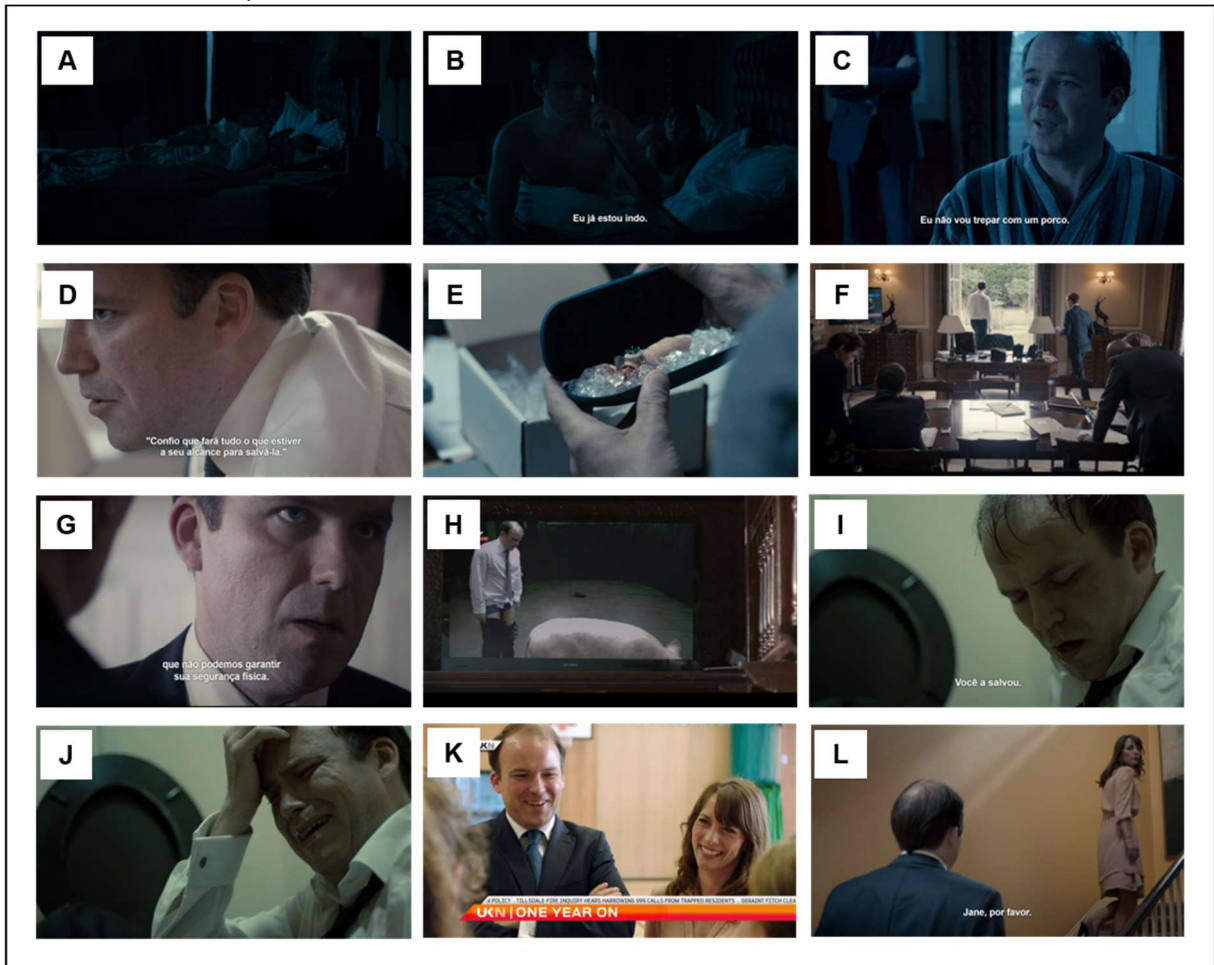
Outra interferência não assentida, mas perceptível, advém do construto narrativo conhecido como “A Jornada do Herói”, criado pelo mitologista norte-americano Joseph John Campbell em 1949 e posteriormente adaptado e desenvolvido pelo roteirista hollywoodiano Christopher Vogler, em 1998.

Para Campbell (1997, p. 17), as histórias tendem a seguir um percurso padrão, um “monomito”, não importando sua origem nem seu momento na História. Uma espécie de fórmula em três atos e dezenove estágios pode ser observada nos contos ao redor do mundo, de Prometeu a Buda; de Maomé a Moisés: separação; iniciação; e retorno. Resumidamente, “[...] um herói vindo do mundo cotidiano se aventura numa região de prodígios sobrenaturais; ali encontra fabulosas forças e obtém uma vitória decisiva; o herói retorna de sua misteriosa aventura com o poder de trazer benefícios aos seus semelhantes” (CAMPBELL, 1997, p. 18).

A Jornada do Herói tem caráter universal, e seus estágios podem ser identificados “[...] em todos os tipos de história, não apenas naquelas que apresentam ação física heroica e aventuras. O protagonista de toda história é o herói de uma jornada, mesmo que o caminho leve apenas à sua mente ou ao reino dos relacionamentos pessoais” (VOGLER, 2015, p. 48). Incorporando os dezenove passos iniciais de Campbell em apenas doze estágios, e exemplificando sua pertinência através de grandes obras cinematográficas do final do século XX e início do século XXI, além da introdução do conceito de arquétipos narrativos, pode-se atestar que a contribuição trazida por Vogler sobre o trabalho original de Campbell é inestimável, traduzindo toda uma pesquisa de cunho antropológico para uma linguagem e um formato de fácil utilização, para uso imediato dos contadores de histórias.

Na Sequência 03, a seguir, é apresentada uma correlação viável entre algumas cenas importantes de “Hino Nacional” e os estágios descritos no modelo de Jornada do Herói proposto por Vogler (2015, p. 49 e 62), sendo respeitadas, na formulação desta hipótese, as particularidades do viés corrompido de *Black Mirror*.

SEQUÊNCIA 03 — A JORNADA DO HERÓI EM “HINO NACIONAL”



Fonte: Captura de tela da Netflix (acesso em 01/03/2022).

Em tempo, importante salientar que nem sempre os estágios são designados claramente; alguns podem, inclusive se fundir. Uns podem ser ampliados, enquanto outros, suprimidos. Alguns elementos podem receber maior destaque ou, até mesmo, aparecerem repetidos no enredo (CAMPBELL, 1997, p. 137). Todas estas questões e possibilidades foram contempladas na composição, e cada etapa foi elucidada na análise, explanando e realçando a importância da Jornada do Herói para a organização da identidade do protagonista.

- a) MUNDO COMUM: Como o gênero de “Hino Nacional” flerta com o suspense, o protagonista é logo lançado na espiral do problema. Não há tempo para ambientar nem personagem, nem espectador. A identidade do herói é demonstrada pela forma como ele lida com as questões que vão sendo impostas diante dele. De qualquer modo, podemos considerar a cena inicial, em que Callow está dormindo tranquilo ao lado da esposa, como representativa desse primeiro estágio [TC 00:00:33].

- b) CHAMADO PARA A AVENTURA: Callow recebe um telefonema misterioso e perturbador na madrugada [TC 00:01:07]. Quem ligou? Que termos usou para explicar o motivo da ligação? Confuso e incapaz de explicar o que está acontecendo para a esposa, o primeiro-ministro se levanta para saber mais detalhes: “*Eu já estou indo*”, diz ao telefone. Entende-se que esta etapa vai até o final do vídeo do pedido de resgate gravado por Susannah [TC 00:04:51].
- c) RECUSA DO CHAMADO: Após tomar conhecimento das condições absurdas exigidas pelo sequestrador, o primeiro-ministro se nega a cumprir as demandas. Primeiro, a negação vem na forma de brincadeira, quando Callow acha que tudo não passa de uma piada de mau gosto do gabinete. Depois, entendendo a realidade, e com uma risada nervosa, nega veementemente: “*Eu não vou trepar com um porco*” [TC 00:06:03].
- d) ENCONTRO COM O MENTOR: Na ideia original da Jornada do Herói, nesta etapa o protagonista recebe conselhos, auxílio ou até mesmo alguma força sobrenatural que o capacita a enfrentar o desafio e a aceitar o chamado. Entretanto, como tudo em *Black Mirror* é deturpado, o encontro de Michael Callow materializa-se num contato telefônico indesejado e opressivo da própria Rainha da Inglaterra [TC 00:17:13]. Ao invés de motivação, Callow encontra coerção.
- e) TRAVESSIA DO PRIMEIRO LIMIAR: Esta etapa representa uma situação de “virada de mesa” na qual se torna impossível para o protagonista voltar atrás. A partir deste ponto, só é possível ir adiante na consecução dos seus objetivos, na realização da tarefa, no combate com o inimigo final. Em “Hino Nacional”, o limiar é ultrapassado quando a rede de notícias UKN recebe o dedo decepado, supostamente pertencente à Princesa Susannah [TC 00:22:31]. Esse acontecimento transtorna a opinião pública, que se torna a favor do “sexo com um porco” para a libertação de Sua Alteza Real, pressionando ainda mais o primeiro-ministro.
- f) PROVAS, ALIADOS E INIMIGOS: Reunido com os membros do conselho, Michael Callow busca encontrar soluções [TC 00:20:59]. Entretanto, descobre que uma de suas mais confiáveis aliadas, a chefe de gabinete Alex Cairns, agiu por conta própria, sem autorização, causando um desastre com essa atitude.

Callow se sente traído, apesar de Cairns não ser, por definição, uma vilã ou inimiga. Nas palavras dela, direcionadas ao primeiro-ministro: “*Fiz isto pensando no seu bem*” [TC 00:24:27]. Há outras sequências pertencentes a este estágio, como todo o enredo da ação policial no *campus* abandonado [TC 00:26:02], por exemplo.

- g) APROXIMAÇÃO DA CAVERNA SECRETA: Neste ponto, o protagonista encara novamente seus medos e anseios. Questiona seus motivos e suas opções. Seria um momento de calma antes da tempestade, que vem chegando. Mas não para Michael Callow. Ao lamentar a situação e pensar novamente em desistir, ele é alertado por Alex Cairns que não tem mais apoio de ninguém, nem do partido, e que precisa seguir seu destino até mesmo para garantir a segurança de sua família [TC 00:30:30].
- h) A PROVAÇÃO: Michael Callow faz sexo com um porco [TC 00:36:39]. Esse é o seu maior teste, o maior desafio, o pior inimigo. É a batalha final. É aqui que o protagonista usa tudo o que aprendeu durante a toda a história, vence seus medos e realiza o impossível.
- i) A RECOMPENSA: O objetivo foi cumprido e o herói recebe sua merecida recompensa. Em “Hino Nacional”, a recompensa de Michael Callow é uma mentira: “*Você a salvou*”, diz Alex Cairns através da porta do banheiro, pouco antes de saber que tudo aquilo havia sido em vão [TC 00:40:46]. Com a soltura da princesa meia hora antes do prazo final, o ato do primeiro-ministro foi inútil. Mas, como poucas pessoas conhecem a verdade, os louros vão para o nosso herói — se é que é possível chamar Michael Callow de herói —, um herói improvável, relutante e acidental.
- j) O CAMINHO DE VOLTA: Nesta etapa, o perigo, a dor e a tensão cedem seu lugar à esperança e ao senso de realização. Michael Callow chora copiosamente num cubículo sanitário, derramando fluidos corporais, enojado, arrasado, quebrado [TC 00:41:18]. Se há algum alívio aqui, ele é passageiro. Se há aqui algum sentimento de dever cumprido, ele é amargo. Não há comemorações nem celebrações. Há apenas uma identidade humana completamente fragmentada.
- k) A RESSURREIÇÃO: Próxima do fim, esta etapa é tratada como a oportunidade em que o vilão ou a ameaça ressurgem, quando ninguém imaginava ainda haver perigo.

É o momento em que tudo o que já foi conquistado volta a ficar em jogo e no qual a derrota do herói significa a derrota de todos. Em “Hino Nacional”, esta fase mostra apenas o renascimento do próprio Primeiro-Ministro Michael Callow, um ano depois de seu “sacrifício”, com uma nova identidade produzida pela mídia e consagrada pelo público. Sorridente, vitorioso, e interagindo com crianças, nosso herói é reconhecido e goza agora de uma paz aparente e um sucesso sólido [TC 00:41:30].

- I) O RETORNO COM O ELIXIR: O herói retorna ao seu Mundo Comum completamente mudado. Experiente e fortalecido pelas duras dificuldades, o protagonista está pronto para iniciar um novo ciclo, num novo nível. Nada será como antes. Em “Hino Nacional”, o retorno de Callow ao número 10 da Downing Street não é tão promissor. Herói da porta para fora, desprezado da porta para dentro. Assim como sua nova identidade, admirada e popular, parece ser fabricada e falsa, seu relacionamento perfeito com a esposa também é uma farsa. No início do episódio, ele a deixa na cama e desce para seu dia infernal. No final do episódio, a esposa ascende, considerando-se moralmente superior, e deixa o marido permanecer no inferno — com o povo, mas sem a família. Nada será como antes [TC 00:42:49].

4.1.4 A construção identitária de Michael Callow

Nesta subseção, entrarão em foco as pistas discursivas que porventura contribuíram para a construção da identidade do personagem Michael Callow, interpretado pelo ator inglês Rory Kinnear. Justifica-se a concentração dos esforços para o entendimento deste personagem em particular com o argumento de que Callow é o óbvio protagonista, ainda que a narrativa o apresente como uma figura passiva. Para Brooker e Jones (2018, p. 22, tradução nossa), Michael Callow “[...] é um personagem desprezível, mas você consegue enxergar a vulnerabilidade e a tragédia através dele, o que faz você sentir uma certa pena”. Os realizadores de *Black Mirror* também enxergam o protagonista como “[...] um pouco espinhoso; alguém que não é agradável com as pessoas ao seu redor porque está muito preocupado. Parece ser um cara decente, mas pode ser um pouco egoísta e explosivo e eventualmente perder a cabeça” (BROOKER; JONES, 2018, p. 28, tradução nossa).

Uma outra característica observada ao longo do filme, cuja dica está no próprio nome do personagem, é a falta de autoconfiança. A palavra “*callow*”, em inglês, significa: “inexperiente”; “destreinado”; “sem habilidades”; “cru”; “muito jovem”. Uma pessoa “*callow*” necessita de acompanhamento de outra mais madura, a fim de orientar seu comportamento proeminentemente pueril para a direção de tomada de decisões responsáveis. Essa inaptidão para o cargo é reiterada inúmeras vezes no episódio, combinada com uma postura infantilizada que parece deslocada, inapropriada e, até mesmo, irritante. Algumas evidências desses traços de personalidade podem ser verificadas nas seguintes cenas:

- a) [TC 00:01:44] O primeiro-ministro comparece à reunião com seu gabinete de roupão, sem um mínimo de decoro requerido pelo cargo ocupado. A urgência da situação não justifica a falta de autocuidado, principalmente na cultura inglesa. Todas as outras pessoas na sala estão vestidas adequadamente para a ocasião.
- b) [TC 00:06:18] O primeiro-ministro busca a validação externa de seu gabinete ao afirmar que não fará sexo com um porco; apenas a sua declaração não parece ser suficiente; ele precisa da confirmação de outrem para convencer a si mesmo de que o que falou está correto.
- c) [TC 00:06:31] Ao distribuir tarefas e ordens para os membros do seu gabinete, o primeiro-ministro usa termos bobos, como: “*Escondam isso da imprensa, nem que seja em Júpiter*”; “*Bright Red D-Notice*” (algo como: “alerta vermelho brilhante”); e “*Determinação do tamanho do Godzilla, com proteção máxima*”. Toda esta sequência denota extrema ingenuidade do protagonista, e o uso dos termos destacados indica total despreparo e falta de seriedade demandada pelo posto.
- d) A evidente falta de maturidade para lidar com a esposa, desde a primeira cena, em que não consegue sequer manter um diálogo estruturado e coerente [TC 00:01:22]; passando pelo ponto-chave da conversa no gabinete, em que se fecha para os conselhos de Jane, além mentir descaradamente e de falhar no intuito de consolá-la [TC 00:14:45]; bem como pelas diversas oportunidades em que aliena a esposa ao evitar atender ao telefone [TC 00:31:34; TC 00:40:50]; até a cena final, na qual é incapaz de elaborar mais que duas ou três palavras, enquanto vê seu casamento simplesmente ruindo [TC 00:42:49].

- e) [00:41:33] O único momento em que Michael Callow parece estar relaxado e à vontade — ainda que desajeitado — é na escola secundária, interagindo com adolescentes, jogando bola.

Para Hall (2006, p. 61), os “[...] significados e os valores da ‘inglesidade’ (*englishness*) têm fortes associações masculinas. As mulheres exercem um papel secundário como guardiãs do lar e do clã, e como ‘mães’ dos filhos da nação”. Interessante como esta visão pode ser alinhavada com a noção da infantilidade do protagonista. A inglesidade atuou como uma verdadeira ideologia, influenciando os realizadores de *Black Mirror* a reproduzirem, de forma inconsciente, estes papéis em “Hino Nacional”: a Rainha como protetora do clã — tanto o clã residente no Palácio de Buckingham quanto o clã dos nascidos na Ilha, os tais “filhos da nação” —; a esposa preocupada, protetora do lar e da família tradicional inglesa; e a chefe de gabinete, cuidadora do primeiro-ministro. Isso sem falar no estereótipo da princesa-donzela em perigo, necessitando de um resgatador.

Corroborando para esse viés masculino uma cena perturbadora em que Michael Callow, tomado por uma fúria descontrolada de menino mimado, parte para cima de Alex Cairns e chega a agredi-la fisicamente, conforme a Sequência 04 [TC 00:24:03]:

SEQUÊNCIA 04 — AGRESSÃO CONTRA ALEX CAIRNS



Fonte: Captura de telas da Netflix (acesso em 01/03/2022).

A agressão vai escalando: em (A), Alex Cairns fica assustada e temerosa com um chute que Michael Callow desfere contra a mesa em que ela está apoiada; depois, vem uma ameaça verbal (B); logo em seguida, enquanto a ameaça verbal ainda era proferida, Callow estrangula sua chefe de gabinete e levanta a mão para golpeá-la (C), mas é impedido por Tom, seu assessor de imprensa.

Será que a atitude agressiva do primeiro-ministro, mais o *plot* — infelizmente pouco aproveitado — da jornalista Malaika, que envia *nudes* em troca de informações privilegiadas [TC 00:13:09], somados ao fato dos papéis predominantemente maternos reservados às mulheres, sugerem um viés machista na condução do filme?

A resposta não é simples, nem faz parte do escopo deste projeto. Entretanto, fica disponível o questionamento para uma futura investigação. Para efeitos da presente análise, foram privilegiadas as seguintes concepções: a ideologia da inglesidade, atuando no subconsciente dos realizadores, agindo constitutivamente, não somente na identidade dos personagens ficcionais, mas também na identidade da equipe técnica; a necessidade de representar o protagonista como uma pessoa que, alijada de seu poder, é capaz de cometer atrocidades; e a representação da falibilidade dos sistemas nas estruturas sociais, uma vez que praticamente todos os personagens cometem erros ou falham em algum de seus intentos.

Mas a ideologia da inglesidade não é a única atuante sobre as identidades em “Hino Nacional”. Uma outra, ainda maior e mais antiga, e na qual a inglesidade está inserida, se faz presente: é a ideologia do eurocentrismo hegemônico. A evidência para essa constatação está nesta fala do protagonista [TC 00:03:38]: *“O que eles querem? Dinheiro? A libertação dos jihadistas? O fim da dívida do Terceiro Mundo? Salvar as malditas bibliotecas?”*

O primeiro-ministro conjectura, junto a seus assessores, acerca do perfil de quem poderia estar por trás do sequestro da princesa. Presume-se, de pronto, que os excluídos da globalização ocidental, fora do eixo hegemônico europeu, seriam os primeiros e principais suspeitos (LEMOS, 2018, p. 23).

A ideia de uma identidade europeia, por exemplo, defendida por partidos políticos de extrema direita, surgiu, recentemente, como uma reação à suposta ameaça do “Outro”. Esse “Outro” muito frequentemente se refere a trabalhadores da África do Norte (Marrocos, Tunísia e Argélia), os quais são representados como uma ameaça cuja origem estaria no seu suposto fundamentalismo islâmico. Essa atitude é, cada vez mais, encontrada nas políticas oficiais de imigração da União Europeia (WOODWARD, 2014, p. 24).

O eurocentrismo é uma “perspectiva de conhecimento”, originada no século XVII, na qual a Europa Ocidental é tomada como padrão cultural, econômico, social e político mundial, numa posição de superioridade e dominação colonialista sobre as demais civilizações. A História passa a ser estudada e desenvolvida sob o ponto de vista europeu; os valores morais considerados válidos são os europeus; o sistema capitalista europeu, bem como os sistemas jurídicos, políticos e organizações da sociedade civil europeias são difundidas globalmente como sendo desejáveis. Aferra-se o dualismo entre europeu — evoluído, correto, civilizado, nobre — e não europeu — inferior, propenso a falhas, selvagem, desprovido (QUIJANO, 2005).

Concluindo a tecitura da identidade de Michael Callow, protagonista de “Hino Nacional”, três detalhes observados no episódio precisam ser abordados e incluídos no estudo, posto que contribuem sobremaneira para o seu pleno entendimento:

- a) Em seu desespero, o primeiro-ministro parece demonstrar ser favorável a métodos de obtenção de informações através de tortura. Ao ser comunicado que alguns suspeitos estão sendo abordados, Callow diz, furioso, lançando uma pasta com documentos sobre a mesa: *“Para mais do que interrogatório, eu espero”*. O que seria algo “mais que interrogatório”? Suas palavras e sua expressão corporal demonstram uma total frustração com os sistemas estabelecidos, de lei e ordem, e revela um desejo oculto de burlar essas leis para obter, à força, informações importantes que poderiam elucidar o caso [TC 00:11:22].
- b) Já no final do episódio, quando acena para o público e para a imprensa, Michael Callow está usando uma gravata azul [TC 00:42:27]. De acordo com Brooker e Jones (2018, p. 29), isso indicaria que o primeiro-ministro é integrante do partido conservador, de centro-direita, conhecido informalmente como “Tory”. Para a Enciclopédia Britannica¹⁵, dentre os princípios do Partido Conservador, estão: “[...] a promoção da propriedade privada e da empresa, a manutenção de um exército forte e a preservação dos valores e instituições culturais tradicionais”. O Partido Conservador do Reino Unido também advoga: pela tributação menor para pequenas empresas; por mais rigidez nas políticas e práticas de controle imigratório; pelo desenvolvimento de uma relação especial com os Estados Unidos; pela separação da Inglaterra do bloco da União Europeia; e contra o desmembramento do Reino Unido¹⁶.
- c) Em uma matéria vinculada pela UKN, alguns transeuntes são questionados sobre seu parecer acerca do sequestro de Susannah e o bizarro pedido de resgate. Dentre diversas opiniões, surge uma voz feminina que diz: *“Nada muito anormal para primeiros-ministros e parlamentares. Eles são todos pervertidos sexuais”* [TC 00:14:15], representando parte da opinião pública sobre os políticos.

¹⁵ Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Conservative-Party-political-party-United-Kingdom>. Acesso em: 02/03/2022. Tradução nossa.

¹⁶ Disponível em: <https://www.politics.co.uk/reference/conservative-party/>. Acesso em: 02/03/2022.

4.1.5 O embate entre superestruturas pelos campos sociais

Antonio Francesco Gramsci foi um filósofo italiano que reinterpretou a ideia de materialismo histórico de Karl Marx, transformando essa concepção político-econômica em uma maneira de observar, criticar e interagir com o mundo: a filosofia da práxis. Para Gramsci, “[...] é o modo de produção da vida material, isto é, o modo de produção econômica, que determina a vida social, política e espiritual de uma sociedade” (OLIVEIRA, 2013, p. 25). Gramsci parte da provocação de que todo ser humano é um filósofo, ainda que nem todos os filósofos sejam profissionais. Ele defende essa posição ao afirmar, por exemplo, que as escolhas lexicais que as pessoas fazem a cada mera tentativa de comunicação demonstram orientações culturais, ideológicas e políticas, ou seja, o uso da língua é uma atividade intelectual carregada de sentido, ainda que esse “sentido” não esteja presente intencionalmente no discurso, mas faça parte, de modo oculto, do pensamento hegemônico arraigado na mente e no comportamento das pessoas (OLIVEIRA, 2013, p. 19). A filosofia da práxis surge, assim, como forma de revisar as teorias marxistas, posicionando-se como uma alternativa contrária ao positivismo e ao “materialismo vulgar”, relacionando homem e economia, exprimindo em si uma vontade de transformação para além da simples expressão de vontade, concebendo a matéria como produção histórica. Desta forma, a filosofia da práxis se entende e se estende como uma ponte entre a reflexão e a ação, possibilitando uma conversão da realidade na qual os “filósofos comuns” tomam consciência dos conflitos estruturais e atuam volitivamente para transformá-los (FROSINI, 2017, p. 592-597). Isso torna a filosofia da práxis “[...] uma atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente ou mundo cultural existente” (GRAMSCI, 1978, p. 18). Gramsci discute os conceitos marxistas de estrutura e superestrutura na formação de um conjunto complexo e em constante transformação, como um reflexo das relações sociais de produção: um “bloco histórico” (GRAMSCI, 1978, p. 52-53). Para Karl Marx, a estrutura seria a “[...] base econômica de uma sociedade, de suas relações de produção, que são criadas e desenvolvidas historicamente. A estrutura é o lócus das ações, das práticas sociais” (OLIVEIRA, 2013, p. 25). Já a superestrutura pode ser assimilada como o espaço ao qual correspondem formas sociais de consciência, onde são instalados os suportes jurídicos, políticos e religiosos de uma sociedade, em um determinado contexto (LA PORTA, 2017, p. 1489).

De um modo esquemático, pode-se dizer que, na estrutura, encontram-se em luta a classe burguesa e a classe proletária e, na superestrutura, encontram-se ideologias que corresponderiam aos interesses e aspirações da burguesia e ideologias que corresponderiam aos interesses e às aspirações dos proletários (OLIVEIRA, 2013, p. 26).

Já o filósofo francês Pierre Félix Bourdieu “[...] procura superar a oposição entre o subjetivismo e o objetivismo mediante uma relação suplementar, vertical, que medeia entre o sistema de posições objetivas e disposições subjetivas de indivíduos e coletividades” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 36). A essas relações, a esses espaços constitutivos do social, Bourdieu chama de campos. Como explica Thomson (2018, p. 118-124) um campo social é um local delimitado, com regras específicas, em que os sujeitos desempenham funções predeterminadas, em posições definidas. Entretanto, essas posições não são fixas. Há uma espécie de “jogo” assimétrico no qual os sujeitos procuram manter ou melhorar suas posições, através da acumulação de capital. Esse capital pode ser econômico, cultural, social ou simbólico.

Um campo é um modelo social autônomo, em que as práticas são reflexivamente tuteladas, padronizadas e previsíveis. De modo geral, as pessoas ocupam múltiplos campos sociais ao mesmo tempo, efetuando trocas e influenciando os campos os quais participam através de relacionamentos e pontos de contato. Há, portanto, um processo de influência e construção mútua: o que ocorre em um campo pode ter repercussão em outros. Os campos podem ser formados por subcampos, com diferentes níveis hierarquizados de poder conservado nas mãos de instituições e estruturas dominantes. Mesmo nessa conjuntura, ainda é possível a agência dos sujeitos, que podem promover mudanças substanciais. Woodward (2014, p. 30) complementa afirmando que os campos sociais são instituições que representam certos conjuntos de locais, padrões de comportamento, escolhas e simbolismos, como as famílias, grupos de colegas, escolas, setor do trabalho ou partidos políticos.

Diferentes contextos sociais fazem com que nos envolvamos em diferentes significados sociais. Consideremos as diferentes “identidades” envolvidas em diferentes ocasiões, tais como participar de uma entrevista de emprego ou de uma reunião de pais na escola, ir a uma festa ou a um jogo de futebol, ou ir a um centro comercial. Em todas essas situações, podemos nos sentir, literalmente, como sendo a mesma pessoa, mas nós somos, na verdade, diferentemente posicionados pelas diferentes expectativas e restrições sociais envolvidas em cada uma dessas diferentes situações, representando-nos, diante dos outros, de forma diferente em cada um desses contextos. Em um certo sentido, somos posicionados – e também posicionamos a nós mesmos – de acordo com os “campos sociais” nos quais estamos atuando (WOODWARD, 2014, p. 30).

Essa contextualização teórica sobre estruturas e campos sociais é importante para a total compreensão de “Hino Nacional”. Um diálogo específico [TC 00:14:33], transcrito abaixo, apresenta de forma sucinta praticamente todas as instituições pós-modernas envolvidas na construção de identidades.

JANE CALLOW: (para o segurança guardando a porta do gabinete) *É minha casa. Não pode me impedir. Você está bloqueando a minha porta. Está tocando a minha maçaneta.*

JANE CALLOW entra no gabinete de Michael Callow.

JANE CALLOW: (para Michael Callow) *Podemos conversar?*

Os assessores saem do gabinete. Jane e Michael ficam a sós.

MICHAEL CALLOW: *Não chegará a isso.*

JANE CALLOW: *E se não a encontrarem?*

MICHAEL CALLOW: *O MI5 tem um nome. Estão cercando o local agora.*

JANE CALLOW: *Onde?*

MICHAEL CALLOW: *O quê?*

JANE CALLOW: *Onde é o lugar?*

MICHAEL CALLOW: *Truro.*

JANE CALLOW: *Por que está mentindo?*

MICHAEL CALLOW: *O quê?*

JANE CALLOW: *Está mentindo. Truro? Meu Deus.*

MICHAEL CALLOW: *Não quero que se preocupe.*

JANE CALLOW: *Você nunca me subestimou, não comece agora.*

MICHAEL CALLOW: *Seja quem for, é um louco.*

JANE CALLOW: *E tem uma princesa.*

MICHAEL CALLOW: *Nós resolveremos isso.*

JANE CALLOW: *Não é qualquer princesa. É a princesa. A princesa do Facebook, preocupada com o meio ambiente, queridinha do país.*

MICHAEL CALLOW: *Eu não terei que fazer nada.*

JANE CALLOW: *Todos estão rindo de nós.*

MICHAEL CALLOW: *Como você sabe?*

JANE CALLOW: *Eu conheço as pessoas. Nós adoramos a humilhação. Não conseguimos ficar sem rir.*

MICHAEL CALLOW: *Não vai acontecer nada.*

JANE CALLOW: *Já está acontecendo na cabeça delas. Na cabeça delas, é o que você está fazendo... o que o meu marido está fazendo. Só... Por favor?*

Jane e Michael se abraçam.

JANE CALLOW: *Eu amo você.*

Ouve-se uma batida na porta.

MICHAEL CALLOW: (para a pessoa atrás da porta) *O quê?*

Entra uma assessora.

ASSESSORA: *O palácio ao telefone, senhor.*

MICHAEL CALLOW: *Peça para Alex enrolá-los um pouco.*

ASSESSORA: *Elas já estão conversando há 10 minutos.*

MICHAEL CALLOW: *“Ela”?*

ASSESSORA: *É a rainha.*

JANE CALLOW: (para Michael Callow) *Vai lá. (sai do gabinete)*

Os assessores reunidos no gabinete do primeiro-ministro representam o Governo. É nesse campo social em que reuniões decisivas ocorrem; onde decretos que potencialmente afetarão o cotidiano de milhões de cidadãos são assinados; é de onde um país relevante no cenário mundial é administrado; e no qual arbitra-se até mesmo sobre a vida e a morte. Interfere nesse ambiente a instituição da Família, representada pela esposa do primeiro-ministro. Ora, na madrugada daquele mesmo dia, foi o Governo que atravessou o campo da Família, com um telefonema misterioso no início do episódio. As constantes perturbações entre os campos Governo e Família podem ser explicadas por um fator cultural: o primeiro-ministro britânico reside e trabalha no mesmo imóvel, o número 10 da Downing Street, no qual a área funcional fica no térreo e os cômodos particulares no andar superior. É com um abuso de interpretação da linha turva entre pessoal e profissional que Jane confronta o segurança, enfatizando a ideia de posse: “É minha casa. Não pode me impedir. Você está bloqueando a minha porta. Está tocando a minha maçaneta”. O fato é que a casa não é de Jane, nem da instituição da Família. A casa é do Governo. A família Callow — que é composta também por um bebê, de acordo com as fotos sobre a mesa do primeiro-ministro — está apenas morando lá temporariamente. No entanto, ao deslocar tão veementemente a questão da posse em seu favor, Jane consegue a anuência, ainda que resistente, do segurança e dos membros do gabinete, que deixam o casal conversar a sós.

Jane está preocupada com a situação. Para aplacar sua ansiedade, Michael Callow mente, citando, para dar peso e confiabilidade ao argumento, uma subestrutura do Governo: a Polícia, representada pelo MI5, que por sua vez simboliza o monopólio organizado da violência controlado pelo Estado-Nação. Jane desconfia, tanto por causa da linguagem facial e corporal do marido, que solta as palavras sem nenhuma convicção, numa clara contraposição ao comportamento contundente da esposa, quanto pelo local escolhido para abrigar a mentira. Ao dizer “Truro”, Michael Callow está tentando — e falhando miseravelmente — afastar o problema da Família, levando a questão, ainda que de forma falsa, para uma localidade pouco expressiva longe de Londres. Jane demonstra desagrado, mas perdoa a mentira com um pedido: “Você nunca me subestimou, não comece agora”. Isso mostra uma outra faceta da identidade de Michael, a de quem valoriza a opinião, a inteligência e a participação da companheira para além dos temas meramente familiares, numa tentativa de reequilibrar a aura ideológica potencialmente machista presente no filme.

Uma vez que sua tentativa de alijar o conflito foi malsucedida, Michael Callow tenta mediar a experiência — e, por consequência, remediar a ansiedade trazida pelas questões existenciais inerentes à demanda do sequestrador — segregando o autor da ação: além de criminoso, “*é um louco*”. Uma pessoa que não merece estar integrado à sociedade, alguém que precisa ser neutralizada, afastada, silenciada.

Jane retruca, dizendo que o tal louco tem uma princesa sob sua custódia. “*E não qualquer princesa. É a princesa*”, ela continua. Agora, a qualificação que Jane outorga para a Princesa Susannah, principalmente com o emprego do artigo definido, não somente a diferencia de outros membros da realeza britânica, como abre espaço para integrar outras instituições pós-modernas e outros campos sociais no caldeirão de influências sobre suas identidades sociais. Deste modo, quando diz a frase: “*A princesa do Facebook, preocupada com o meio ambiente, queridinha do país*”, Jane Callow introduz:

- a) a Coroa Britânica (“princesa”), uma subestrutura específica do Estado-Nação anglófono, indissociável da já estudada inglesidade;
- b) a Rede Social (“do Facebook”), uma subestrutura da Mídia;
- c) valores éticos tidos como válidos e motivadores de lutas em prol de causas enaltecidas pela Geração Z (“preocupada com o meio ambiente”), como ecologia, feminismo, liberdade sexual combate ao preconceito. Ainda que não represente uma estrutura em si, tais valores compõem um *zeitgeist* que influenciam as identidades na contemporaneidade;
- d) o Povo (“do país”), representado metonimicamente, também componente do Estado-Nação superestruturado, entregue aqui a um culto à personalidade, narrativizando a vida de celebridades, classificando-as em vilãs e heroínas (“queridinha”), chatas e simpáticas, *hypadas* ou *flopadas*.

O diálogo segue com Jane destruindo todos os fracos pretextos de Michael. O primeiro-ministro, que se limita a apenas repetir frases vazias, como “*vamos resolver*” ou “*não vou precisar fazer nada*”, visivelmente raso e desconfortável, não é páreo para o raciocínio lógico de Jane. “*Todos estão rindo de nós*”, ela diz, pesarosa. Todos, no sentido de Povo. A instituição Povo Britânico está rindo, escarnecendo. Ela viu os comentários nas Redes Sociais, expressando e veiculando, sem restrições, o pensamento do Povo. No inconsciente coletivo, supõe Jane, o ato libidinoso com o porco já está acontecendo. É o poder da sugestão, perpetrado pela Mídia. Uma hipótese já é tomada pelo Povo como realidade, ainda que em uma realidade ficcional.

Jane, que até o momento vinha evitando contato físico com o marido, o abraça e diz “*Eu te amo*”. Sem tempo para sentir ou mesmo responder a essa declaração, Michael Callow é interrompido com uma batida de porta. Um telefonema aguarda a atenção do primeiro-ministro. É esperada uma interferência entre Governo e Família, no contexto britânico. Mas uma interferência da Coroa (“*É o palácio*”, diz a assistente), não. Mais surreal ainda é uma interferência direta da Rainha, considerada aqui nesse estudo como uma subestrutura da Coroa, uma instituição em si mesma, encarnada, individualizada (“*Ela?*”), capaz de se descolar dos demais integrantes da família real. Algo que, sugere sutilmente a série, a Princesa Susannah será capaz de atingir num futuro próximo, assim como o fez a Princesa Diana, guardadas as proporções.

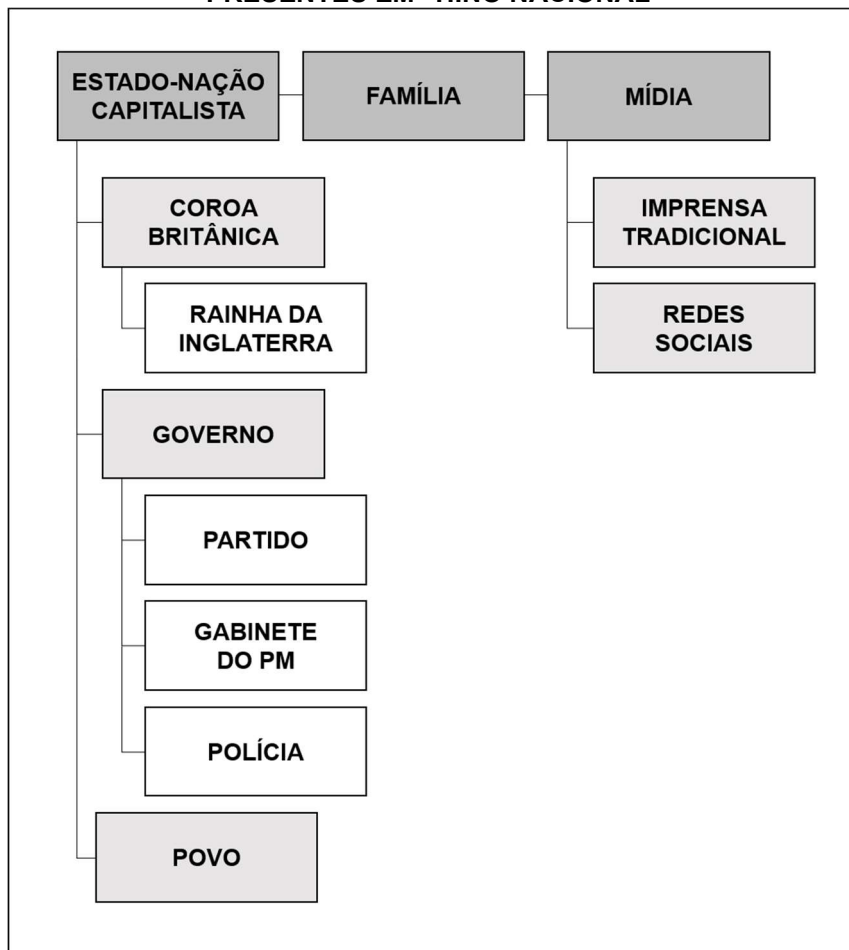
Michael Callow aguarda, silente, esperando a anuência de Jane. Após alguns segundos, percebendo a inação do marido diante do chamado da Rainha, Jane diz: “*Vai lá*”, e se afasta. O primeiro-ministro muda a postura, e atende à ligação como se estivesse na companhia da presença física da Rainha. Para Michael Callow, a Família tem precedência sobre o Governo, mas não tem sobre a Coroa.

A Figura 03 apresenta as superestruturas, estruturas e subestruturas institucionais presentes no em “Hino Nacional”. As organizações, hierarquizadas, entram em conflito constantemente, interpelando-se recíproca e dialogicamente, disputando os sujeitos nos diversos campos sociais, almejando dobrar as identidades conforme sua agenda. Dispostas deste modo, temos três superestruturas principais, cada qual com suas subestruturas e representações pertinentes:

- a) o Estado-Nação capitalista, formado pela Coroa, o Governo e o Povo. A Rainha da Inglaterra figura como componente da Coroa apenas para fins didáticos. Na prática, pode-se observar a Rainha como uma instituição à parte, como já discutido anteriormente. O Governo aparece representado pelo Partido (Conservador), cujo avatar é incorporado por Alex Cairns, em um ponto exclusivo do episódio; pelo Gabinete do Primeiro-Ministro — no qual atuam Alex Cairns, chefe do *staff*; Tom Bilce, assessor de imprensa; e Julian Hereford, assessor de segurança; entre outros —; e pela Polícia, aparecendo na citação falsa sobre o MI5 e em sequências e diálogos nos quais a caçada ao sequestrador é o foco. Por fim, o Povo (sociedade civil) está presente, representado pelos médicos e enfermeiros no hospital; pelas pessoas nos *pubs*; pelos transeuntes entrevistados na TV; e pelos comentários postados nas Redes Sociais;

- b) a Família, representada pela esposa do primeiro-ministro, Jane Callow, e o filho do casal, que não é nomeado; e
- c) a Mídia, subdividida em Imprensa Tradicional, representada pela rede de notícias e emissora de televisão UKN e seus funcionários; e Redes Sociais, demonstradas principalmente nas cenas em que aparecem telas do Twitter e do Youtube.

FIGURA 03 — ESTRUTURAS INSTITUCIONAIS PRESENTES EM “HINO NACIONAL”



Fonte: Elaborado pelo Autor (2022).

Nota-se uma ausência chocante na Figura 03, acima. Há o Governo, o Partido, e até mesmo o Gabinete do Primeiro-Ministro, mas não há a efígie do Primeiro-Ministro *per se*. Isto ocorre porque Michael Callow é sempre representado como assujeitado, passivo, destituído de poderes. O protagonista não consegue, em nenhum ponto da história, convergir ou usufruir de qualquer mínima atmosfera de liderança, controle, vigor ou soberania. Seus interesses pessoais não são considerados, e suas ações são direcionadas pelas estruturas circundantes.

Há um primeiro-ministro. Mas não há poder emanando da figura humana que envelopa essa subestrutura, abrindo margem, portanto, para uma disputa, já em pleno curso, pelo controle hegemônico desse espaço de poder não-ocupado ou não-exercido. O conceito de hegemonia gramsciana é a supremacia político-ideológica de um grupo sobre os demais, em uma relação dupla em que são alternados os papéis de direção e de domínio, sendo a direção mais conveniente aos demais grupos parceiros ou aliados; e o domínio reservado aos grupos adversários. Isto não significa que um grupo sempre irá tomar o mesmo caminho para garantir sua posição. Absolutamente. Não somente a estrutura sociopolítica vigente, mas os sistemas de aparelhos hegemônicos da sociedade civil entram em funcionamento para proteger o *status quo*. Assim, hegemonia é a tentativa de manutenção do poder através de medidas consensuais e coercitivas, sejam elas tomadas pelo próprio Estado, sejam oriundas de entidades e instituições da sociedade (D'ANNA, 2017, p. 722-727).

Pois os Estados modernos são sistemas reflexivamente monitorados que, mesmo que não “atuem” no estrito sentido do termo, seguem políticas e planos coordenados numa escala geopolítica. Como tais, são um exemplo maior de uma característica mais geral da modernidade: a ascensão da organização. O que distingue as organizações modernas não é tanto seu tamanho, ou seu caráter burocrático, quanto o monitoramento reflexivo que elas permitem e implicam. Dizer modernidade é dizer não só organizações, mas organização – o controle regular das relações sociais dentro de distâncias espaciais e temporais indeterminadas (GIDDENS, 2002, p. 22).

É exatamente o que ocorre em “Hino Nacional”. Conquanto atuem de forma antagonica durante boa parte do episódio, não há interesse para os constituintes do Estado-Nação, nem da Imprensa Tradicional, em causar mudanças relevantes ou profundas na disposição estabelecida da ordem política. Tanto que, no final do filme, empreendem, juntas, uma ação no sentido de recuperar a imagem desgastada de Michael Callow. Desta forma, o Governo mantém sua permanência, expressa por um primeiro-ministro mitificado; e a Imprensa Tradicional se distancia da Rede Social, sustentando sua primazia como fonte de informação segura na sociedade.

A única estrutura que não é satisfeita em “Hino Nacional” parece ser a Família, rompida e interrompida, com um casamento apenas de aparências e uma criança que mal tem contato com seu pai. Visto que até mesmo o Povo foi recompensado pelo seu grotesco anelo por espetáculo, imoralidade que não foi punida, pelo contrário, foi ressignificada com a aceitação do retorno de Michael Callow como líder da nação, e a chance de alçá-lo, orgulhosamente, como exemplo de político para outros países.

4.1.6 O papel da mídia

Tal qual o intenso embate entre Família, Gabinete e Povo, comprovado pelo diálogo citado na subseção anterior, colhido da sequência em que Jane Callow “invade” o escritório ministerial, diversas outras querelas materializam-se ao longo do filme. Para atingimento dos objetivos deste trabalho, não obstante, serão marcadas apenas as intersecções que provocaram escaramuças envolvendo a Mídia.

Isto porque a Mídia, como estrutura social, tem um papel sublinhado no episódio, fundamental para a movimentação da jornada de identidade do protagonista. São pontuadas as diferenças entre a imprensa tradicional e as redes sociais, pintando um quadro — ingênuo? — no qual as grandes corporações de mídia se apresentam como mais equilibradas, confiáveis e comprometidas com a verdade do que as redes sociais. Na história, enquanto o Governo tenta exercer o poder no discurso, restringindo o conteúdo veiculado na imprensa tradicional através de uma “*red D-Notice*”, a internet tenta quebrar o monopólio do poder informacional da mídia corrente, principalmente no que tange ao nível de acesso.

O Governo não tem controle sobre a “*Internet do cacete*” [TC 00:07:40], nas palavras de Michael Callow. Para Giddens (1991, p. 126) a internet é a representação do mecanismo de desencaixe que permite a separação de tempo e de espaço. É um dos processos globalizantes que não reconhece fronteiras, “[...] integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado” (HALL, 2006, p. 67). Em poucos minutos, o vídeo de Susannah já tinha pelo menos outras seis cópias e 50 mil visualizações [TC 00:07:05]. Os números não parecem ser tão surpreendentes no momento, mas vale lembrar que o episódio foi ao ar 10 anos atrás.

A conduta da imprensa tradicional, personalista e, até certo ponto, ética, é demonstrada em uma sequência que exhibe a sala de reuniões da UKN, rede de notícias de *Black Mirror* [TC 00:08:25]. Martin, o editor da UKN, insiste em respeitar a notificação do Governo, enquanto Malaika encabeça a turma dos jornalistas descontentes, lembrando a todo tempo que a internet já noticiou e dá ampla cobertura para o caso do sequestro. O editor diz na reunião que não é obrigado a cumprir a notificação, mas faz isto como um gesto de cortesia, e que seguirá o procedimento porque “*a vida de uma mulher está em perigo*”. No fundo, Martin está tentando garantir a manutenção das boas relações com o Governo.

Insatisfeita, Malaika quer que o “primeiro-ministro se foda”. “Isso é como o 11 de setembro”, exagera Malaika, “e estamos transmitindo receitas de sanduíche”. Neste momento, chega a informação de que emissoras no mundo todo estão cobrindo o tema. Martin não tem outra opção a não ser coordenar a equipe para acompanhar o desenrolar dos acontecimentos. Martin, finalmente, liga para Tom [TC 00:09:57]:

TOM BILCE: *Nós enviamos uma notificação.*

MARTIN: *Mas globalizou.*

TOM BILCE: *Não.*

MARTIN: *Não posso fazer nada.*

TOM BILCE: *Eu imploro.*

MARTIN: *Está implorando?*

TOM BILCE: *Não ponha no ar, Martin.*

MARTIN: *Desculpe, não posso fazer nada.*

TOM BILCE: *Sabe o quanto de ajuda terá daqui de dentro? Multiplique nada por merda nenhuma. A UKN já era para nós. Enfie no rabo, seu...*

Percebe-se, nesta passagem, como os representantes de diferentes estruturas lidam com a negociação da diferença. O diálogo empenhado mostra inicialmente duas disposições: Tom, mandatário do Governo, trava uma tentativa de resolver ou superar a diferença, enquanto Martin, preposto da Imprensa Tradicional, jamais dá essa abertura, tomando uma posição de sujeito de diálogo e aceitação, mas nunca de resolução. Tom argumenta, dizendo que enviou notificação, literalmente implorando para que Martin não publique a matéria. Com as sucessivas recusas de Martin, Tom perde a cabeça e ocorre, então, uma rápida crescente da acentuação da diferença, contendo ameaças e palavras de baixo calão, exaradas pelo assessor de comunicação do Governo. Um destaque tempestivo lança luz à justificativa de Martin para desobedecer à notificação: “*Mas globalizou*”. Isso remete ao conceito de localismo globalizado, que é o “processo pelo qual determinado fenômeno local é globalizado com sucesso” (SOUZA SANTOS, 2003, p. 435). No final do episódio, é citada a audiência mundial do evento figurado pelo primeiro-ministro e o porco [TC 00:42:20]: 1,3 bilhão de pessoas. Se considerarmos que a população do Reino Unido em 2011 era de 63,26 milhões de pessoas¹⁷, o número de espectadores assistindo ao vivo ao intercurso foi de vinte “inglaterras” e meia, corroborando, mais uma vez, o localismo globalizado descrito por Souza Santos.

¹⁷ Disponível no sítio eletrônico: <<https://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/populationandmigration/populationestimates>>. Acessado em 11/03/2022.

Através da internet — traduzida no filme como uma entidade quase etérea, sem rosto, sem personalidade, sem escrúpulos, sem ninguém para prestar contas, detestável — a crise de Michael Callow tornou-se pauta internacional, e suas consequências atingiram em cheio a imprensa tradicional, que ainda tentava seguir a cartilha do Governo. O episódio reflete uma visão de mundo em que a imprensa tradicional detém a prerrogativa de guardiã da verdade. Um diálogo entre os funcionários do hospital [TC 00:11:32] ajuda a compreender esse ponto de vista. A mulher pergunta, olhando para a TV: “*Ainda não está passando?*”, ao que seu colega de trabalho responde, categórico: “*Nada. Deve ser mentira*”. Entretanto, o outro companheiro retruca: “*Ou censura*”.

As mídias pós-massivas são fundamentais na divulgação e circulação virótica da informação, mas o episódio quer discutir o papel controlador das mídias de massa, já que o papel das mídias sociais e dos dispositivos móveis são minimizados frente à forte presença desses meios: há várias cenas de *breaking news*, entrevistas, divulgação de enquetes pela TV. As redes sociais dão a largada no processo, pois promovem a circulação da informação sem controle (do governo ou dos meios massivos). A informação sobre o sequestro e sobre o constrangedor resgate chegam ao mundo, mas tudo tem que ser televisionado. No roteiro, toda trama está centrada no papel do meio de comunicação de massa. É das mídias sociais que vêm a força da disseminação do constrangimento do ministro, mas é na TV que tudo deve acontecer. Muitos, como hoje, não acreditam no que estão lendo nas redes sociais. Os meios de massa aparecem assim como um lugar de segurança para acesso a informações verdadeiras (LEMOS, 2018, p. 24).

A partir de então, posto que o controle do acesso à informação não foi possível, o Governo agora buscará controlar a narrativa. A perda inicial da manipulação do “o quê” seria divulgado não determina a derrota das intenções do Gabinete, que passa a envidar esforços com o mote de definir o “como” tais informações virão a público, no plano da imprensa tradicional. “*Nós criamos a lei*”, diz Alex Cairns para um transtornado Michael Callow, “*após a meia noite, será crime guardar qualquer gravação ou imagens do ocorrido*” [TC 00:31:49]. Não que isto seja o suficiente para evitar vazamentos — um dos personagens coloca o dispositivo de TV para gravar —, mas cria uma legitimação por racionalização que poderá dissuadir a maioria das pessoas mal-intencionadas. Ainda nesse tópico, pouco antes de transmitir, as emissoras de TV fazem um anúncio, recomendando fortemente que as pessoas não assistam, e que desliguem os televisores. Um ruído duradouro e estridente é veiculado, causando mais desconforto. Todas são ações perpetradas pelo Gabinete em parceria com a Imprensa Tradicional. Nada funciona. O Povo espera.

4.1.7 Destruição identitária de Michael Callow

Na obra *Modernidade e Identidade*, lançada no Brasil em 2002, o sociólogo britânico Anthony Giddens apresenta os elementos constituintes da identidade pessoal e suas relações com os aspectos fundantes da contemporaneidade, como a globalização, a reflexividade e os mecanismos de desencaixe de tempo e espaço.

QUADRO 12 — ELEMENTOS DA IDENTIDADE SEGUNDO GIDDENS

1	CONFIANÇA BÁSICA	CONVICÇÃO DO RETORNO DO CUIDADOR / FÉ	
		IGNORÂNCIA / DESCONHECIMENTO	
2	SEGURANÇA ONTOLÓGICA	CONTROLE DAS ANSIEDADES	
		PROTEÇÃO FÍSICA E PSICOLÓGICA CONTRA OS RISCOS	
		SISTEMAS ABSTRATOS	
		ROTINA (ESPAÇO POTENCIAL)	
3	MUNDO EXTERIOR	EXPERIÊNCIA MEDIADA	
		CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICAÇÃO	
		ALTERIDADE X DIFERENCIAÇÃO / MEDO X ANSIEDADE	
		INDIFERENÇA CIVIL (sustentação recíproca de confiança)	
4	QUESTÕES EXISTENCIAIS	RESPOSTAS → SEGURANÇA	
		ANSIEDADE X LIBERDADE (potencial de liberdade)	
		SER X NÃO-SER	
		COMPORTAMENTO	I – TRADIÇÃO
			II – FINITUDE DA VDA
III – DESCOBERTA DO OUTRO			
IV – AUTOIDENTIDADE – Reflexividade – Continuidade biográfica – Auto-apreciação			
5	CORPO	CONTROLE DO CORPO = SEGURANÇA ONTOLÓGICA (funções básicas, psiquê, emocional, cognitivo)	
		MANUTENÇÃO E COESÃO DA NARRATIVA BIOGRÁFICA	
		PLANEJAMENTO DO CORPO COMO EXPRESSÃO DA IDENTIDADE	
		DIMENSÃO FÍSICA	I – ALIMENTAÇÃO
			II – SEXO
III – VESTIMENTA			
IV – APARÊNCIA			

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022), baseado em Giddens (2002).

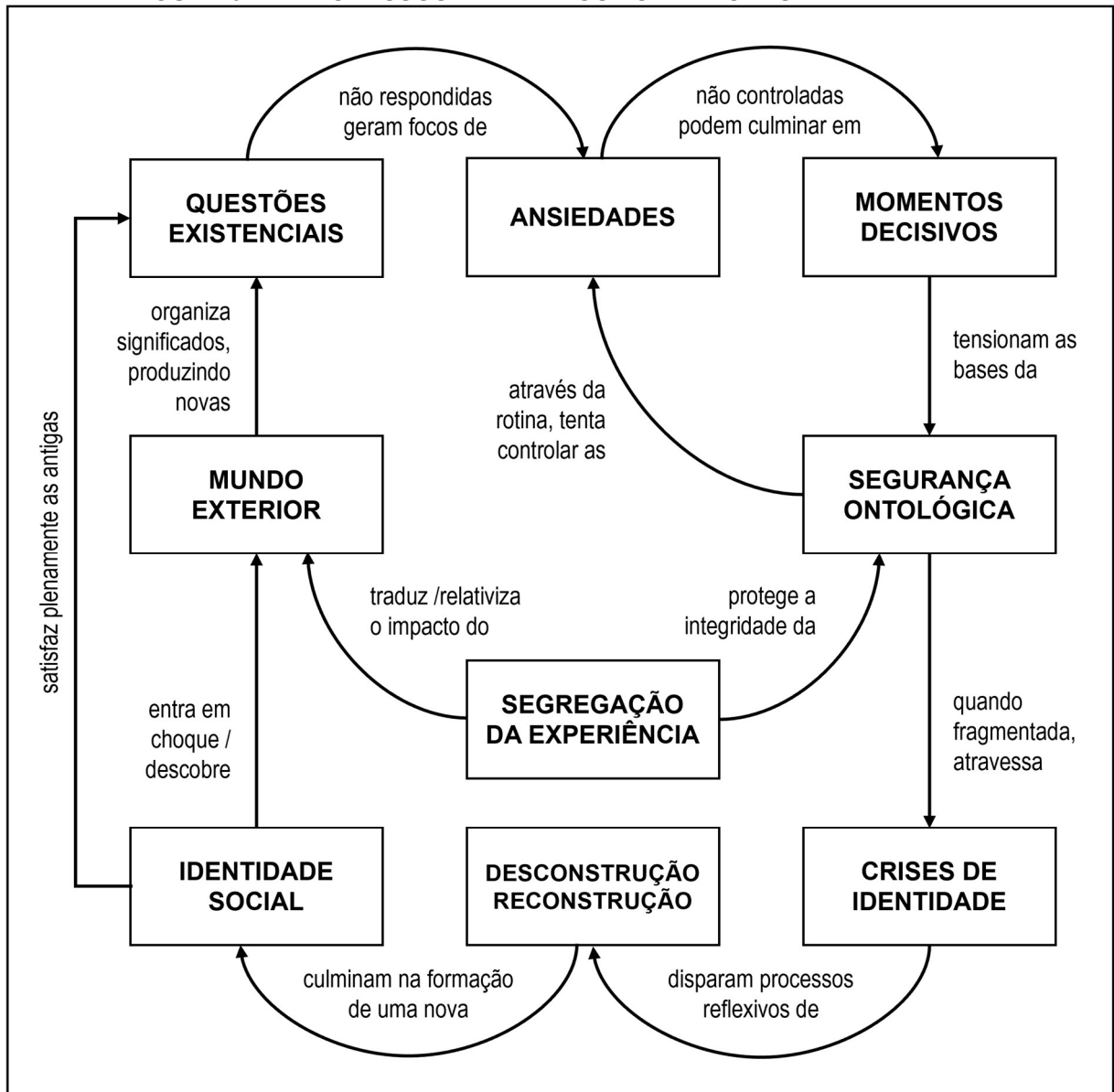
Para Giddens (2002, p. 36-37), “[...] mudanças em aspectos íntimos da vida pessoal estão diretamente ligadas ao estabelecimento de conexões sociais de grande amplitude”, sendo reconhecidas, além do global, as localidades e organizações locais.

O Quadro 12, acima, exhibe um esquema resumido do pensamento estratificado de Giddens, no qual a confiança básica é o núcleo, o fator mais intrínseco e primordial, enraizado desde a primeira infância. Assim que a criança percebe que seus pais são identidades independentes da sua, há uma organização emocional interpessoal, uma espécie de “fé”, uma confiança básica de que, mesmo na sentida ausência, seus cuidadores voltarão e continuarão a garantir sua proteção (GIDDENS, 2002, p. 42). A segurança ontológica, atrelada à confiança básica, seria o casulo protetor que cria um ambiente irreal, livre de riscos — físicos, emocionais e psicológicos —, no qual as ansiedades são controladas por meio de práticas sociais pautadas em hábitos e rotinas estabelecidas. Protegido por esta “bolha”, conformada pelos sistemas e estruturas circundantes, o indivíduo experimenta uma sensação de invulnerabilidade em seu contato com o mundo exterior (GIDDENS, 2002, p. 43). No mundo exterior, em contato com o outro, com o diferente, com o externo, os significados são constantemente reconstruídos, proporcionando o surgimento de questões existenciais profundas. Três mecanismos, entretanto, operam com o objetivo de manter a proteção da identidade das pessoas: a segregação da experiência, os sistemas abstratos e a indiferença civil. Na segregação (ou mediação) da experiência, pontos de contato com a realidade considerados incômodos — como loucura, criminalidade, doença, morte, sexo, natureza — são colonizados, virtualizados, afastados, ocultados, alijados (GIDDENS, 2002, p. 145). Os sistemas abstratos, componentes da segurança ontológica, garantem: previsibilidade; confiabilidade; equilíbrio entre riscos, e resultados e consequências (GIDDENS, 2002, p. 126-129). Por fim, a indiferença civil permite a relação pacífica e segura entre desconhecidos, num “[...] contrato implícito de reconhecimento e proteção mútuos entre participantes dos espaços públicos da vida social moderna” (GIDDENS, 2002, p. 49). Quando os mecanismos protetores não são suficientes, e o choque da identidade com o mundo exterior penetram o casulo protetor da segurança ontológica, questões existenciais são produzidas: a própria existência; a duração ou finitude da vida humana; a consciência; a percepção da presença e a necessidade de compartilhamento de espaços com outras pessoas, outras vidas, outras consciências; e a construção e continuidade da auto-identidade (GIDDENS, 2002, p. 50-56).

Finalmente, o corpo, como elemento mais exterior, aparente, é o fator que permite à identidade se expressar e experimentar o mundo e que influencia seu entorno num plano material da existência. É a dimensão física da identidade, em que a alimentação, o sexo, a vestimenta e a aparência geral impacta e é impactada por outras identidades, refletindo dialogicamente tanto o interior quanto o exterior do indivíduo (GIDDENS, 2002, p. 57-64).

As interações entre os elementos constitutivos da identidade pessoal, segundo Giddens, podem ser observadas na Figura 04, a seguir, que representa os processos cíclicos e reflexivos originados da relação, muitas vezes contraditória e intensa, dessas substâncias, no contexto da pós-modernidade.

FIGURA 04 — PROCESSOS REFLEXIVOS FORMADORES DA IDENTIDADE



Fonte: Elaborado pelo Autor (2022), baseado em Giddens (2002).

Todas as estruturas sociais atuam no sentido de esvaziar o poder de Michael Callow, ao ponto em que até o cargo de primeiro-ministro não performa o menor impacto. Callow torna-se mais e mais passivo, sendo levado de um lado para o outro pelas estruturas sociais que lhe demandam, exigem e pressionam. É-lhe retirado o poder de agência, de decisão e de livre pensamento. É-lhe privado o controle sobre as questões íntimas constituintes de sua própria identidade.

A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição - discursiva e linguística - está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas (SILVA, 2014, p. 81).

É assim que a identidade de Michael Callow é desconstruída. Os constantes revezes que se sucedem em uma reação em cadeia, lançam a identidade do primeiro-ministro numa espiral descendente, numa rota de colisão contra uma parede de reflexividade inexorável. Em “Hino Nacional”, tanto os elementos dispostos por Giddens quanto as perspectivas definidas por Charaudeau são profundamente influenciadas pelo meio, provocando rachaduras no construto identitário do protagonista. A essas rachaduras, a essas interrupções no padrão instituído da auto-identidade, chamaremos de “quebras”:

- a) Quebra #1, a perturbação da rotina: Michael Callow é surpreendido por um telefonema oficial na madrugada [TC 00:00:57].
- b) Quebra #2, a ausência de respostas: Quanto menos respostas, mais insegurança. Uma vez que ninguém consegue fornecer informações relevantes sobre o sequestrador, ou sobre o paradeiro da Princesa Susannah, o primeiro-ministro é tomado pela ansiedade [TC 00:06:13].
- c) Quebra #3, o desrespeito à indiferença civil: O público passa a tratar Michael Callow não apenas como Primeiro-Ministro, mas a atacá-lo como indivíduo, adjetivando-o como nojento e pervertido, numa generalização sobre a classe política [TC 00:14:13].
- d) Quebra #4, a perda de confiança nos sistemas abstratos: Quando se deparou com a ação desastrada de Alex Cairns, que tentou uma solução contingencial sem a sua anuência, gerando um agravamento da crise, Michael Callow vê a confiança em seu gabinete — e, conseqüentemente, nos sistemas ali representados — desmoronar [TC 00:24:05], pois

Em circunstâncias de incerteza e múltipla escolha, as noções de confiança e risco têm aplicação particular. A confiança, afirmo, é um fenômeno genérico crucial do desenvolvimento da personalidade e tem relevância distintiva e específica para um mundo de mecanismos de desencaixe e de sistemas abstratos. [...] Em sua forma mais específica, a confiança é um meio de interação com os sistemas abstratos que esvaziam a vida cotidiana de seu conteúdo tradicional ao mesmo tempo em que constroem influências globalizantes. A confiança gera aquele "salto de fé" que o envolvimento prático demanda (GIDDENS, 2002, p. 11).

- e) Quebra #5, a impossibilidade de usufruto da liberdade de ação: Neste ponto, Michael Callow é pressionado pelas estruturas do Estado-Nação capitalista no sentido de sucumbir ao sequestrador [TC 00:29:25]:

MICHAEL CALLOW: *Não vai rolar.*

ALEX CAIRNS: *Para o público...*

MICHAEL CALLOW: *Foda-se o público!*

ALEX CAIRNS: *Para o público, seria um homem de popularidade questionável pensando na vergonha pessoal ao invés da vida de uma jovem.*

MICHAEL CALLOW: *Ele não vai soltá-la mesmo. Ela já deve estar morta.*

ALEX CAIRNS: *E se não estiver, ele vai matá-la e postar o vídeo. Todo mundo vai assistir. O mundo verá. O clima vai beirar a insurreição e você será destruído. Eu garanto. Totalmente destruído.*

Michael Callow olha para Tom Bilce, assessor de imprensa.

TOM BILCE: *A pesquisa demonstra isso.*

ALEX CAIRNS: *Você não será apenas um político desonrado. Será um indivíduo desprezível. O público, o palácio e o partido insistem na aceitação.*

MICHAEL CALLOW: *Que se foda o partido!*

ALEX CAIRNS: *Recuse, e me alertaram que não podemos garantir sua segurança física. Ou da sua família.*

Michael Callow parece estar à beira das lágrimas.

MICHAEL CALLOW: *Mas...*

ALEX CAIRNS: *Eu preparei tudo para a transmissão.*

MICHAEL CALLOW: *Eu não posso.*

ALEX CAIRNS: *Sinto muito, Michael. Está fora de suas mãos.*

Percebe-se no diálogo que Callow está desesperado para escapar da situação, preservando o que lhe resta de identidade própria, agarrando-se a qualquer possibilidade de esperança, indispondo-se até mesmo contra as poderosas instituições que lhe cercam: o público, o palácio e o partido. Entretanto, Cairns mostra que não é mais da alçada do primeiro-ministro essa decisão. A decisão já fora tomada, e as superestruturas farão o necessário para que a "vontade maior" seja obedecida, inclusive na forma de uma ameaça velada contra as vidas humanas do primeiro-ministro, de sua esposa e de seu filho recém-nascido.

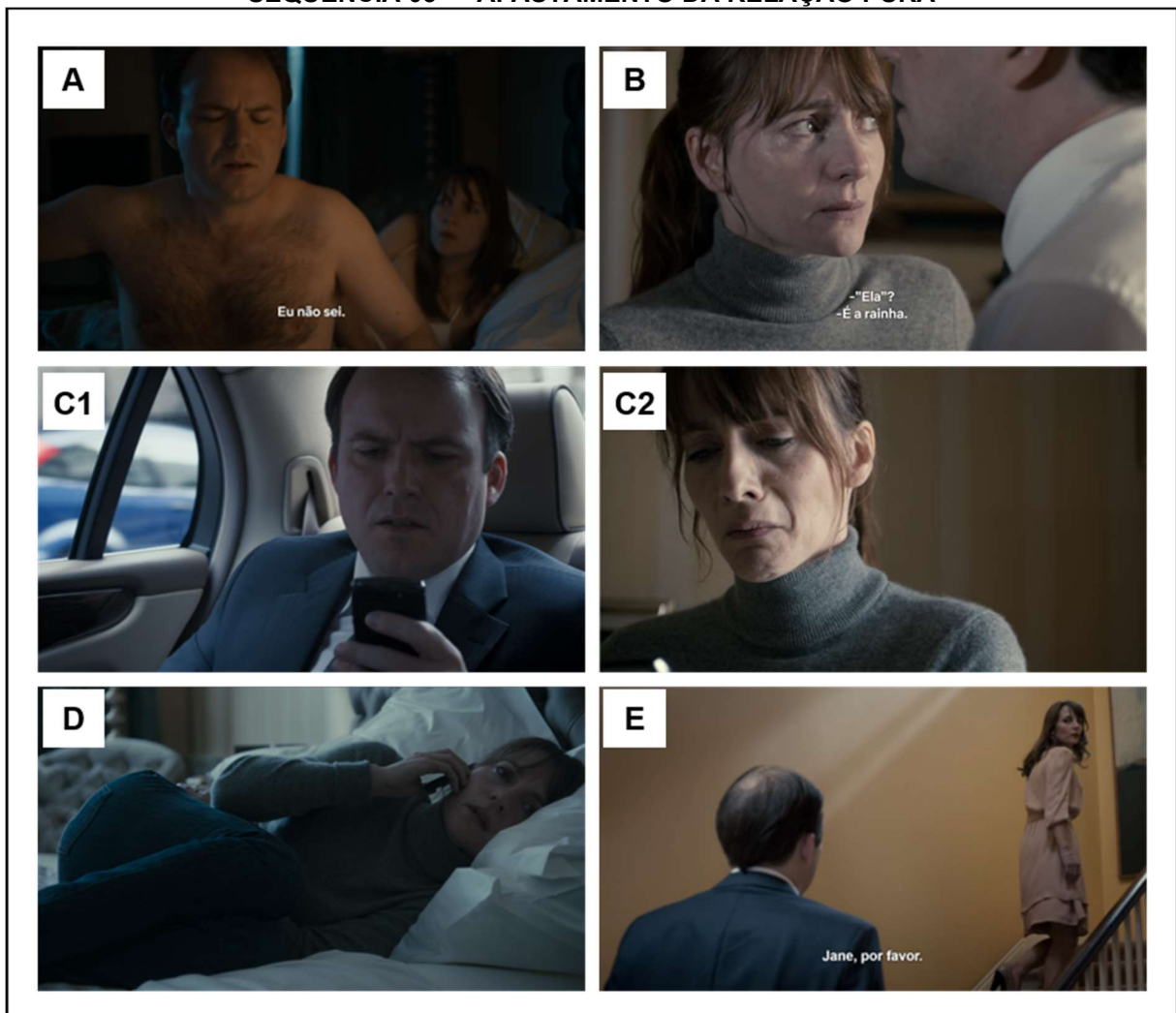
A partir deste ponto, Michael Callow se torna tão “assujeitado” (HALL, 2006, p. 27) que mal consegue reagir, sendo apenas levado de um lado para o outro, anuindo roboticamente às orientações de seu gabinete, simplesmente aceitando as providências e decisões tomadas por outras pessoas [TC 00:34:07].

- f) Quebra #6, a incapacidade de proteção física e psicológica: Como já apresentado no diálogo da alínea “e”, acima, após as tentativas frustradas de resolver o problema, usando inclusive força policial, manipulação midiática e outros subterfúgios, Alex Cairns informa ao primeiro-ministro que a única saída possível para o imbróglio é atender à demanda do sequestrador, posto que, de outro modo, a segurança de nenhum dos membros da família Callow estaria garantida [TC 00:30:26].
- g) Quebra #7, o alijamento do controle sobre o próprio corpo: Michael Callow pratica zoofilia com um porco. Se a simples ideia já seria capaz de causar traumas em sua identidade; se a ansiedade e o medo motivados pela aproximação do momento final, sem perspectiva de salvamento, já poderia ferir sua consciência pessoal; a consumação do ato, desvirtuando as noções individuais de sexo, de aparência e de expressão externa da personalidade, foi o golpe determinante para a sua desconstrução completa [TC 00:36:39].
- h) Quebra #8, a incoerência da narrativa biográfica: Um dos componentes da narrativa biográfica reside naquilo que Charaudeau (2009, p. 310) chama de “julgamento”. É o conjunto de crenças do indivíduo, seu aparato ético e moral. As questões existenciais as quais Michael Callow foi obrigado a lidar — tais como: a natureza das obrigações morais e como decidimos entre elas quando entram em conflito; se seria considerado bom e justo realizar algo reconhecidamente imoral ou desprezível, como fazer sexo com um porco, para salvar a vida de alguém; se eu estaria disposto a fazê-lo e se eu seria perdoado por tê-lo feito; e como enfrentaria a vergonha por ter feito em face a uma possível culpa por não ter feito; e a conciliação do conflito entre o que eu quero fazer *versus* o que eu faria *versus* o que eu deveria fazer (COLLINS; BOESCH, p. 11-12) — desgastaram sua noção de auto-apreciação e coesão pessoal. Quanto a isto, entende-se que, há, portanto

[...] um impulso que leva cada indivíduo a agir de determinada forma, configurando que este agir é desejável mesmo que o ato exija um determinado esforço por parte do agente da ação. Este mesmo agir em função do que concebemos como a noção de “bem” – que, como dito anteriormente, está penetrado pela noção de cumprimento do dever – promove, ainda, um constrangimento por parte da consciência moral subjetiva ao submetê-la à consciência moral coletiva. Esta disparidade se verifica, também, devido ao modo distinto e particular de cada consciência moral e o modo com que cada indivíduo recebe ou exprime a moral coletiva (ALMEIDA, 2015, p. 27).

- i) Quebra #9, o afastamento da relação pura: Giddens (2002, p. 89-95) chama de relação pura a conexão interpessoal na qual há, ao mesmo tempo e na mesma intensidade, de ambos os lados, a preservação de dois fatores fundamentais: compromisso e intimidade. A única relação relevante para o primeiro-ministro, aquela firmada com sua família, vai se desgastando sem possibilidade de recuperação.

SEQUÊNCIA 05 — AFASTAMENTO DA RELAÇÃO PURA



Fonte: Captura de telas da Netflix (acesso em 01/03/2022).

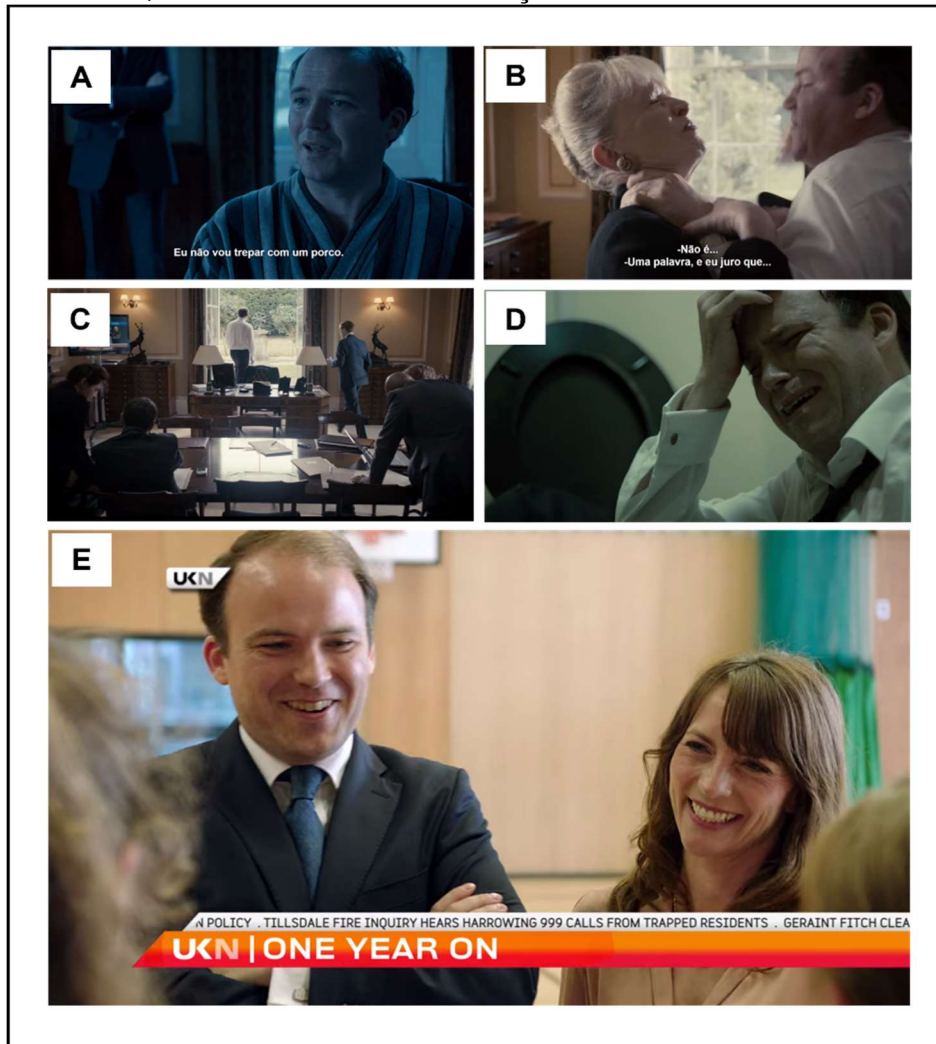
Primeiro, as trocas de palavras vão ficando mais curtas; depois, o toque físico torna-se rarefeito e até mesmo indesejado; há a total alienação que o primeiro-ministro impõe à sua esposa com o corte na comunicação. A Sequência 05, acima, ilustra essa linha argumentativa. Já não há uma troca clara na CENA A [TC 00:01:24], apesar da demonstração de uma certa cumplicidade. A CENA B [TC 00:15:59] trata da intervenção da subestrutura da Coroa sobre a superestrutura da Família, interrompendo um momento íntimo, um abraço, uma declaração de amor, após uma discussão intensa. As CENAS C1 e C2 [TC 00:31:32] mostram que Jane Callow tentou contato com o marido pouco antes da transmissão, mas ele simplesmente desligou o telefone. A CENA D [TC 00:40:57] mostra Jane tentando novo contato com o marido, desta vez, logo após o ato. Novamente, Michael Callow afasta a esposa, desligando o telefone sem atender à ligação. A CENA E [TC 00:42:48], já abordada anteriormente, mostra uma Jane que, magoada por ter sido constantemente deixada de lado por Michael, decide puni-lo da mesma forma, deixando claro que o casamento, naquela relação pura experimentada, havia acabado. No fim, Michael Callow percebe a si mesmo como um péssimo marido e pai, absorvendo o fato de que seu casamento foi permeado por “[...] influências transmitidas pela mídia provenientes de sistemas sociais mais amplos” (GIDDENS, 2002, p. 14), que orquestraram esses desencontros, mesmo que tivessem ocorrido como um tipo de efeito colateral.

- j) Quebra #10, o derretimento da identidade: Finalmente, o próprio corpo passa a representar o estado atual, fragmentado e conflituoso, de sua identidade. Seu “eu” está se desfazendo, se derretendo, se esvaindo [TC 00:39:40]. A perda do controle do próprio corpo (Quebra #7) parece ter sido a última fronteira para a destruição da identidade do primeiro-ministro, pois ao realizar o ato, abriu mão, completamente, de sua segurança ontológica (GIDDENS, 2002, p. 58-60).

Importante ressaltar que as “quebras” elencadas mostram a destruição do poder político e do poder sobre si mesmo, experienciada pelo protagonista do episódio, que resultaram na desconstrução de identidade. “Hino Nacional” representa isso como um ciclo de verdadeiro luto composto por cinco estágios claros, semelhantes àqueles propostos por Kübler-Ross (1981): negação; raiva; barganha; depressão; e aceitação.

O processo reflexivo ao qual é exposto Michael Callow é também um processo de morte de sua antiga identidade, para que, na fase de aceitação, uma nova e mais adequada imagem de si seja revelada. Os momentos característicos de cada etapa do vivenciamento do luto são mostrados na Sequência 06, a seguir:

SEQUÊNCIA 06 — REPRESENTAÇÃO DAS FASES DO LUTO



Fonte: Captura de telas da Netflix (acesso em 01/03/2022).

A negação fica evidente no início do episódio (CENA A), quando Callow repete insistentemente, para si e para os que estão à sua volta, que o ato requerido pelo sequestrador não será realizado. Isso é patente, não apenas nesta cena [TC 00:06:07], como também no diálogo com a esposa [TC 00:15:15].

O estágio da raiva, possivelmente, neste caso, deflagrado pelo medo, toma forma na agressão verbal e física perpetrada por Callow sobre Cairns (CENA B). Neste ponto, Callow tenta transferir a culpa pelo que está acontecendo e a responsabilidade pela solução a outrem, uma reação comum neste estágio [TC 00:24:03].

A barganha, terceiro estágio da experiência do luto (CENA C), materializa-se na busca incessante — e recorrentemente infrutífera — empreendida pelo primeiro-ministro e membros do gabinete, a fim de evitar o resultado indesejado [TC 00:20:26]. As tentativas de tirar o vídeo do ar; a ideia de realizar o vídeo com um dublê; o esforço para localizar o sequestrador; a ação policial no *campus* abandonado; e até mesmo as ações da imprensa oficial pouco antes da transmissão: exemplos de barganha.

Já o estágio da depressão, que vinha se expandindo a cada esforço de negociação não recompensado, explode após o cumprimento da exigência do sequestrador (CENA D). Compreendendo que seu antigo “eu” está destruído, Michael Callow chora copiosamente, isolado no banheiro do estúdio. O nojo torna, ao mesmo tempo, o processo doloroso, porém impreterível. Será necessária uma nova identidade para lidar com o ato terrível que a anterior precisou realizar [TC 00:40:40].

Finalmente, de forma serena e leve, Michael Callow aparenta ter ultrapassado a perda de poder e de identidade, abrindo passagem para novas possibilidades (CENA E). É o estágio de aceitação do luto [TC 00:41:33].

4.1.8 Reconstrução identitária de Michael Callow

A identidade desconstruída de Michael Callow abre espaço para sua imediata reconstrução. A primeira incursão nesse sentido é formalizada por Alex Cairns, a chefe de gabinete dotada de grande poder de agência, que busca inculcar no primeiro-ministro a ideia de que Susannah foi salva graças ao sacrifício recém-performado [TC 00:40:33]. Obviamente, Cairns está mentindo, e serão as mentiras a matéria-prima sustentadora da nova identidade de Callow.

De forma geral, qualquer identidade surge

[...] da narrativização do eu, mas a natureza necessariamente ficcional desse processo não diminui, de forma alguma, sua eficácia discursiva, material ou política, mesmo que a sensação de pertencimento, ou seja, a “suturação à história” por meio da qual as identidades surgem, esteja, em parte, no imaginário (assim como no simbólico) e, portanto, sempre, em parte, construída na fantasia ou, ao menos, no interior de um campo fantasmático (HALL, 2014, p. 109).

Isto quer dizer que, de certa forma, e no fim das contas, as identidades são formadas por fragmentos da realidade, muitas vezes complementadas por símbolos, imagens, histórias, juízos da experiência e vivências mediadas.

No filme, por exemplo, são as eventualidades sociais, criadas pelo bizarro caso do porco, que proporcionam a possibilidade de mudança de identidade, uma vez que tais circunstâncias, “[...] não são separadas da vida pessoal, nem são apenas pano de fundo para ela. Ao enfrentar problemas pessoais, os indivíduos ativamente ajudam a reconstruir o universo da atividade social à sua volta [...]” (GIDDENS, 2002, p. 18-19), dando luz à uma nova realidade que, ainda que falsa em sua essência, será tomada como verdade e assim será consolidada daquele ponto em diante.

A mídia, inclusive, desempenha um papel central na criação dessas realidades constitutivas da atividade social e, como um sistema autônomo autodeterminado, canaliza a experiência humana, impactando direta e indiretamente as intimidades do eu. De forma sucinta:

No todo, é certo que a experiência através da mídia favorece a segregação em vez de ajudar a superá-la. Um fascínio com o "realismo ficcional", como por exemplo as telenovelas, exprime interesse pelas antigas moralidades da vida cotidiana. Mas tais preocupações tendem a confirmar a separação da atividade do dia-a-dia das externalidades em que alguma vez se encaixaram. Onde os indivíduos são postos cara a cara com as demandas existenciais – como nos momentos decisivos – eles provavelmente experimentam o choque e a inversão da realidade. A inversão da realidade, em verdade, pode ser muitas vezes uma reação psicológica funcional que alivia as ansiedades que aparecem nessas situações – um aparato neutralizador inconsciente (GIDDENS, 2002, p. 157).

De fato, com o “desenvolvimento da comunicação de massa, particularmente a comunicação eletrônica, a interpenetração do autodesenvolvimento e do desenvolvimento dos sistemas sociais, chegando até os sistemas globais, se torna cada vez mais pronunciada” (GIDDENS, 2002, p. 12). Evidências disto são os desencaixes, as descontinuidades, os exageros e as privações da modernidade:

Em vários aspectos fundamentais, as instituições modernas apresentam certas descontinuidades com as culturas e modos de vida pré-modernos. Uma das características mais óbvias que separa a era moderna de qualquer período anterior é seu extremo dinamismo. O mundo moderno é um "mundo em disparada": não só o ritmo da mudança social é muito mais rápido que em qualquer sistema anterior; também a amplitude e a profundidade com que ela afeta práticas sociais e modos de comportamento preexistentes são maiores. O que explica o caráter peculiarmente dinâmico da vida social moderna (GIDDENS, 2002, p. 22).

Na modernidade tardia, mudanças que levariam décadas são levadas a cabo em poucos dias. É o que pode ocorrer também com as identidades. No filme, a reconstrução de Michael Callow foi resolvida no transcurso de apenas um ano.

Ratifica Hall (2006, p. 68), asseverando que as “[,,] novas características temporais e espaciais [...]” — ou seja, o mundo em disparada de Giddens — “[...] estão entre os aspectos mais importantes da globalização a ter efeito sobre as identidades culturais”, não podendo ser relegadas a segundo plano.

Outrossim, podem-se verificar questões diversas, discursivamente relevantes, acerca da reconstrução identitária do protagonista de “Hino Nacional”, examinando cuidadosamente o trecho a seguir [TC 00:41:22]:

REPÓRTER DA UKN: *No aniversário de um ano de seu humilhante calvário, um aparentemente despreocupado Michael Callow se mostrou confiante em uma aparição pública hoje acompanhado de sua esposa, Jane. Outra figura central dos eventos do ano passado também esteve diante das câmeras na Premiação Children of Valor. A Princesa Susannah fez sua primeira aparição pública desde que anunciou sua gravidez. Foi há um ano que o artista e ganhador do Prêmio Turner, Carlton Bloom, coagiu o primeiro-ministro a cometer um ato indecente com o sequestro audacioso. A visão obscura de Bloom acusa a todos nós. Após completar um ano, um crítico de arte causou controvérsia descrevendo o caso como a primeira grande obra de arte do século 21. Mas enquanto críticos da cultura debatem seu significado, não restam dúvidas de que, com uma audiência global de 1,3 bilhão, foi um evento do qual todos nós participamos. Contudo, o incidente não foi capaz de destruir o primeiro-ministro, que hoje possui uma aprovação três vezes maior do que tinha no ano passado. Damon Brown, para a UKN.*

Na forma de uma reportagem audiovisual, com forte apelo de verdade conferida à formação discursiva do discurso jornalístico, o episódio demonstra em detalhes como a identidade de Michael Callow ressurgiu ao longo dos últimos doze meses. Importante notar que as informações acerca dos demais atores participantes no caso do porco servem, tão-somente, para reforçar o que já está sendo dito sobre o primeiro-ministro. Vale, aqui, retomar o pensamento de Hall (2006):

Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de diferença (HALL, 2006, p. 21).

Interpelado pelas práticas sociais e representado massivamente pela mídia, o processo de identificação de Michael Callow, que inicialmente foi truncado e negativo, passa a ser fluido e natural. A aceitação da nova identidade do primeiro-ministro pelo público denota a ação bem-sucedida dos aparelhos de dominação, dissimulando por eufemismos as falhas de Callow e reificando por naturalização seu novo status.

O Quadro 13 apresenta a relação de trechos retirados do texto da reportagem com seu possível significado discursivo, dentro da conjuntura da reconstrução da identidade do protagonista:

QUADRO 13 — PRODUÇÃO DE SENTIDOS DA REPORTAGEM FINAL

TRECHO DA REPORTAGEM	POSSÍVEL SIGNIFICADO DISCURSIVO
<i>No aniversário de um ano de seu humilhante calvário [...]</i>	A situação a qual Michael Callow foi exposta é descrita como um sofrimento tão penoso e intenso que se compara ao martírio de Cristo. E tal qual Cristo, que escolheu passar pelo inferno para salvar a Humanidade, Callow voluntariamente optou por atravessar um calvário pessoal para salvar uma vida, a vida da Princesa Susannah.
<i>[...] um aparentemente despreocupado Michael Callow se mostrou confiante [...]</i>	A figura tensa, nervosa, potencialmente agressiva e pouco segura de Michael Callow é deixada para trás, dando lugar a uma imagem de líder tranquilo e bem-resolvido. Curiosamente, é mostrada uma cena em que Callow está brincando com alunos da escola secundária. Ele chuta uma bola de futebol — acertando o tiro na trave! Isto pode ser uma indicação sutil de que, apesar das aparências, o primeiro-ministro, no fundo, continua sendo uma pessoa politicamente incapaz, vacilante e fraca.
<i>[...] em uma aparição pública hoje acompanhado de sua esposa, Jane.</i>	A mídia prega para o público que a esposa apoiou a ação do marido e continua apoiando-o em suas obrigações como chefe do Governo. E que tomou essa decisão abertamente. Com grandes sorrisos estampados, o casal Callow propaga a ideia de “família tradicional unida e feliz”, tendo a esposa como protetora e esteio, de acordo com a visão ideológica da inglesidade sobre o papel da mulher britânica.
<i>Outra figura central dos eventos do ano passado também esteve diante das câmeras na Premiação Children of Valor. A Princesa Susannah fez sua primeira aparição pública desde que anunciou sua gravidez.</i>	Princesa Susannah aparece com seu marido em evento beneficente. Ambos são belos, altos e estão bem vestidos. E ela está grávida! Nada disso seria possível se não fosse pela ação redentora de Michael Callow. Sua atitude possibilitou que Susannah tivesse uma vida, e uma vida boa. Interessante observar que Susannah está usando um vestido verde, mesma cor de quando foi sequestrada. Neste caso, o verde não representa o nojo, mas sim o viço da juventude, além da preocupação da moça com temas ambientais. O tom mais escuro de verde, aqui, mostra o amadurecimento repentino pelo qual foi obrigada a passar.
<i>Foi há um ano que o artista e ganhador do Prêmio Turner, Carlton Bloom, coagiu o primeiro-ministro a cometer um ato indecente com o sequestro audacioso.</i>	Michael Callow foi coagido a cometer um ato indecente, forçado pela ação de Bloom. Callow fez o que precisou ser feito para salvar a princesa. A mídia cita o sequestro, mas trata o sequestrador como “artista” e seu ato como “audacioso”, em vez de citá-lo como criminoso.
<i>A visão obscura de Bloom acusa a todos nós.</i>	A questão levantada no item acima encontra resposta nestes trechos. A mídia atenua a participação de Carlton Bloom, aventando inclusive a possibilidade de o sequestro ter sido, na verdade, uma obra de arte, e não um crime. Mais que isto: a mídia culpa, de forma indireta e subliminar, a audiência, que esteve envolvida ativamente ao longo de toda a tragédia vivida por Callow e por Susannah. Foi a possibilidade de ver uma pessoa pública sendo humilhada física, mental e moralmente que teria provocado e inspirado o plano do artista. Em teoria, o artista forneceu à audiência apenas aquilo que ela estava ansiosa para consumir.
<i>Após completar um ano, um crítico de arte causou controvérsia descrevendo o caso como a primeira grande obra de arte do século 21. Mas enquanto críticos da cultura debatem seu significado, não restam dúvidas de que, com uma audiência global de 1,3 bilhão, foi um evento do qual todos nós participamos.</i>	

QUADRO 13 — PRODUÇÃO DE SENTIDOS DA REPORTAGEM FINAL (continuação)

TRECHO DA REPORTAGEM	POSSÍVEL SIGNIFICADO DISCURSIVO
<p><i>Contudo, o incidente não foi capaz de destruir o primeiro-ministro, que hoje possui uma aprovação três vezes maior do que tinha no ano passado.</i></p>	<p>Finalmente, o repórter dá a entender que o primeiro-ministro, e por conseguinte, sua atuação como governante, são sólidas e estáveis. Afinal, nem mesmo um incidente de proporções catastróficas foi capaz de destruí-lo. De fato, houve sim a destruição da identidade pessoal e social de Michael Callow. A pessoa sobre a qual a UKN está noticiando agora não é a mesma do início do episódio — pelo menos, não em termos de imagem. A aprovação triplicada é evidência de duas coisas: primeiro, que a estratégia das estruturas dominantes foi bem sucedida; segundo, que o sentimento de culpa e vergonha implantado na população retorna como uma espécie de acolhimento do humilhado, algo que Giddens chama de “o retorno do recalçado” (GIDDENS, 2002, p. 187-192).</p>

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022).

Avulta-se a conduta da imprensa tradicional como instrumento das subestruturas do Estado-Nação capitalista no apaziguamento de diferenças e no controle de danos em face de situações polêmicas que porventura possam causar rupturas na trama do tecido social em vigor.

Como afirmam Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 178), “[...] os meios de massa são peças-chave no processo de formação do consenso político, sustentáculo da manutenção e da reprodução do poder na sociedade”. Na prática,

A construção de sentidos, a representação de imagens, a formação de consenso, tudo isso passa pelo discurso dos meios de massa, não só nos canais e programas de forte viés jornalístico, como também nos que se guiam preponderantemente pela perspectiva do entretenimento (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 169).

Por fim, uma última observação não pode ser preterida desta discussão: o que ocorre longe das câmeras, ao final da reportagem. Ao desprezar o marido em silêncio, apenas com um rápido olhar, Jane escancara a falsidade ideológica em que estão enredados. É como se dissesse: “Eu não reconheço você, e tenho nojo de quem você se tornou”. Mesmo presa à necessidade de manter as aparências da porta para fora, Jane não está disposta a abrir mão de si mesma da porta para dentro [TC 00:42:39].

Em tempo, a Figura 05, encontrada na próxima página, apresenta a evolução identitária de Michael Callow durante o episódio, minuto a minuto. Os elementos constitutivos estão representados na coluna azul; os destrutivos, na coluna verde; e os aspectos de restauração, na coluna de cor amarela.

FIGURA 05: EVOLUÇÃO IDENTITÁRIA DE MICHAEL CALLOW

TC	CONSTRUÇÃO	DESCONSTRUÇÃO	RECONSTRUÇÃO
00:00:00			
00:01:00	Falta de decoro		
00:02:00	Ausência de autocuidado		
00:03:00	Visão eurocêntrica		
00:04:00			
00:05:00			
00:06:00	Carente de validação externa		
00:07:00	Ingênuo / Infantilizado		
00:08:00			
00:09:00			
00:10:00			
00:11:00	Egoísta		
00:12:00	Cruel	Perverso sexual	
00:13:00	Mentiroso		
00:14:00	Imaturo no casamento		
00:15:00	Confiante nos sistemas peritos		
00:16:00			
00:17:00			
00:18:00			
00:19:00			
00:20:00			
00:21:00			
00:22:00			
00:23:00		Fé nos sistemas destruída	
00:24:00		Irritado / Agressivo	
00:25:00		Covarde	
00:26:00		Líder inapto	
00:27:00			
00:28:00			
00:29:00			
00:30:00		Desprovido de poder decisório	
00:31:00		Desprovido de poder de agência	
00:32:00			
00:33:00		Ansioso	
00:34:00		Marido / Pai ausente	
00:35:00			
00:36:00		Perda do controle do corpo	
00:37:00			
00:38:00			
00:39:00			
00:40:00		Derretimento da identidade	Salvador
00:41:00			À vontade / Tranquilo
00:42:00	Conservador / Tradicionalista		Desajeitado
00:43:00			Herói nacional / Corajoso
00:44:00			Querido pelo público
00:45:00			Desprezado pela esposa

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022).

Conclui-se, portanto, a face mais descritiva e interpretativa da análise. Foram avaliadas as marcas discursivas, textuais e icônicas que evidenciaram a revelação da identidade original do protagonista; seu agonizante apagamento causado pela compressão fomentada pelas instituições; e a subsequente renovação de um eu midiaticamente fabricado.

4.2 A FORMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE RESISTENTE

A pesquisa embrenha-se, de agora em diante, em terreno perigoso: o território da crítica. A pesquisa busca transcender as fórmulas, os modelos, os quadros de trabalho, as tarefas descritivas. A pesquisa anseia pelo posicionamento, pelo envolvimento, pela geração de possíveis soluções para o problema descoberto. É o ponto a partir do qual a Análise de Discurso Crítica se desapega da metodologia científica e corteja a filosofia. Uma filosofia prática, preferivelmente, mas, ainda assim, um exercício de livre pensamento.

Isto posto, e evocando como plataforma a aprendizagem adquirida durante o mergulho discursivo no episódio “Hino Nacional”, da série *Black Mirror*, proposto e atendido na seção 4.1 desta dissertação, torna-se exequível a compreensão de alguns pressupostos sobre o processo de formação de identidades na modernidade tardia:

- a) não importa quem você é, mas quem você aparenta ser;
- b) o sistema gera, intencionalmente, constantes crises, a fim de causar a desconstrução de identidades não desejadas e favorecer o surgimento de “visões do eu” mais favoráveis ao pensamento hegemônico vigente;
- c) as instituições circundantes influenciam direta e indiretamente nos processos de construção de identidades, principalmente — mas nunca exclusivamente — através da mídia;
- d) a mídia utiliza diversas modalidades de ataque às identidades, como a sedução da propaganda; o medo disseminado nos noticiários; e a ideologia pasteurizada e empacotada em novelas, filmes e séries;
- e) a família, a tradição e a religião têm perdido o espaço e a vez no que se refere à influência na formação das identidades, notadamente dentre os jovens e jovens-adultos do chamado mundo ocidental;
- f) o eurocentrismo é uma ideologia dominante que coloniza outras culturas, dentro e fora do Velho Continente, sobretudo as sul-americanas e africanas, tal qual o *american way of life* dos EUA;
- g) parece inescapável a sujeição à ação de elementos globalizantes da modernidade tardia, como: a divisão do trabalho; a violência e opressão estatais; a industrialização e o corporativismo de praticamente todos os aspectos da vida cotidiana; e as relações humanas mercantilizadas e pautadas pelas leis do capitalismo;

- h) a internet, e mais especificamente, as redes sociais, tornaram-se uma espécie de centro pulverizado de informações, fornecendo, em tempo real, toneladas de dados;
- i) há muita informação falsa, degradante, e de ódio na internet, como há também informação séria, segura e relevante, mas como ambos os tipos estão amalgamados num mesmo ambiente potencialmente tóxico, o trabalho de curadoria e confirmação é penoso;
- j) o corpo é uma forma importante de expressão da identidade na modernidade tardia, bem como uma espécie de membrana entre o mundo exterior e a psique, ou seja, os impactos da sociedade no corpo reverberam na identidade, e vice-versa;
- k) os principais pontos fracos da identidade na pós-modernidade são aqueles referentes à aceitação: aceitação do grupo; aceitação familiar; aceitação nos campos sociais; e auto-aceitação;
- l) a desconstrução de uma identidade passa, necessariamente, pelo esvaziamento do poder de agência do indivíduo, numa gradação variável para cada pessoa, desde o cerceamento de pequenas liberdades, até a coerção do livre-arbítrio sobre o próprio corpo; e
- m) o processo de desconstrução é doloroso, semelhante ao processo de enfrentamento da morte e do luto, podendo gerar reações extremadas do indivíduo, como: negacionismo; agressividade; barganha; depressão; desconexão com as pessoas ou desencaixe social; sensação de falta de propósito; e desesperança.

Respeitando o rol das conjecturas apresentadas após dedicada análise; entendendo a modernidade tardia como o paradigma social, histórico, econômico e político hodierno e, portanto, como sendo a base sobre a qual todas as práticas sociodiscursivas humanas se assentam; e, suplementarmente, considerando a reprodução da influência contingente nociva desse paradigma sobre as identidades, representadas no objeto de estudo deste trabalho; alcançamos o cerne do problema central da pesquisa, motivo deste empreendimento: afinal, como combater a influência massiva dos elementos discursivamente atuantes da modernidade tardia nos processos de construção, desconstrução e reconstrução de identidades pessoais?

A solução parece se apresentar na forma simples de um conceito sociodiscursivo complexo: a formação de uma identidade resistente.

4.2.1 Uma questão de *ethos*

Ruth Amossy (2005) organizou as diferentes visões acerca do *ethos* no tempo e no espaço. As diferentes definições, concepções e fases do *ethos* apresentadas pela linguista foram compiladas no Quadro 14 abaixo:

QUADRO 14 — SÍNTESE DE CONCEPÇÕES DO *ETHOS* SEGUNDO AMOSSY

LINHA DE PENSAMENTO	VISÃO DO <i>ETHOS</i>
Antiguidade	Produção de uma imagem de si que favoreça o objetivo da comunicação, o convencimento do ouvinte.
Aristóteles	Caráter moral que o orador assume em seu discurso. Caracteriza um ser no discurso.
Sócrates	Caráter moral que o orador empresta a seu discurso, ou seja, é anterior ao ato da fala, caracterizando um ser pré-discurso.
Roland Barthes	Boa impressão; jeito; apresentação do orador.
Émile Benveniste	Marca perceptível impressa pelo locutor em seu enunciado que o diferencia dos outros enunciados de outros locutores.
Michel Pêcheux	União da imagem que o locutor tem de si com a imagem que o ouvinte tem do locutor, mais a imagem que o locutor tem da imagem que o ouvinte tem do próprio locutor.
Erving Goffman	Profundamente influenciado pelo contexto, é a troca promovida pela interação social que resulta em ativas representações dos indivíduos, seus papéis e suas rotinas em cada ocasião.
Oswald Ducrot	Designa a imagem do locutor como ser do discurso, ambos em posições que podem ser diversas; é a diferenciação entre o indivíduo real e o indivíduo falante.
Dominique Maingueneau	Posição institucional estereotípica assumida pelo enunciadador a fim de fortalecer o seu enunciado, legitimando o discurso através de autoridade e/ou de conhecimento, manejando variáveis como tom, caráter e corporalidade.
Chaïm Perelman	Arte de persuadir, de conseguir a adesão dos ouvintes às ideias do locutor, principalmente através do uso dos meios verbais.
Jean-Michel Adam Ruth Amossy	Capacidade de adaptação do orador a seu público, a fim de construir uma imagem empática que possibilite a confiança mútua, em função de crenças e valores compartilhados, atribuídos entre si.

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022), baseado em Amossy (2005).

Soma-se a essas definições o trabalho de Baumlin (1994, 2018) que se propõe a “[...] redefinir o *ethos* e os desafios impostos pelas perspectivas pós-modernistas. Sua reflexão está ligada a um questionamento das noções de sujeito, de ideologia, de escritura e valoriza o objetivo de eficácia da retórica [...]”, contribuindo para o fortalecimento da fala de grupos silenciados (AMOSSY, 2005, p. 23). Para ele, a questão do *ethos* está ligada à relação entre o indivíduo e o seu discurso — a possível inclusão de um personagem do falante como um dos aspectos discursivos; a representação desse personagem no e pelo discurso; e o papel que esse personagem desempenha para o sucesso do objetivo comunicativo (BAUMLIN, 1994, p. xvii).

Sob essa perspectiva, o *ethos* forneceria os papéis e as regras para a construção da identidade, quer seja pela linguagem, quer seja por outras modalidades de comunicação e participação, culturais ou simbólicas, e tornando essas marcas socialmente visíveis, sendo considerada sem sentido a existência de uma identidade fora de seu contexto cultural (BAUMLIN; MEYER, 2018, p. 5-6). Entretanto, em um contexto pós-moderno desigual, no qual os papéis parecem pré-definidos e estáticos — apesar de uma certa ilusão de mobilidade social —, as instituições, organizações e comunidades já possuem seu rol de *ethos*, a lista fechada de quem pode falar o que para quem e quando (BAUMLIN; MEYER, 2018, p. 8). Na pós-modernidade, os sujeitos parecem limitados pelo outro: a imagem de quem fala depende muito mais do que sua audiência diz ou interpreta quem ele é, tornando a autoridade de fala algo outorgado e não merecido pelo locutor, sendo o posicionamento definido durante a interação, e não antes (BAUMLIN; MEYER, 2018, p. 10).

Como reflexo de uma narrativa de si mesmo, a identidade é composta por blocos constituídos através da percepção dos acontecimentos, da ação (individual e dos outros), do tempo e do espaço. Surge um eu-narrativo conforme os padrões vão sendo criados e sobrepostos. As escolhas de estilo de vida, local de convívio, trabalho, relações afetivas, *hobbies*, hábitos. Outros padrões de comportamento, como por exemplo o jeito de falar e de vestir, o nome e como gosta de ser chamado, vão compondo essa narrativa, e ainda que alguns marcadores sejam imutáveis — como etnia, demografia, alguns aspectos físicos —, eles podem ser ressignificados na história pessoal, tornando o indivíduo único em si e por si mesmo, o protagonista de sua própria história (BAUMLIN; MEYER, 2018, p. 16-17).

Assim, o *ethos* proposto é aquele em que as dimensões dita, mostrada e interna estão alinhadas; em que a formação narratológica da identidade tem menos componentes ficcionais e mais calcados na realidade, ainda que seja uma realidade construída, própria, ou em ser. É um *ethos* de retomada de posição; de contar e de ouvir histórias; de ser, estar-ser, e estar-sendo; um *ethos* que recupera a voz, que rompe o silêncio, cujo barulho não pode deixar de ser ouvido, cuja fonte não pode deixar de ser vista.

Michael Callow foi silenciado pelo seu entorno. Mesmo ocupando um cargo proeminente, sua opinião, seu corpo, sua vida, de nada valiam para as instituições dominantes, que criaram, destruíram e recriaram sua história à revelia, sem sua participação ou autorização. Um abuso, para ficar mais claro.

4.2.2 As reações de adaptação de Giddens

Giddens (1991, p. 133) vê a pós-modernidade como um espaço em que as identidades são dissolvidas, fragmentadas e esvaziadas de sentido pela mediação da experiência e pela ação dos sistemas abstratos, num contexto em que o sujeito é despido de poder pelas tendências globalizantes. Em oposição, propõe uma modernidade radicalizada, na qual a dispersão se organiza, possibilitando processos ativos de construção de identidades.

Enquanto a tal modernidade radicalizada não chega, Giddens (1991, p. 120-122) compartilha quatro possíveis reações de adaptação, úteis para que os indivíduos possam lidar com os riscos e inquietações da modernidade tardia: a aceitação pragmática; o otimismo sustentado; o pessimismo cínico; e o engajamento radical. São relatadas sucintamente, a seguir, cada uma dessas possíveis atitudes:

- a) a aceitação pragmática preconiza uma relação com o mundo exterior focada apenas nos problemas e tarefas diárias, num movimento de compreensão de que a maioria das coisas estão fora de nosso raio de ação e, portanto, não merecem o investimento de energia ou preocupação;
- b) o otimismo sustentado é um apego iluminista, uma fé na razão providencial, uma confiança total no funcionamento e na acuidade dos sistemas peritos. Apesar de ser tecnicista, há um certo viés religioso nesta forma de agir;
- c) o pessimismo cínico é o amortecimento do impacto emocional através do humor ou do tédio. O alerta aqui é que nem o pessimismo, nem o cinismo, isolados, são úteis para reagir na modernidade tardia, pois o primeiro leva à negatividade, e o segundo, à falta de empatia. Juntos, porém, constituem um direcionamento bastante prático;
- d) o engajamento radical é otimista, mas sem o pendor fanático. Reconhece que há problemas e dificuldades, mas que tudo deve ser enfrentado através da ação contestatória de movimentos sociais, a fim de reduzir os impactos deletérios da modernidade.

Para Giddens, todas as reações são válidas, tendo cada uma seus pontos positivos e seu custo, tanto em termos sociais quanto psicológicos, afetando, em maior ou menor grau, a auto-identidade.

Contudo, cada um desses caminhos necessita ser aferido crítica e dialogicamente. Primeiro, em comparação com o episódio “Hino Nacional”, nosso objeto de análise; depois, em relação à formação de uma identidade resistente — nosso projeto de solução.

O circuito percorrido por Michael Callow se assemelha ao palmilhado pela maioria das pessoas. Inicialmente, o primeiro-ministro age com um otimismo sustentado, quase cego, nos sistemas abstratos. Sua confiança básica na providência do Estado, seja por meio do partido, seja por meio da polícia, o faz entrar em estado de negação incauta, como visto em seu diálogo com a esposa [TC 00:14:33]. O ponto de virada ocorre quando Callow percebe que os sistemas simplesmente falharam no momento em que ele mais precisava; e não somente claudicaram, mas se voltaram contra ele, numa abominável ameaça extensiva à família [TC 00:30:26]. Tecnologia, organização burocrática, sistemas financeiros e força policial, por exemplo, podem sair do controle, como monstros que não obedecem a nenhum mestre. Nem mesmo a ciência, com sua característica inerente de estar sob perene questionamento, pode assegurar o retorno esperado pelo respeito ofertado a ela e aos demais sistemas instituídos. Assim, o otimismo sustentado dá lugar a uma conturbada aceitação pragmática, uma ansiedade por resolução, mas sem envolvimento direto nessa busca. Um pessimismo — sem cinismo — se avoluma na identidade de Callow, ao perceber que, não importa o que faça ou tente fazer, sua vontade nunca será satisfeita e sua voz nunca será, de fato, ouvida.

Nenhuma dessas reações serve ao propósito deste trabalho. A aceitação pragmática é passiva demais, uma ideia de fazer somente o que precisa ser feito e fazer apenas quando realmente necessário. O otimismo sustentado é baseado em pessoas e instituições falhas, que eventualmente irão causar frustração. O pessimismo cínico já se apresenta como mais proveitoso; o obstáculo, nesse caso, é a necessidade de constante equilíbrio na dosagem desses dois ingredientes, podendo o indivíduo se entregar ou ao pessimismo ou ao cinismo puro e simples.

O engajamento radical foi desenhado por Giddens (1991) para ser a resposta certa para esta dicotomia. Há de se precaver o indivíduo, porém, da possibilidade de ultra-radicalização desse engajamento, a ponto de se tornar algo criminoso ou imoral. O rapto da Princesa Susannah, executado por Carlton Bloom, não foi nada além do que uma ação motivada e executada por uma pessoa enquadrada na esfera do engajamento radical, sendo seu movimento social o sequestro.

4.2.3 Proteger a identidade é uma forma de resistência

Em obediência a um construto inexorável da Análise de Discurso Crítica, que endossa a tomada de posição política do analista, esta parte objetiva, ainda que de forma embrionária, apresentar as respostas para o problema suscitado no capítulo da metodologia. Em ADC, o propósito final é sempre influenciar a constituição social por meio da reflexividade, “[...] terminando por promover instrumentos conceituais e analíticos que possam subsidiar a tomada de posição dos participantes de forma mais emancipatória” (SATO; BATISTA JR, 2018, p. 190), criando possibilidades de mudança da realidade social, como um “[...] imperativo ético e político em favor de pessoas e grupos em desvantagem, um imperativo que se impõe desde que se toma consciência da situação, da condição de opressão ou desfavorecimento” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 149).

Diante desse quadro, abre-se um caminho de diálogo e de possibilidades para as minorias. Com esse propósito, apontamos cinco frentes de luta que podem ser assumidas concomitantemente. São elas: o conhecimento e o acompanhamento da situação social; a descoberta e a preservação da identidade social; a luta por direitos e por mais democracia; a luta por espaço na esfera pública; e o empenho pela representação positiva na mídia (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 178)

Nota-se que, dos caminhos considerados, pelo menos dois deles têm nexos com os temas debatidos até aqui: a descoberta e a preservação da identidade social e o empenho pela representação positiva na mídia — posto que essa representação mediada e midiática, como já aludido, consubstancia a integração de identidades.

Assumindo o ofício de pesquisador-agente, preconizado desde as origens da ADC; e reconhecendo que o arcabouço teórico e metodológico ora referenciado atingiu a massa crítica significativa requerida; este estudo, num derradeiro esforço científico, oferece a seguir uma resolução que, espera-se, seja adequada para suprir as instâncias sociais e sanar os questionamentos que motivaram esta pesquisa.

A formação de uma identidade resistente requer, em primeiro lugar, um posicionamento do sujeito no espectro adaptativo do tipo engajamento radical, reconhecendo que são os “[...] indivíduos, inseridos em práticas discursivas e sociais, que corroboram para a manutenção ou transformação de estruturas sociais” (RESENDE; RAMALHO, 2019, p. 45). O engajado — em que pese o qualificador “radical” — é equilibrado e tem uma postura de contestação consciente.

Os movimentos sociais produzidos pelo engajado são antagonistas do sistema, mas não destrutivos. O engajado compreende que a ação popular pode promover nas instituições a mesma pressão diretiva que as instituições exercem na população. Essa conduta contrapõe-se à falácia derrotista daqueles que, cativados há tempos pela estrutura social corrente, não veem abertura para mudança.

A verdade, todavia, é que

As pessoas dizem que são impotentes, mas não houve outra época na História em que as pessoas tivessem tanto poder. Nós temos a oportunidade de mudar as coisas. Antes, você não poderia ter sua opinião ouvida, mas hoje, sim. Esta é uma questão de poder verdadeiro. Nós também temos uma verdadeira responsabilidade, mas no momento ainda não fomos capazes de assumi-la (BROOKER; JONES, 2018, p. 38, tradução nossa).

A visão daqueles que adotam uma postura de mera aceitação pragmática ou de pessimismo isento de cinismo limita-se, quando muito, a divisar os entraves plantados pelas instituições dominantes, na tentativa de manter a dominação. Em muitos casos, tais relações opressoras estão tão naturalizadas que passam despercebidas pelos sujeitos, camufladas, na forma de produtos, serviços ou benesses oferecidas, permitidas ou incentivadas pelo Estado-Nação capitalista.

Um indivíduo radicalmente engajado recusa o assujeitamento automático, negando o consentimento em receber qualquer influência nociva em sua identidade. Haverá luta, discussão, comprometimento das partes ou, no mínimo, negociação das diferenças. Tacitamente, quem opta pelo engajamento compreende aquilo que Giddens (1996, p. 141) chama de “dualidade da estrutura”: o fato de que as estruturas normatizam e limitam as ações dos indivíduos, ao passo que, dialogicamente, as ações dos indivíduos tanto reproduzem quanto constituem e remodelam essas mesmas as estruturas. O meio intervém nas relações sociais e nas identidades, mas também é interpelado por elas.

Dessa forma, práticas podem depender dessas autoconstruções reflexivas, cada vez mais influenciadas por informações circundantes, para sustentar relações de dominação. Os sentidos a serviço da dominação podem estar presentes nas formas simbólicas próprias da atividade social particular ou podem se fazer presentes nas autoconstruções reflexivas, caso a ideologia seja internalizada e naturalizada pelas pessoas. No entanto, a busca pela autoidentidade, que deve ser criada e sustentada rotineiramente nas atividades reflexivas do indivíduo, também pode sinalizar a possibilidade de mudança social. São os indivíduos, inseridos em práticas discursivas e sociais, que corroboram para a manutenção ou transformação de estruturas sociais (RESENDE; RAMALHO, 2019, p. 45).

Cabem aqui dois alertas. Previamente, o engajamento requer uma tomada de consciência de si, dos grupos e do mundo em torno, posto que, empiricamente, as “[...] mudanças significativas não ocorrem trazidas por pessoas ou grupos de fora sem que as pessoas do próprio grupo em questão tomem, elas mesmas, a iniciativa da luta, da busca de compreensão de sua realidade e de sua transformação” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 148). Comentando Giddens (1996), Almeida (2015, p. 24) esclarece que “[...] os atores raramente possuem plena consciência das reais motivações para suas respectivas ações”, estando disponíveis com evidência, apenas os propósitos ou fins imediatos e, com menor frequência, os meios possíveis para a ação.

Um segundo aviso recorda que, como consequência da dualidade da estrutura, e na mesma medida das identidades, as instituições também são dotadas de reflexividade. Quando uma ação social é bem-sucedida, criando uma ruptura nas relações de dominação, os sistemas de informação produzem novos conhecimentos a fim de absorverem o estado alterado e transformá-lo num novo *status quo*, promovendo uma eterna e cíclica corrida de gato e rato: o engajamento produz movimento social; o movimento social produz mudanças sociodiscursivas; as mudanças sociodiscursivas produzem um estado alterado, anormal, na ordem das instituições; o estado alterado motiva a produção de novos conhecimentos pelos sistemas abstratos; esses novos conhecimentos recriam a realidade, incluindo a mudança social produzida, moderando seu impacto nas estruturas hegemônicas. Por isso, a posição de engajamento é constante, e o projeto de defesa da identidade, assim como o projeto da própria construção da identidade, é de longuíssimo prazo.

Precavido dessas duas questões, o engajado reconhece o potencial de seu papel no mundo, e sua ação resulta na formação de comunidades, também muito engajadas, e formas de resistência coletiva às opressões, com fins de sobrevivência (CASTELLS, 2018, p. 81).

O próximo passo para a formação de uma identidade resistente é a autodescoberta. Os sistemas dominantes ora mascaram, ora evidenciam a posição de cada um na sociedade, conforme lhes convém. Entretanto, o posicionamento do engajado independe das opções fornecidas pelos sistemas. Para isso, são bem-vindas as “[...] contribuições do contexto familiar, do relacionamento com o ambiente social, do acesso à instrução formal e das condições sociopolíticas” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 179).

Por este ângulo, os processos de descoberta e de preservação das identidades, sejam individuais ou coletivas, precisam sempre

[...] ser realimentados, ou seja, as pessoas necessitam renovar suas referências, fortalecer sua autoestima como indivíduos e como membros de uma coletividade, reinterpretar antigas e novas experiências e construir sentidos novos que as ajudem a se situar no mundo e, particularmente, em relação à sociedade abrangente. O instrumental teórico-prático da ADC também pode ajudar nessa etapa ao auxiliar a desfazer mitos, a questionar sentidos ideológicos e a construir sentidos novos que atendam aos anseios do grupo (GIDDENS, 2002, p. 194).

O resultado esperado é o fortalecimento dos vínculos identitários dos indivíduos com seus grupos, revigorando o casulo protetor de sua segurança ontológica por meio do contato com seus pares, desenvolvendo uma conjugação de propósitos e de compartilhamento de histórias.

Ao conhecer a si mesmo, ainda que de modo superficial, num primeiro momento, o indivíduo diferencia-se dos demais numa relação de alteridade saudável, atribuindo significados a suas próprias experiências. O resultado esperado é a assunção de um *ethos* discursivo de autoexpressão; do falar para ser visto e ouvido; da intolerância frente às diversas formas de opressão social, cultural, política, econômica — um *ethos* investido de toda fala, toda escuta e toda a resposta (BAUMLIN; MEYER, 2018, p. 25-26).

O terceiro passo para a formação de uma identidade resistente é a seleção das influências. Em “Hino Nacional”, Michael Callow é um sujeito que, pouco a pouco, vai sendo exaurido de individualidade e de humanidade. A falta de um filtro eficiente entre o mundo exterior e as bases de sua segurança ontológica fazem com que Callow deixe de ser uma pessoa para ser apenas um papel, uma função, um objeto a serviço dos interesses das estruturas e de seus representantes. Callow é apenas uma casca, um boneco de ventríloquo, sem ânimo e sem resistência. Seguindo na direção contrária, a formação de uma identidade resistente passa pela emancipação dessas influências. Progressivamente, os sujeitos devem buscar a liberação das amarras sociais através de políticas emancipatórias, que tencionam, acima de tudo,

[...] libertar os indivíduos e grupos das limitações que afetam negativamente suas oportunidades de vida. Ela envolve dois elementos principais: o esforço por romper as algemas do passado, permitindo assim uma atitude transformadora em relação ao futuro; e o objetivo de superar a dominação ilegítima de alguns indivíduos e grupos por outros (GIDDENS, 2002, p. 194).

Somada à tomada de consciência sugerida no primeiro passo, e à jornada de autodescoberta relatada no segundo, a emancipação permite que o sujeito seja capaz de decidir, reflexivamente, quais fatores externos exercerão influência em sua identidade pessoal, e em que contextos. Num nível além, o exercício da emancipação das influências da modernidade tardia resulta na possibilidade de escolha do estilo de vida; na busca pela autorrealização em ambientes organizados; no franqueamento de tomada de decisão sobre o próprio corpo, atitudes, comportamento e relacionamentos (GIDDENS, 2002, p. 200).

Importante frisar, ademais, que não é possível passar incólume pela existência contemporânea sem ser, em algum grau, afetado pelos elementos institucionais e globalizantes da modernidade tardia. A proposta não é fechar-se em uma bolha impenetrável, mas, sim, controlar conscientemente, na medida do possível, o acesso e a profundidade de atuação dessas influências.

Por fim, o decisivo passo para a formação de identidades resistentes é o empenho pela representação positiva na mídia, ou a utilização dos recursos midiáticos para a promoção e proteção das identidades. Mídia aqui entendida como o conjunto de estruturas compostas por: imprensa tradicional — escrita, falada ou televisionada —; internet e redes sociais; meios de comunicação de massa — como TV e rádio, por exemplo —; propaganda, publicidade e marketing — inclusive digitais. Como mostrado no objeto analisado como foco deste estudo, no contexto da modernidade tardia é impensável preterir-se da mídia no desenvolvimento de qualquer projeto, principalmente quando se trata de projetos socialmente relevantes, como são aqueles voltados para a formação de auto-identidades resistentes. Portanto,

[...] num mundo em que se torna cada vez mais midiacêntrico, embalado por novas tecnologias e pela infinitude do ciberespaço, o campo discursivo da mídia tem peso de ouro nesse mercado em que operam múltiplas referências. Conquanto haja pessoas, grupos e movimentos que se desenvolvem à margem da esfera midiática, o fato é que as decisões políticas, as influências culturais e as negociações do mercado recorrem persistentemente e de modo preponderante à mídia (GIDDENS, 2002, p. 194).

A plausibilidade desse passo é comprovada quando se leva em consideração que quem assumiu a postura do engajado radical adquiriu a compreensão das estruturas e de seus discursos, dominando “[...] conhecimento privilegiado sobre elas e seus *modus operandi*. Com base nesse conhecimento, fica mais fácil agir sobre as instituições ou por meio delas” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 177).

É preciso que se diga que a harmonia nos discursos hegemônicos — tão cara e apregoada pelos adeptos da aceitação pragmática, do otimismo sustentado e do pessimismo — é um mito, constantemente “[...] abalado pela força da comunicação de massa que, apesar do seu caráter alienante, abre espaços importantes para o confronto de vozes dissonantes, nas quais se incluem os discursos periféricos” (ROCHA, 2013, p. 109). Assim, entendendo a existência desses espaços, e partindo do princípio de que as identidades são discursivamente construídas, experimentadas e expressadas, a ocupação desses locais de visibilidade comunicativos é fundamental para o sucesso da descoberta, formação e propagação de identidades resistentes.

Um próximo estágio na escala evolutiva das identidades sociais seria a transformação da identidade resistente em identidade de projeto, que ocorre quando indivíduos radicalmente engajados, “[...] baseados em quaisquer materiais culturais que estiverem disponíveis a eles, constroem uma nova identidade que redefine sua posição na sociedade e, ao fazer isso, buscam a transformação da estrutura social como um todo” (CASTELLS, 2018, p. 19). Assim, a resistência serve de patamar seguro para a assunção de uma posição ainda mais ousada, que extravasa o foco na sobrevivência para perseguir uma reforma no próprio sistema, tornando-se, ao final do processo, num novo *status quo*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identidade social é o aspecto da vida humana mais influenciado pelos elementos institucionais e globalizantes da modernidade tardia. Constantes processos de construção, desconstrução e reconstrução dessas identidades são operados sistematicamente por estruturas hegemônicas, que buscam, pela colonização das identidades, a manutenção de seu estado de dominação.

O episódio “Hino Nacional”, da série audiovisual antológica de ficção científica *Black Mirror*, representa com assertividade essa realidade contemporânea. Somos lançados num redemoinho de tensões através do pior dia da vida de Michael Callow, o Primeiro-Ministro britânico.

À princípio, a ideia de que apenas um dia ruim na vida de um poderoso homem branco europeu possa representar os processos abusivos sofridos diuturnamente por indivíduos identitariamente oprimidos parece absurda. Tão absurda quanto a premissa do filme: a despeito de sua vontade, senso de moral ou ligações emocionais, Callow é forçado a ter relações sexuais com um porco, em evento transmitido ao vivo pela televisão. Ao longo da análise, entretanto, o trabalho investigou, classificou e discutiu as influências nocivas que atingiram a identidade de Callow, impetradas, principalmente, pelas estruturas do Estado-Nação capitalista, apoiadas e propagadas pela mídia. A questão do porco em si revela-se apenas alegórica: assim como os políticos precisam fazer coisas horríveis para manter seu poder, pessoas ditas “comuns” são também coagidas pelos sistemas abstratos a realizarem atos terríveis, violentos, não consentidos, causando rachaduras em suas identidades fragilizadas.

Utilizando como alicerce teórico e metodológico os preceitos da Análise de Discurso Crítica desenvolvidos por Norman Fairclough (2003), a pesquisa foi capaz de evidenciar e examinar, por meio do esquadramento debruçado sobre um objeto de estudo eminentemente ficcional, os elementos estruturantes da modernidade tardia, sublinhados na obra de Giddens (1991) e presentes na realidade percebida.

A partir destas descobertas, algumas questões intrigantes surgiram: como as instituições atuam discursivamente nos processos de formação de identidades sociais? É possível escapar às garras da modernidade tardia? Todas as influências que atingem as identidades sociais são nocivas? Como seria possível organizar a formação identitária de modo a resistir às influências externas indesejadas? Que postura o indivíduo precisa assumir para proteger sua identidade?

As questões suscitadas compuseram, de modo resumido e em última instância, o problema, os objetivos e as justificativas da pesquisa. O problema foi assim definido: como combater a influência massiva dos elementos discursivamente atuantes da modernidade tardia nos processos de construção, desconstrução e reconstrução de identidades pessoais?

Para chegar a uma resposta viável, o estudo recorreu ao trabalho de Giddens (1991, 1996, 2002) e Fairclough (2003), bem como às contribuições de Magalhães, Martins e Resende (2017); Resende e Ramalho (2019); Baumlin e Meyer (2008); e Amossy (2005); dentre outras colaborações.

A resposta, após detida consulta a estes autores e autoras, pareceu clara. A influência massiva dos elementos discursivamente atuantes da modernidade tardia nos processos identitários é combatida com a descoberta, formação e preservação de uma identidade resistente, semelhante àquela descrita por Castells (2018).

Todo o esforço da pesquisa culminou na avaliação da viabilidade de uma solução em quatro passos que poderia estar ao alcance factível de parte dos indivíduos e grupos oprimidos pelo Estado-Nação capitalista. A formação de uma identidade resistente seria então o resultado combinado das seguintes fases: o posicionamento do sujeito no espectro adaptativo do tipo engajamento radical; o investimento pessoal em uma jornada de autodescoberta; a seleção das influências externas sobre a identidade, filtradas por procedimentos emancipatórios; e a utilização dos recursos midiáticos para a promoção e proteção das identidades.

Os objetivos do estudo, portanto, cessam alcançados. Os elementos institucionalizados da modernidade tardia que influenciam na construção, desconstrução e reconstrução de identidades pessoais foram devidamente investigados sob as lentes da Análise de Discurso Crítica. As evidências e os indicadores discursivos, quer verbais, quer imagéticos, pertinentes à identidade social, levantados da análise de “Hino Nacional”, foram intensamente debatidos. A formação de identidades pessoais resistentes, constituídas cultural e discursivamente, foram dispostas como uma prática razoável para o enfrentamento das pressões sociais concretizadas no âmbito da modernidade tardia.

Não obstante, nenhuma pesquisa realiza totalmente o seu potencial, nem está isenta de limitações, dificuldades ou possibilidades de melhoria. Considerando esta verdade epistemológica, e observando panoramicamente esta dissertação — objeto focal, método, aplicação e conclusões — admite-se que:

- a) a análise de outros episódios da série “*Black Mirror*” permitiria um volume maior de *inputs* e, conseqüentemente, poderia gerar conclusões melhor embasadas em termos de frequência e amplitude dos elementos da modernidade tardia percebidos;
- b) um estudo mais aprofundado de toda a obra de Giddens auxiliaria na obtenção de mais respostas, tanto acerca das conseqüências potencialmente nocivas da pós-modernidade, quanto acerca das possibilidades de combate a essas influências;
- c) maior riqueza de dados seriam obtidos da observação de outros fatores constituintes da identidade, tais como: a ética e a moral; orientação sexual; demografia; características físicas; questões familiares; ou respostas emocionais;
- d) a pesquisa poderia ser mais assertiva se delimitasse seu escopo ao estudo das influências de apenas um tipo específico de estrutura da modernidade tardia, como, por exemplo: a mídia; a organização social do trabalho; ou a violência;
- e) outra opção de enquadramento seria manter o foco em apenas um aspecto da identidade ou de sua expressão social, como, por exemplo: o modo de falar; a linguagem não-verbal; o estilo de vestimenta; a nacionalidade; ou a autopercepção como membro de algum grupo social;
- f) a proposta de solução inscrita carece de uma pesquisa de campo e/ou etnográfica que a complemente e a valide como operacional, através do teste de hipótese controlado e extensivo no mundo real, com pessoas reais, que atravessam problemas reais; e
- g) o uso de outras abordagens metodológicas, mesmo que ainda no âmbito da ADC, como a Teoria dos Atores Sociais — que lida especificamente com o indivíduo — ou a Multimodalidade — que lida melhor com o *corpus* audiovisual —, gerariam análises com enfoques complementares.

É necessário, ainda, reconhecer outro ponto. O viés sociológico da pesquisa tomou corpo e sobrepuiu-se, em certos momentos, aos estudos da linguagem, aproximando o enquadramento da análise linguística como meio e ferramenta, afastando-a de sua posição original de finalidade e protagonismo. Ainda que exercendo papel fundamental e sendo manejada corretamente nas fases de análise e interpretação, a questão discursiva merecia maior relevo na etapa da propositura.

Por outro lado, ao assumir tais restrições, vislumbram-se caminhos abertos para novos trabalhos e aplicações futuras. Ao discente, apresenta-se como um trabalho no qual o caráter reflexivo da arte, mesmo daquela particularmente ficcional, demonstrou que pode ser tão relevante quanto o seu caráter simbólico. Consolida-se, desta forma, a hipótese de que o ofício de contar histórias, estabelecido nos circuitos artísticos e incorporado naquilo que convencionou-se chamar usualmente de “cultura popular” — ou, ainda, “cultura pop” —, é impulsionado pela realidade material e a esta faz constantes julgamentos e referências. A narração fantasiosa, presente em uma coleção literária, num filme *blockbuster*, em uma ópera, numa série de TV, em um desenho animado, num quadrinho, no roteiro de um videogame, na piada do humorista de *stand-up*, no chiste de bar, no caso folclórico, ou até na canção de ninar, deixa transparecer recortes precisos respectivos à sociedade a qual retrata. Tais lampejos de realidade constituem um material valioso para a Análise de Discurso Crítica, conforme constatado por esta dissertação. Se houvera, no início do projeto, qualquer dúvida acerca do potencial da ficção como fonte de *corpus* de análise e debate sobre questões sociodiscursivas do “mundo real”, todas as objeções levantadas foram supridas a contento.

Ao pesquisador, o presente estudo pretende servir como uma base estável, como um ponto de partida seguro e experimentado para outras explorações, quiçá algumas até no mesmo universo de *Black Mirror*. Episódios como “Quinze Milhões de Méritos”, “Queda Livre”, “*San Junipero*”, “Engenharia Reversa” e “*Striking Vipers*” estão repletos de demandas relevantes, expandindo o tema da identidade trabalhado aqui em “Hino Nacional”, trazendo luz a matérias atuais como: coletivização, padronização e apagamento de identidades; estratificação baseada na função produtiva; controle social do comportamento; corporativização de aspectos pessoais da vida; despersonalização do outro; criação de personas virtuais; quebra da intimidade e da privacidade; e hibridismo e transitoriedade de autoidentificação.

A busca pelo aprofundamento nesses temas pode permitir, em último nível, que o docente utilize esta dissertação em sala de aula, como recurso didático em disciplinas afeitas às áreas de Linguística, Sociologia, Filosofia ou Psicologia, fomentando um debate saudável a respeito da formação de identidades no contexto pós-moderno, bem como suas implicações, alternativas e consequências, tanto em escala individual como global, comparando as identidades em outros contextos com a Modernidade Tardia, e as expectativas para o futuro.

Sendo assim, após verificar o atingimento dos objetivos acadêmicos, reconhecer as limitações metodológicas e divisar as latentes perspectivas de contribuição deste trabalho para a posteridade, resta retomar a síntese das principais descobertas produzidas ao longo deste empreendimento.

Em suma, o que esta dissertação propôs arrazoar é que o processo de construção de identidade, antes retilíneo e finito, transmutou-se agora em um projeto de vida cíclico e perpétuo. Durante esta trajetória, os interesses de variados componentes da estrutura social vigente digladiam-se na arena das ideologias, numa espécie de cabo-de-guerra no qual a corda sempre arrebenta para o lado do indivíduo, que aprisionado pelo modo de vida capitalista ocidental, tende a se submeter às mais diversas degradações para manter sua posição na engrenagem social. Exercendo pressões por meio de diversificados subterfúgios — desde os mais sutis, como: persuasão, sedução, conectividade, propaganda, direcionamento e globalização cultural; até os mais abusivos, como: violência, policiamento, ameaças, chantagens, corrupções, exigências e preconceitos —, as instituições hegemônicas buscam moldar as identidades dos indivíduos, dominando-os. O sistema desconstrói a individualidade e a remonta como uma colcha de retalhos, com pedaços mal ajambrados e fornecidos, em grande parte, pela mídia. Compreendendo, outrossim, que é impossível blindar-se completamente diante das influências da pós-modernidade em um contexto de convivência humana essencialmente urbano e massificado, vislumbra-se a possibilidade de constituição de uma identidade resistente, capaz de filtrar e selecionar de forma consciente uma parcela significativa da interferência externa nociva, tanto física quanto psicologicamente. Protege-se, entretentes, a capacidade de agência do indivíduo, sua ligação com a comunidade e seu direito à uma existência singular e ao desenvolvimento pessoal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, María del Pilar Tobar; RESENDE, Viviane de Melo. Análise discursiva crítica de textos do jornal O Trecheiro. *In*: OTTONI, Maria Aparecida Resende; LIMA, Maria Cecília de (organizadoras). **Discursos, identidades e letramentos: abordagens da análise de discurso crítica**. São Paulo: Cortez, 2014.

ALMEIDA, Tailon Rodrigues. A teoria da estruturação de Anthony Giddens: uma breve leitura de algumas influências advindas da literatura sociológica. **Revista Sem Aspas**. Araraquara, volume 3, número 1, p. 20-33, 07/10/2015. DOI: <https://doi.org/10.29373/sas.v3i1.7193>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/semaspas/article/view/7193>. Acesso em: 28/02/2022.

AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. *In*: AMOSSY, Ruth (organizadora). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARROS, Solange Maria. Bases filosóficas da análise de discurso crítica. *In*: BATISTA JR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de (organizadores). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.

BATISTA JR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de. Introdução. *In*: BATISTA JR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de (organizadores). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.

BAUMLIN, James S. Introduction. *In*: BAUMLIN, James. S.; BAUMLIN, Tita F. (editores). **Ethos: new essays in rhetorical and critical theory**. Dallas: Southern Methodist University Press, 1994.

BAUMLIN, James S.; MEYER, Craig A. Positioning ethos in/for the twenty-first century: an introduction to histories of ethos. **Humanities**, [s.l.], volume 78, número 7, p. 1-26, 09/08/2018. DOI: <https://doi.org/10.3390/h7030078>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2076-0787/7/3/78>. Acesso em: 05/04/2022.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes, 1995.

BESSA, Décio; SATO, Denise Tamaê Borges. Categorias de análise. *In*: BATISTA JR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de (organizadores). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.

BROOKER, Charlie; JONES, Annabel. **Inside Black Mirror**. Nova Iorque: Crown Archetype, 2018.

CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. São Paulo: Cultrix / Pensamento, 1997.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. *In*: PIETROLUONGO, Márcia Atália (organizadora). **O trabalho da tradução**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. 3ª edição. São Paulo: Contexto, 2020.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **Revista Fronteiras**. Dourados, volume 13, número 24, p. 15-29, 17/12/2011. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/1598>. Acesso em: 03/01/2022.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2000.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CHOULIARAKI, Lillie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

CIRUCCI, Angela M.; VACKER, Barry. Introduction. *In*: CIRUCCI, Angela M.; VACKER, Barry (organizadores). **Black Mirror and critical media theory**. Nova Iorque: Lexington Books, 2018.

CLUTE, John; LANGFORD, David (organizadores). **The encyclopedia of science fiction**. 4ª edição. Londres: Ansible Editions, 2021. Disponível em: <https://sf-encyclopedia.com/>. Acesso em: 05/02/2022.

COLLINS, Brian J.; BOESCH, Brandon. The National Anthem and weighing moral obligations. *In*: JOHNSON, David Kyle (organizador). **Black Mirror and philosophy: dark reflections**. Nova Jersey: Wiley Blackwell, 2020.

COSTA, Leonard Christy Souza. **Saussure: entre o poder acadêmico e o saber científico**. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/158386>. Acesso em: 01/02/2022.

COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais**. 3ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

D'ANNA, Giuseppe. Hegemonia. *In*: LIGUORI, Guido. VOZA, Pasquale (organizadores). **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 1997.

EGGINS, Suzanne. **An introduction to Systemic Funcional Linguistics**. 2ª edição. Londres: Continuum, 2004.

FAIRCLOUGH, Norman. Critical and descriptive goals in discourse analysis. **Journal of Pragmatics**, [s.l.], volume 9, número 6, p. 739-763, dez/1985. DOI: [https://doi.org/10.1016/0378-2166\(85\)90002-5](https://doi.org/10.1016/0378-2166(85)90002-5). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0378216685900025>. Acesso em: 16/10/2021.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power**. Nova Iorque: Longman, 1989.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso, mudança e hegemonia. *In*: PEDRO, Emília Ribeiro (organizadora). **Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and globalization**. London: Routledge, 2006.

FAIRCLOUGH, Norman. A dialectical-relational approach to critical discourse analysis in social research. *In*: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (organizadores). **Methods of critical discourse analysis**. 2ª edição. Londres: Sage, 2009.

FAIRCLOUGH, Norman. Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. **Revista Linha D'Água**. São Paulo, volume 25, número 2, p. 307-329, 10/12/2012. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v25i2p307-329>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/47728>. Acesso em: 23/10/2021.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3ª edição. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FROSINI, Fabio. Filosofia da práxis. *In*: LIGUORI, Guido. VOZA, Pasquale (organizadores). **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Novas regras do método sociológico: uma crítica positiva às sociologias interpretativas**. 2ª edição. Lisboa: Gradiva, 1996.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. Discurso e prática social. *In*: BATISTA JR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de (organizadores). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.

GOUVEIA, Carlos Alberto Marques. **O amansar das tropas**: linguagem, ideologia e mudança social na instituição militar. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) — Universidade de Lisboa, Lisboa, 1997. Disponível em: <http://www.isfla.org/Systemics/Print/Theses/Gouveia-1997-phd.pdf>. Acesso em: 01/02/2022.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da História**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUIMELLI, Christian. **El pensamiento social**. Cidade do México: Coyoacán, 2004.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª edição. Rio de Janeiro, DPeA, 2006.

HALL, Stuart. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (organizador). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15ª edição. Petrópolis: Vozes, 2014.

HAIG, Edward. **Notes for Norman Fairclough's Analysing Discourse**. [material de apoio ao curso de *Media Discourse*]. Faculdade de Letras / Escola de Pós-Graduação em Línguas e Culturas Internacionais da Universidade de Nagoya, Japão, 2019. Disponível em: <https://ocw.nagoya-u.jp/en/courses/075-Media-Discourse-Analysis-2009/>. Acesso em: 18/01/2021.

HINO NACIONAL (The National Anthem) [S1E1 da Série Black Mirror]. Direção: Otto Bathurst. Produção: Charlie Brooker; Annabel Jones; Emma Pike; Barney Reisz. Intérpretes: Rory Kinnear; Lindsey Duncan; Donald Sumpter; Tom Goodman-Hill; Anna Wilson-Jones; Patrick Kennedy; e outros. Roteiro: Charlie Brooker. Música: Martin Phipps. Londres: Channel Four, c2011. Distribuído pela Netflix. Streaming (44 min), widescreen, colorido.

JÄGER, Siegfried; MAIER, Florentine. Theoretical and methodological aspects of foucauldian critical discourse analysis and dispositive analysis. *In*: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (organizadores). **Methods of critical discourse analysis**. 2ª edição. Londres: Sage, 2009.

JOHNSON, David Kyle; MARQUEZ, Leander P.; URUEÑA, Sergio. What science fiction does best. *In*: JOHNSON, David Kyle (organizador). **Black Mirror and philosophy**: dark reflections. Nova Jersey: Wiley Blackwell, 2020.

KLÜBER-ROSS, E. **Sobre a morte e o morrer**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2003.

LA PORTA, Lelio. Superestrutura / Superestruturas. *In*: LIGUORI, Guido. VOZA, Pasquale (organizadores). **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LEMOS, André. **Isso (não) é muito Black Mirror**: passado, presente e futuro das tecnologias de comunicação e informação. Salvador: EDUFBA, 2018.

LIRA, Luciane Cristina Eneas; ALVES, Regysane Botelho Cutrim. Teoria social do discurso e evolução da análise de discurso crítica. *In*: BATISTA JR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de (organizadores). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.

LUSTOSA, Solange de Carvalho. Por uma análise de discurso crítica consciente. *In*: BATISTA JR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de (organizadores). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.

MACHADO, Irene. Gêneros discursivos. *In*: BRAIT, Beth. (organizadora). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005.

MACHIN, David; MAYR, Andrea. **How to do critical discourse analysis**. London: Sage, 2012.

MAGALHÃES, Izabel. Análisis crítico del discurso e ideología de género en la Constitución brasileña. *In*: BERARDI, Leda (organizadora). **Análisis crítico del discurso: perspectivas latinoamericanas**. Santiago de Chile: Frasis Editores, 2003.

MAGALHÃES, Izabel; MARTINS, André Ricardo; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

MARTINS, André Ricardo Nunes. Análise de discurso da mídia. *In*: BATISTA JR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de (organizadores). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.

MASNY, Marieke. **Black Mirror and its dystopian narrative on technology, social media, surveillance and the technobody**. Dissertação (Mestrado em Estudos de Mídia) — Universidade Amsterdam, Amsterdam, 2015. Disponível em: <https://scripties.uba.uva.nl/download?fid=605665>. Acesso em: 01/02/2022.

MAUTNER, Gerlinde Hardt. Checks and balances: how corpus linguistics can contribute to CDA. *In*: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (organizadores). **Methods of critical discourse analysis**. 2ª edição. Londres: Sage, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (organizadora). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28ª edição. Petrópolis: Vozes, 2009.

NASCIMENTO, Cícera Fernanda Sousa do; GABRIEL, Gislene Araújo; SOUZA JÚNOR, Helder Felix de; MACIEL, Ikaró César da Silva. Poder. *In*: IRINEU, Lucineudo Machado *et al.* (organizadores). **Análise de discurso crítica: conceitos-chave**. Campinas: Pontes Editores, 2020.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. Gramsci. *In*: OLIVEIRA, Luciano Amaral (organizador). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola, 2013a.

OLIVEIRA, Luciano Amaral; CARVALHO, Marco Antonio Batista. Fairclough. *In*: OLIVEIRA, Luciano Amaral (organizador). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola, 2013.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 5ª edição. Campinas: Pontes, 2005.

ORMUNDO, Joana da Silva. **A reconfiguração da linguagem na globalização: investigação da linguagem on-line**. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/3311>. Acesso em: 01/02/2022.

OTTONI, Maria Aparecida Resende. As representações identitárias de gênero no humor sexista. *In*: OTTONI, Maria Aparecida Resende; LIMA, Maria Cecília de (organizadoras). **Discursos, identidades e letramentos: abordagens da análise de discurso crítica**. São Paulo: Cortez, 2014.

PAIVA, Cláudia Gomes. Analysing discourse (review article). **Revista Discursos contemporâneos em estudo**, Brasília, volume 1, número 1, p. 233-240, dez/2011. DOI: <https://doi.org/10.26512/discursos.v1i1.0/8281>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/discursos/article/view/8281>. Acesso em: 10/01/2022.

PEDRO, Emília Ribeiro. Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. *In*: PEDRO, Emília Ribeiro (organizadora). **Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.

PEREIRA, Adriana dos Santos; SILVA, Ametista de Pinho Nogueira da; SANTANA, Ana Lorena dos Santos; LIMA, Fernando Henrique Rodrigues de; IRINEU, Lucineudo Machado Irineu; SANTOS, Suellen Fernandes dos Santos. Análise de discurso crítica: os porquês. *In*: IRINEU, Lucineudo Machado *et al.* (organizadores). **Análise de discurso crítica: conceitos-chave**. Campinas: Pontes Editores, 2020.

PEREIRA, Alessandro da Silva; TEIXEIRA, Lucas Matheus Silva; PEREIRA, Rebeca Sales. Discurso. *In*: IRINEU, Lucineudo Machado *et al.* (organizadores). **Análise de discurso crítica: conceitos-chave**. Campinas: Pontes Editores, 2020.

PUCCI, Adriana. FARIA E SILVA, Penteadó de. Bakhtin. *In*: OLIVEIRA, Luciano Amaral (organizador). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola, 2013.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (organizador). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola, 2003.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a crítica: o texto como material de pesquisa)**. Campinas: Pontes, 2011.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2019.

REVEL, Judith. **Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

REISIGL, Martin; WODAK, Ruth. The discourse-historical approach (DHA). *In*: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (organizadores). **Methods of critical discourse analysis**. 2ª edição. Londres: Sage, 2009.

ROCHA, Iraci Simões da. Sujeito e identidade: estudo sobre modos de representações. **Revista Tabuleiro das Letras**. Salvador, número 07, p. 108-124, 29/12/2013. DOI: <https://doi.org/10.35499/tl.v0i7.594>. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/tabuleirodeletras/article/view/594>. Acesso em: 28/02/2022.

SANTIAGO, Antônio Heleno Ribeiro; SANTOS, Ingrid Xavier dos; PEIXOTO, Maria Eduarda Gonçalves; BARBOSA, Waldênia Márcia da Silva. Mudança discursiva e mudança social. *In*: IRINEU, Lucineudo Machado *et al.* (organizadores). **Análise de discurso crítica: conceitos-chave**. Campinas: Pontes Editores, 2020.

SANTOS, Eric Silva dos; LOPES, Lucineide Matos; DUTRA, Zilda Maria da Silva. Modernidade tardia. *In*: IRINEU, Lucineudo Machado *et al.* (organizadores). **Análise de discurso crítica: conceitos-chave**. Campinas: Pontes Editores, 2020.

SATO, Denise Tamaê Borges; BATISTA JR, José Ribamar Lopes. Análise de discurso das práticas: etnografia. *In*: BATISTA JR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de (organizadores). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.

SILVA JÚNIOR, Antonio Soares da; PINHEIRO, Gustavo Cândido; NASCIMENTO, Iara de Souza. Ideologia. *In*: IRINEU, Lucineudo Machado *et al.* (organizadores). **Análise de discurso crítica: conceitos-chave**. Campinas: Pontes Editores, 2020.

SILVA, Francisco Daniel da; MAIA, Kelvy Wanderson de Moraes. MULLER, Rafael Gonzaga. Hegemonia. *In*: IRINEU, Lucineudo Machado *et al.* (organizadores). **Análise de discurso crítica: conceitos-chave**. Campinas: Pontes Editores, 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (organizador). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15ª edição. Petrópolis: Vozes, 2014.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. *In*: GERART, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (organizadores). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. *In*: SOUZA SANTOS, Boaventura de (organizador). **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SUVIN, Darko. **Metamorphoses of science fiction**: on the poetics and history of a literary genre. London: Yale University Press, 1979.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista da Administração Pública**. Rio de Janeiro, volume 40, número 1, p. 27-55, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000100003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/3bmWVYMZbNqDzTR4fQDtgRs/?lang=pt>. Acesso em 08/03/2022.

THOMPSON, John Brookshire. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9ª edição. Petrópolis: Vozes, 2011.

THOMSON, Patrícia. Campo. *In*: GRENFELL, Michael (organizador). **Pierre Bourdieu**: conceitos fundamentais. Petrópolis: Vozes, 2018.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Discurso, notícia e ideologia**: estudos na análise crítica do discurso. Porto: Campo das Letras, 2005.

VAN DIJK, Teun Adrianus. Critical discourse studies: a sociocognitive approach. *In*: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (organizadores). **Methods of critical discourse analysis**. 2ª edição. Londres: Sage, 2009.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Discurso e poder**. 2ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. São Paulo: Editora Contexto, 2020.

VAN LEEUWEN, Theo. **Discourse and practice**: new tools for critical discourse analysis. Oxford: Oxford University Press, 2008.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 10ª edição. São Paulo: Atlas, 2009.

VIEIRA, Josenia Antunes; MACEDO, Denise Silva. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. *In*: BATISTA JR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de (organizadores). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.

VOGLER, Christian. **A jornada do escritor: estrutura mítica para escritores**. 3ª edição. São Paulo: Aleph, 2015.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 3ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Revista Linguagem em (Dis)curso**. Tubarão, volume 4, número especial, p. 223-243, 28/09/2010. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4975273/mod_resource/content/1/Artigo%20Do%20que%20trata%20a%20ACD.pdf. Acesso em: 16/10/2021.

WODAK, Ruth; MEYER, Michael. Critical discourse analysis: history, agenda, theory and methodology. *In*: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (organizadores). **Methods of critical discourse analysis**. 2ª edição. Londres: Sage, 2009.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (organizador). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15ª edição. Petrópolis: Vozes, 2014.